

Tiago Pellizzaro

**A LITERATURA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÕES UTÓPICAS:
UMA LEITURA DE *QUADRONDO* E DE OBRAS DO CÂNONE FICCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eunice Terezinha
Piazza Gai.

Santa Cruz do Sul, fevereiro de 2009.

A todos os meus mestres.

COMISSÃO EXAMINADORA

Titulares

Prof^ª. Dr^ª. Eunice Terezinha Piazza Gai – Orientadora

Prof. Dr. Jorge Alberto Molina

Prof. Dr. Urbano Zilles

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigado em especial a uma pessoa que em certo momento da minha primeira aula como mestrando em Letras da UNISC teria dito à turma: “já sei o nome de todos vocês”, sinalizando, dessa forma, a consideração por cada um dos estudantes e o desejo de fazer prevalecer o tratamento com equidade em sala de aula. Trata-se de uma utopia? Provavelmente, mas que representa, sobretudo, a busca pela concretização de um ideal nobilíssimo. Falo da minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Eunice Piazza Gai, que, além dessa virtude, impressiona pelo desprendimento com que incentiva os alunos a apreciarem não só a literatura, senão outras artes, como a música e o cinema.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Letras da UNISC por ensinarem com prazer. São, sem exceção, ávidos leitores e extremamente hábeis na transmissão do conhecimento. Gostaria de destacar o Prof. Dr. Jorge Alberto Molina, a quem agradeço por ajudar a fazer com que o entusiasmo pela filosofia em mim despertasse mais vivamente.

À CAPES e ao Mestrado em Letras da UNISC externo minha gratidão pela concessão da bolsa Modalidade I, sem a qual seria inviável o cumprimento desta etapa na vida acadêmica. Por procurar desenvolver uma abordagem transdisciplinar sou grato ao Programa, pois, do contrário, como jornalista, dificilmente faria parte do corpo discente dele. É uma dádiva poder estudar na companhia de colegas graduados nas áreas de Letras, Filosofia, Comunicação Social, Pedagogia, História e Direito. Eles deram exemplo de união, de amizade e de carinho, tornando-se, para mim, inesquecíveis.

Ao Prof. Dr. Urbano Zilles, pela aceitação do convite para integrar a banca examinadora dessa dissertação, mas, principalmente, por sua sabedoria e intenso trabalho em prol de uma educação melhor à juventude, registro meu agradecimento. Ao Prof. Dr. Luciano Klöckner, pela leitura acurada do trabalho, incluindo sugestões bibliográficas, agradeço a valiosa contribuição e o fato de se dispor a prestá-la em plena e árdua fase de conclusão de seu pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra.

A meus pais Severino e Cláudia, pelo incondicional apoio, e à Roberta, minha noiva, que está construindo uma memorável biografia universitária e profissional, manifesto um “muito obrigado” e dedico o meu amor sincero.

*Nenhum mapa do mundo
que não contenha o país Utopia
merece que se olhe para ele.*

Oscar Wilde

*Do madeiro tão torto
do qual é feito o homem
nada de totalmente reto
pode ser talhado.*

Immanuel Kant

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de interpretar o romance *Quadrondo*, focalizando a temática utópica abordada na obra. Nesse estudo são analisadas, também, as construções de utopias em quatro textos do cânone literário: *A república*, de Platão; *Utopia*, de Thomas More; *A cidade do sol*, de Tommaso Campanella; e *Nova Atlântida*, de Francis Bacon. De acordo com o pensamento blochiano, os conteúdos utópicos advêm da subjetividade dos seres humanos, que projetam, através do devaneio, a futura eliminação de carências percebidas no presente. A esperança estimula os indivíduos a crerem na possibilidade da concretização de tudo o que idealizam. Uma vez que isso se revela impossível no plano da realidade, a literatura acaba servindo como instrumento à elaboração e conseqüente realização de utopias. Na ficção de Domingos Pellegrini, após ter participado do episódio que culminou com a queda do Muro de Berlim (marco da derrocada do socialismo), o narrador abdica da vida de professor universitário para morar numa ilha inexistente do litoral paranaense, local em que concretiza suas utopias baseadas na visão quadronda da natureza humana, ao liderar a constituição e o bem-sucedido funcionamento de uma cooperativa, além de encontrar uma bela e corajosa garota, com quem "casa" e tem filhos.

Palavras-chave: utopia, narrativa ficcional, interpretação, teoria “quadronda”.

ABSTRACT

This work aims at interpreting the novel *Quadrondo*, focusing on the Utopian thematic approached in the work. In this study the constructions of four utopias, in four texts of the literary canon, are also analyzed: *The Republic* by Plato; *Utopia* by Thomas More; *The City of the Sun* by Tommaso Campanella; and *New Atlantis* by Francis Bacon. According to the *blochiano* thought, the Utopian contents result from the subjectivity of human beings, who project, through daydreams, the future elimination of needs identified in the present. Hope stimulates individuals to believe in the possibility of materialization of everything they idealize. Once it turns out to be impossible in the reality level, literature becomes a tool for elaboration and resultant accomplishment of utopias. In Domingos Pellegrini's fiction, after participating in the episode that ended up with the Fall of the Berlin Wall (fall of socialism milestone), the narrator abdicates the professor life to live in a non-existing island on the Paranaense coast, where he materializes his utopias based on the *quadronda* vision of human nature, by leading the construction and successful operation of a cooperative, besides meeting a beautiful and courageous girl, whom he 'marries' and has children.

Keywords: utopia, fictional narrative, interpretation, 'quadronda' theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O CONCEITO DE UTOPIA.....	15
1.1 Aspectos geradores da utopia	17
1.2 Uma classificação possível das utopias a partir da leitura de Bloch	20
1.3 As limitações da natureza utópica	23
2 A TRADIÇÃO LITERÁRIA E A UTOPIA	27
2.1 A concepção do Estado ideal em <i>A república</i>	27
2.2 Os elementos utópicos de <i>Utopia</i>	32
2.3 A cidade perfeita de Campanella	38
2.4 A usina do conhecimento em <i>Nova Atlântida</i>	43
2.5 Síntese de aspectos utópicos das obras literárias estudadas	48
3 AS VERSÕES UTÓPICAS DE <i>QUADRONDO</i>	54
3.1 A “teoria quadronda”	57
3.1.1 Viajando para expor a “teoria” na Alemanha	60
3.1.2 Uma “teoria” mais ficcional do que teórica	63
3.1.3 A apresentação da “teoria” ao público alemão	68
3.1.4 Problemas estruturais da “teoria quadronda”	73
3.2 O fim da utopia socialista	75
3.2.1 Histórico sobre o pensamento socialista	76
3.2.2 O socialismo transformado em realidade	79
3.2.3 A divisão da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial	81
3.2.4 O Muro de Berlim	83
3.2.5 Da realidade à ficção: queda do Muro de Berlim, reunificação alemã e fim do socialismo em <i>Quadrondo</i>	91
3.3 A Ilha do Meio	100
3.3.1 As necessidades ao desenvolvimento da ilha	104
3.3.2 Mobilizações para mudar o cenário da ilha	107
3.3.3 Uma cooperativa para integrar os ilhéus	109
3.3.4 O empenho dos cooperados sofre entraves, mas produz melhorias	114
3.3.5 Ponderações sobre os princípios cooperativistas	120
3.3.6 A Ilha do Meio como alegoria da reunificação alemã	122
3.4 O amor como princípio “quadrondo”	126
4 CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

Desde a Antigüidade Clássica até a contemporaneidade, a literatura tem sido utilizada como instrumento à construção de utopias. Essa temática¹ aparece abordada em vários textos ficcionais. O filósofo Platão a inaugurou, no século IV a. C., ao escrever *A república*, diálogo em que todas as reflexões buscavam vislumbrar o funcionamento da sociedade ideal.

Já no período renascentista, Thomas More² deu origem à palavra “utopia”, intitulado, através dela, sua mais conhecida obra. Em *Utopia*, Rafael Hitlodeu conta ter descoberto um arquipélago no Novo Mundo que mais parecia um paraíso terrestre, pois, em sua opinião, era o melhor lugar que havia para viver naquela época. O narrador justifica esse pensamento ao argumentar que conviveu durante cinco anos com a população daquele local abençoado, tendo, com isso, adquirido bons conhecimentos acerca de seus costumes.

Em 2007, Domingos Pellegrini lançou *Quadrondo*, narrativa ficcional que também dá ênfase à temática utópica. O escritor paranaense se vale de elementos presentes na tradição literária para compor o enredo de sua mais recente publicação. Na ficção de Pellegrini desvelam-se diferentes utopias, que se situam antes e depois da ocorrência da Queda do Muro de Berlim, em 1989.

Quadrondo apresenta uma história relatada sob o ponto de vista de um narrador-protagonista chamado Sebastião Terra, o qual explica viver numa suposta ilha do litoral paranaense junto com Marina, sua nova mulher, e com seus dois filhos menores – Eva e Adão –, que são fruto do casal mencionado. A filha que o narrador teve anteriormente com Mara, de quem se separou, também reside nesse local litorâneo, e já é mãe de um menino.

Além disso, Tião Terra (modo do qual era mais freqüentemente tratado pelas pessoas) propõe-se a reconstituir sua trajetória desde o momento em que atuava como professor universitário na área da Antropologia. Tendo sido convidado para integrar uma comitiva de escritores que palestraria na Europa, conversou com o reitor antes de viajar, comunicando-lhe que, no Velho Continente, faria uma série de explanações sobre a “teoria quadronda”. Esta era baseada no fato de que as invenções humanas

¹ Cândida Pílares Gancho elucida que, no contexto da narratologia, “tema é a idéia em torno da qual se desenvolve a história” (2008, p. 34).

² Opta-se nesse trabalho pela referência a Thomas More - e pelo uso do adjetivo “moreano” -, já que essa é a identificação original do autor de *Utopia*, nascido na Inglaterra. Há publicações, em contrapartida, que empregam a forma latinizada de seu nome: “Thomas Morus”.

decorrem da fusão de linhas retas e curvas. Questionado sobre a relevância científica de tal teoria, o antropólogo não consegue comprovar a utilidade da mesma. Essa situação se repete nas palestras que havia ministrado na Alemanha, até que toma a decisão de desistir dessa empreitada acadêmica. Ao invés de publicar um artigo de cunho científico, fundamentando seus pressupostos e refutando as objeções feitas em debates à sua explanação teórica, o narrador prefere despedir-se do ambiente da universidade e recomeçar a vida abandonando a cidade para tentar desfrutá-la no litoral.

Cabe ressaltar que a participação no episódio da queda do Muro de Berlim ocorrido em 10 de novembro de 1989 foi essencial para que Tião optasse por uma mudança em seu *modus vivendi*. Com o fim do regime socialista, o antropólogo acaba se tornando a principal liderança em prol da fundação de uma cooperativa na Ilha do Meio, a fim de poder reivindicar obras, cursos de capacitação profissional e a aquisição de equipamentos necessários ao desenvolvimento econômico daquela comunidade. Tamanho é o sucesso dos cooperados que ninguém se demite da entidade, não há qualquer desfalque no sistema contábil da mesma, as assembléias que ela organiza mostram-se sempre produtivas, e todas as suas exigências são atendidas pelo poder público, algumas vezes em virtude da prática de chantagem. A diretoria da instituição renova-se a cada gestão, pois não é permitida a reeleição aos administradores, de modo que pululam candidatos interessados em assumir o seu comando.

No tocante à realização amorosa, Tião Terra, que em certas ocasiões se sentia desamparado após o infortúnio sucedido em seu casamento, bem como em decorrência da sua rejeição corporal à escritora Sílvia Marcondes Alves, reanima-se ao conhecer Marina, uma jovem habitante da Ilha do Meio. Ao tomar conhecimento sobre experiências amorosas relativas ao passado da moça, ele se entrega – mais uma vez – à bebida, o que o deixa desnortado, ou seja, envolto passivamente por um estranhamento da realidade. Para superar esse entrave, rechaça o álcool em definitivo e aceita o amor que a moça lhe declara. O êxito na cirurgia a que é submetido para reverter a vasectomia possibilita que ela concretize o anseio de ter filhos, já que perceberia como incompleta a sua existência, caso lhe fosse negado esse direito.

Após a síntese da obra literária em questão, convém salientar que esse trabalho, que se insere na linha de pesquisa “Texto, subjetividade e memória”, por sua vez vinculada à área de concentração em Leitura e Cognição, do Mestrado em Letras da UNISC, tem o objetivo (principal) de interpretar o referido romance da literatura brasileira contemporânea. Inegavelmente, é na condição de leitor que se procede ao

estabelecimento de um significado particular ao texto literário. De acordo com Wolfgang Iser (1996), uma obra só se concretiza, adquirindo caráter próprio, por meio do ato da leitura.

No momento em que uma narrativa vem a ser publicada, submetendo-se a um processo de difusão sócio-econômico-cultural, o conteúdo nela existente deixa de pertencer com exclusividade ao responsável por sua autoria. Aos leitores são garantidas apropriações que, sob o crivo da subjetividade, advêm do convívio com uma mesma matéria textual. Esse exercício, adotando-se uma visão inclinada à universalidade, provoca a pluralização de perspectivas, de sensações e de saberes.

Umberto Eco (1997) pondera que uma mensagem convida, de fato, à realização de inúmeras interpretações. Nem por isso, entretanto, essa mesma mensagem pode significar qualquer coisa, pois existem critérios que a limitam. Conforme o escritor, o leitor deve respeitar a coerência textual para, com base nesse comportamento, poder fazer conjecturas acerca da *intentio operis* [intenção da obra]. Seu desabafo, a bem da verdade, direciona-se a certos intérpretes que “desconstroem” a estrutura dos textos, imiscuindo letras e palavras aleatoriamente, promovendo um exercício que implica, antes de tudo, a criação fantasmagórica de um novo texto, e não propriamente uma decifração sensata da obra original.

Eco destaca que “entre a intenção do autor (muito difícil de descobrir e freqüentemente irrelevante para a interpretação de um texto) e a intenção do intérprete, [...] existe a intenção do texto” (1997, p. 29). Uma narrativa, dependendo do caso, pode ser destinada a um público específico. Conforme o teórico italiano, se ela começa com “era uma vez”, provavelmente não será voltada a um indivíduo adulto. O romancista aprofunda:

Quando um texto é produzido não para um único destinatário, mas para uma comunidade de leitores, o/a autor/a sabe que será interpretado/a não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações que também envolve os leitores, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro social. (1997, p. 79-80)

O autor de *O nome da rosa* alerta para a necessidade da consideração, para fins interpretativos, do contexto em que uma obra foi elaborada. Como exemplo, comenta que, na época de William Wordsworth (1770-1850), o vocábulo *gay* não incitava qualquer conotação sexual. Para que nenhuma dúvida pairasse quanto ao verdadeiro sentido deste, bastaria ao leitor observar atentamente o conteúdo das composições

textuais do poeta inglês, isto é, o conjunto de palavras que aparecem associadas ao termo evocado. Deslocado de seu legítimo contexto, geraria inevitavelmente uma interpretação deturpada, ou melhor, uma “superinterpretação”, conforme a terminologia do escritor italiano.

Uma ocorrência curiosa de que Umberto Eco se recorda tem a ver com o seu livro *O pêndulo de Foucault*. Ele enfatiza que foi escolhido esse título para a sua obra, porque Léon Foucault era o nome do inventor do pêndulo. “Se tivesse sido inventado por Franklin, o título teria sido *O pêndulo de Franklin*” (ECO, 1997, p. 98). Não faltaram, entretanto, estudiosos que se preocuparam em conceber alusões envolvendo o romance e o filósofo francês Michel Foucault. Segundo Eco, esses se distanciaram da intenção do texto, distorcendo-a por inteiro, isto é, “superinterpretando-a”.

A interpretação que aqui se pretende empreender não tem o interesse de investigar a vida e o pensamento do autor responsável pela produção de *Quadrondo*, conquanto não devam ser ignorados os dados biográficos mais basilares que se relacionam a quem escreve o romance. O presente estudo metodologicamente se propõe a focalizar a *intentio operis*, através da leitura intensiva do *corpus*, ou seja, alicerçada em diversas releituras das obras literárias a serem analisadas, de modo especial a que recebe um longo capítulo com a finalidade de esmiuçá-la. Trata-se do emprego de uma espécie de “processo de escuta” do texto ficcional, em que há, da parte de quem o lê, uma tácita aceitação daquilo que está sendo narrado por ele. Umberto Eco destaca que “a obra de ficção nos encerra nas fronteiras de seu mundo e, de uma forma ou de outra, nos faz levá-la a sério” (1994, p. 84). Isso significa, por exemplo, que, por mais que não corresponda à verdade, finge-se acreditar na existência da Ilha do Meio descrita ficcionalmente. Do contrário, não haveria como ser estabelecido um pacto de leitura.

A metodologia aplicada nesse trabalho baseia-se na análise da temática utópica em textos da tradição literária e, de modo especial, dentro da narrativa contemporânea de Domingos Pellegrini. Nesta, a utopia acaba se ramificando em matérias de ordem acadêmico-científica, político-ideológica e amorosa. Dessa forma, *Quadrondo* desponta como uma fonte à apresentação de diferentes versões utópicas. Como elas são projetadas textualmente? Em que se baseiam? Por que é possível a Pellegrini a retomada de um tema que na literatura subsiste há praticamente dois milênios e meio?

No que tange ao primeiro capítulo, ganharão destaque os conceitos, a origem, os elementos e as modalidades do pensamento utópico. Sobre tais questões vem se debruçando uma série de pesquisadores, como Bloch, Mannheim, Sánchez Vázquez,

Berlin e outros. Suas contribuições serão, aqui, aproveitadas, com vistas ao aprofundamento desse assunto. Além disso, a classificação das utopias erigida a partir da leitura de *O princípio esperança*, de Ernst Bloch, possibilita o reconhecimento de múltiplos traços das idealizações que aparecem na ficção de Pellegrini, tarefa que será desenvolvida nessa pesquisa.

A fim de reforçar o estudo sobre a matéria utópica que se insere no âmbito da literatura, e com o propósito de estabelecer comparações entre *Quadrondo* e o cânone, foram escolhidas quatro relevantes obras que tratam de projetos utópicos. São elas: *A república*, de Platão; *Utopia*, de More; *A cidade do sol*, de Campanella; *Nova Atlântida*, de Bacon. No segundo capítulo, será feita uma análise dos textos citados. As características comuns aos textos mencionados terão lugar na síntese que completa essa parte.

O terceiro capítulo se destina à interpretação de *Quadrondo*, que consiste na observação acurada das descrições do narrador, da ação dos personagens, de símbolos e do contexto em que a história ficcional transcorre. Esse exercício permitirá identificar as utopias que constam do romance, como são apresentadas e quais as suas finalidades. A evolução da narrativa enseja o confronto entre o plano da ficção e o da realidade. Aspectos ligados à ciência, ao socialismo, ao Muro de Berlim e ao cooperativismo serão expostos a partir de um viés histórico, e comparados com as suas respectivas representações promovidas no universo literário. A leitura analítica endereçada à realização amorosa de Tião Terra encerra o capítulo.

Na conclusão, reflete-se sobre as questões surgidas ao longo dessa produção textual acadêmica, sendo encaminhadas respostas para elas. Busca-se averiguar fatores ou crenças que possam ter influenciado as atitudes do narrador, como é o caso da tese número onze de Marx sobre Feuerbach. Ressalta-se, ainda, o valor da ironia à explicitação do antagonismo existente entre o real e o ideal.

O fato de não haver fortuna crítica em relação ao conteúdo da mencionada narrativa contemporânea motiva a realização desse trabalho. O ineditismo atrela-se à atividade que ora se inicia, o que confere importância ao estudo literário que aqui se expõe. Ele resulta de reuniões e leituras praticadas pelo grupo de pesquisa “Processos hermenêuticos e narrativas contemporâneas”, liderado pela Profa. Dra. Eunice Terezinha Piazza Gai. A proposta de seus integrantes é dissertar sobre as tendências temáticas e os mecanismos de criação literária empregados em romances da atualidade por escritores brasileiros que receberam premiações de entidades de renome na esfera

cultural, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Câmara Brasileira do Livro (CBL), entre outras. Domingos Pellegrini enquadra-se nessa situação, por ter conquistado os prêmios Fernando Chinaglia II, da União Brasileira de Escritores, em 1970 e 1974, da Fundação Cultural do Distrito Federal, em 1977, e Jabuti, em 1977 (com o livro de contos *O homem vermelho*) e em 2001 (com o romance *O caso da Chácara Chão*). No concurso promovido pela CBL, em 2006, Pellegrini obteve o segundo lugar com *Meninos no poder*.

Domingos Pellegrini nasceu em Londrina no dia 23 de julho de 1949. É graduado em Letras pela Universidade de Londrina e especialista em Teoria da Literatura pela UNESP, de Assis(SP). Além de escritor, exerce atividades no jornalismo e em publicidade e propaganda. Foi Secretário de Cultura em sua terra-natal, de 1989 a 1992. Atuando no setor de criação, participou da campanha de Homero Barbosa Neto, quarto colocado nas eleições municipais de Londrina, em 2004. É autor de 12 publicações entre crônicas, novelas e contos (*O homem vermelho, Os meninos, As sete pragas, Paixões, Os meninos crescem, Tempo de meninos, Negócios de família, Meninos e meninas, Tempo de guerra, Bicho-gente, Pensão Alto Paraná e Conversas de amor*). Contabiliza, além disso, dez obras dedicadas à literatura infanto-juvenil (*A árvore que dava dinheiro, As batalhas do Castelo, Andando com Jesus, A festa dos números, A guerra do macarrão, A guerra de Platão, O dia em que Deus criou as frutas, O dia em que choveu cinza, A última tropa e Água luminosa*) e um livro de poemas (*Haicaipiras e quadrais*). Dentro do gênero da narrativa longa, escreveu *Questão de honra, Terra vermelha, O caso da Chácara Chão, No coração das perobas e Meninos no Poder*. *Quadrondo* é seu sexto romance.

1 O CONCEITO DE UTOPIA

A gênese etimológica de “utopia” é devida ao escritor inglês Thomas More. No seio da arte literária surgiu essa palavra originada do idioma grego, indicando o nome de uma ilha inexistente. Nesta, a propriedade privada não fazia parte da vida da população, já que partilhava todos os bens que possuía, além de julgar insignificante o ato de acumular riquezas materiais, como o ouro e a prata.

Tzvetan Todorov propõe uma distinção semântica que, aqui, é oportuno aproveitar. O teórico afirma que “a significação é o que a palavra significa na língua, independentemente de qualquer usuário individual; o sentido, ao contrário, é a imagem psíquica e individual que os interlocutores têm da significação” (1996, p. 100). “Não-lugar” é, portanto, a significação de “utopia”, ou seja, o mais literal e primitivo conceito que a abrange.

O fato de a propriedade particular ter sido abolida em *Utopia* serviu à inspiração de novas construções utópicas ao longo das idades Moderna e Contemporânea, dentro da literatura e externamente a ela. Seria o rompimento com a política que outorgava o usufruto de bens patrimoniais individuais uma providência igualitária, justa e fadada a transmitir inteira felicidade aos seres humanos? Seria o domínio público das áreas habitáveis e produtivas um requisito fundamental à consolidação da morada no paraíso terrestre? Não faltaram teóricos que aderiram a essa opinião. A obra moreana, por esse aspecto, deu início a um processo que influenciou o movimento, para citar um exemplo, dos socialistas utópicos. Viver numa sociedade em que todo bem patrimonial não viesse a pertencer aos indivíduos isoladamente, e sim coletivamente, passou a ser a mola-mestra de uma espécie de utopia. A concepção dos falanstérios³ por Charles Fourier, que culminou com a criação – e funcionamento por determinado tempo – de comunas na França e nos Estados Unidos, constitui um caso em que projetos utópicos intentaram, de balde, o êxito no século XIX.

No cerne desse debate está, igualmente, o corolário do socialismo científico edificado por Karl Marx. A divisão de classes ocasionada pela quantidade restrita de detentores dos meios de produção, que lucram por meio da exploração da massa trabalhadora, leva-o a observar como a alienação obnubila a mente da grande maioria dos indivíduos, garantindo, desta forma, a preservação do *status quo*. Ele acredita,

³ Edificações que deveriam assemelhar-se aos grandes castelos dos reis da França, sendo habitadas por um número entre duas e três mil pessoas.

ainda, na capacidade de emancipação do proletariado, através, primeiramente, da tomada de consciência da realidade, e, ato contínuo, da práxis transformadora, capaz de destituir toda forma de subjugação. Eis a principal utopia marxista, que previu erroneamente o triunfo da igualdade social por meio da extinção de classes.

Fazer com que o “não-lugar” habite no terreno da realidade é a causa a que os utopistas têm historicamente se dedicado. Eles vislumbraram e ainda ensaiam delinear um espaço físico em que possa reinar a harmonia, a felicidade, a prosperidade, a perfeição e a não-alienação humanas, entre outros valores que idealizam:

Os rostos que se voltaram na direção da utopia foram, é verdade, diferentes em cada época, exatamente como aquilo que eles imaginaram ver nela no que diz respeito aos detalhes, de caso para caso. Em contrapartida, a direção é parecida em toda parte, sim, é a mesma quanto ao seu alvo ainda encoberto; ela se manifesta como a única coisa inalterável na história. Felicidade, liberdade, não-alienação, idade de ouro, terra que mana leite e mel, o feminino eterno, o sinal da trombeta no Fidélio e o crismórfico do dia da ressurreição que se seguiu: são tantos e de peso tão diverso os testemunhos e as imagens, mas todos estão postados em torno daquilo que fala por si mesmo, enquanto ainda não está calado. (BLOCH, 2006b, p. 461-462)

Sánchez Vázquez adverte, entretanto, que “não existe caminho real que leve inexoravelmente da utopia à realidade” (2001, p. 360). Isso é o bastante para explicar por que as utopias jamais se realizam plenamente. Elas são tomadas, sem exceção, por uma incompletude insuperável. Por que, então, continuam sendo elaboradas, se nunca atingem o objetivo visado?

Em primeiro lugar, por justamente não conseguirem resolver os problemas da humanidade da forma como planejam. Se isso ocorresse, não haveria motivos para que novas utopias fossem concebidas. Sua concretização implicaria, curiosamente, seu ocaso.

O segundo fator tem a ver com a natureza dinâmica da realidade. Esta, como se sabe, não é estática. As circunstâncias que a envolvem são capazes de alterá-la continuamente. A utopia, por seu lado, possui uma relação de dependência com o real, uma vez que procura promover nele uma transformação. À medida, no entanto, que a realidade sofre modificações, o mesmo deve se passar com as utopias. Elas têm a obrigatoriedade de sofrer uma reconfiguração ou de serem substituídas por outras mais modernas.

Há utopias, em contrapartida, cujos idealistas desejam mudar o existente, querendo conservar na íntegra aquilo que projetam. É como se nenhum de seus

princípios utópicos precisasse ser revisto ou mesmo abdicado, em função dos acontecimentos que ininterruptamente alteram o retrato da realidade. Trata-se de concepções utópicas caracterizadas por uma inércia que parece irretocável, e que, por isso, não logram manter qualquer sintonia com o real.

A prerrogativa de que um amanhã diferente do presente é possível serve, também, como fomento à mentalidade utópica. Se a perspectiva que sempre se volta para o futuro sucumbisse, as utopias não se sustentariam. Aliás, não apenas o utópico ruiria com a ausência do devir, mas absolutamente nada subsistiria nessa apocalíptica situação.

Cabe, ainda, ressaltar que a utopia está visceralmente atrelada à essência humana. Os indivíduos idealizam, planejam e estudam antes de agir com vistas ao alcance de seus propósitos, o que não se verifica em relação à vida dos demais seres. As pessoas antecipam-se às conquistas que pretendem efetivar, prospectando as etapas que precisam cumprir com esse fim.

1.1 Aspectos geradores da utopia

Dando seguimento à abordagem da seção anterior, questiona-se: como é fecundada uma utopia? Quem avoca a incumbência de gerá-la e de tutelá-la para que não desfaleça? Teixeira Coelho responde:

Ela parte, sim, de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo. Mas, a seguir, ela se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores do processo de passagem para o diferente a existir amanhã. (1984, p. 9)

Desse modo, pode-se inferir que o nascimento de toda utopia, para fazer uso da linguagem filosófica, é façanha de um sujeito. É a partir de um lampejo individual do ser humano que a mesma ganha existência. Ela tem o poder tanto de permanecer restrita às volições de uma única pessoa, como de despertar a atenção de uma coletividade, não importando seu número. As utopias, assim, englobam as esferas particular e social dos indivíduos, especificamente conforme o anseio de cada um deles.

Se a vida dos seres humanos fosse totalmente privada de desejos, a utopia não teria qualquer chance de sobrevivência. O desejar, todavia, impulsiona a busca de uma satisfação que não se encontra disponível no tempo atual. De acordo com Bloch, o

primeiro item a ser satisfeito por homens e mulheres corresponde à inevitável necessidade da autopreservação. O autor enfatiza que não há como resistir às adversidades provocadas pela fome, pela sede e pelas doenças, sem alimentação e tratamento médico adequados. A bem da verdade, tudo aquilo que coloca em risco a saúde humana, deveria, a rigor, merecer cuidado especial, seja individual ou socialmente, a fim de proporcionar um convívio mais saudável. O quadro deplorável que advém da incompetência das pessoas, por si só já estimula a formulação de utopias.

As necessidades materiais produzem mobilização. À mesa das famílias, não pode faltar pão, água e outros víveres. É precípuo garantir o seu consumo diário, pois o inverso implica a vitória da morte, a principal contendora da utopia. A morte, reitera-se, é o que de mais antiutópico perdura no universo.

As carências não se limitam, porém, àquilo que se consegue materialmente remediar. Elas também se dão nos âmbitos afetivo, intelectual e espiritual. Enquanto persistem hegemônicas, tais necessidades importunam os seres humanos. É como se lhes coubesse a interminável tarefa de ficar preenchendo lacunas até o momento em que mais nenhuma restasse, requisito, esse, impossível de se atender.

Apesar disso, perseguir a ação perfeita, a realização despida de erros, é próprio dos seres humanos. O objetivo de unicamente acumular qualidades se sustenta em função de que os indivíduos são perfectíveis. Eles aperfeiçoam técnicas e conhecimentos, ampliando a capacidade intelectual. Segundo Bloch, faz parte da essência utópica

o suprimento intencionalmente completo das necessidades e os desejos profundos que ainda precisam ser desejados; sua satisfação levaria a uma felicidade impossível de embotar, que aumentaria cada vez mais a plenitude humana. (2006a, p. 35)

Por mais que o desejo funcione como embrião da utopia, vale ressaltar que nem toda a sua manifestação é de cunho utópico. Mannheim destaca serem consideradas utópicas “todas as idéias situacionalmente transcendentais (não apenas projeções de desejos) que, de alguma forma, possuam um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente” (1982, p. 229). Desse modo, pode a utopia não prosperar no âmbito da realidade, mas seu objetivo é alterá-la. Ela nunca é construída sem a intenção de causar interferência no contexto real, pois se perpetuar como mera vontade não constitui sua meta.

Sob o prisma do pensamento freudiano, os anseios reprimidos no passado enxergam uma resolução no tempo presente através dos sonhos noturnos. Estes se incompatibilizam com a visão utópica, uma vez que marcam o re-torno inconsciente do acontecido, contudo, engendrando um novo epílogo. A utopia, opostamente, tem o futuro como norte:

O que é intuído pelo impulso de auto-expansão para a frente é, antes, [...] um ainda-não-consciente, algo que no passado nunca esteve consciente nem tinha existência, ou seja, ele próprio uma meia-luz para a frente, rumo ao novo. Trata-se da meia-luz que pode envolver os sonhos diurnos mais simples: a partir dali ela alcança as áreas mais extensas da privação negada, ou seja, da esperança. (BLOCH, 2005, p. 79)

A utopia, desse modo, revela-se como um devaneio, isto é, um sonhar acordado que se debruça sobre a realidade, idealizando maneiras de transformá-la *a posteriori*. A esperança, assim como a confiança, a angústia e o medo, ainda de acordo com Bloch, constitui-se num dos afetos expectantes dos sujeitos. Ela é responsável pela crença de que uma utopia pode ser concretizada em virtude da vontade e ação humanas. O filósofo elucidada:

Afetos expectantes (como angústia, medo, esperança, fê), em contrapartida, são os que possuem uma intenção pulsional de amplo alcance, cujo objeto pulsional não está disponível na respectiva acessibilidade individual e tampouco no mundo ao alcance da mão, tendo lugar, assim, ainda na dúvida de sua finalização ou de sua ocorrência. [...] A esperança, este afeto expectante contrário à angústia e ao medo, é *a mais humana de todas as emoções e acessível apenas a seres humanos. Ela tem como referência, ao mesmo tempo, o horizonte mais amplo e mais claro*. Ela representa aquele *appetitus* no ânimo que não só o sujeito tem, mas no qual ele ainda consiste essencialmente, como sujeito não plenificado. (BLOCH, 2005, p. 77, grifos do autor)

As contribuições teóricas que Ernest Bloch procurou empreender, entre outras finalidades, visavam a justificar seu posicionamento ideológico a favor do socialismo. Ele não teve pejo de declarar abertamente, em obras científicas, seu engajamento na defesa do sistema econômico implantado no Leste Europeu durante boa parte do século XX, além de demonstrar repúdio ao modo de vida capitalista. Para não pairar qualquer dúvida quanto a essa idiosincrasia blochiana, basta atentar à frase que segue: “o sonho de paz não é realizável por meios capitalistas, bem como muito menos o amor ao semelhante. [...] Somente o socialismo afasta a guerra em suas causas” (2006a, p. 447).

É oportuno esclarecer que as matérias utópicas não provêm da imparcialidade ou da isenção política de seus idealizadores. Ao contrário, quem as produz tem vinculação com alguma corrente de pensamento, sendo a sua neutralidade, quanto a essa questão, uma falácia incontestada. Sánchez Vázquez afirma que “toda utopia supõe ou traz entranhada uma ideologia, embora nem toda ideologia motive ou gere uma utopia” (2001, p. 363).

Bloch faleceu antes de ver sua utopia fracassar. Nem todos os seus postulados, por esse motivo, feneceram. Uma série deles, ao contrário, ajuda a entender como e por que os conteúdos utópicos vêm à tona, pois o pesquisador prioriza a investigação científica desse fenômeno, realizando descobertas que transcendem suas cores ideológicas.

Por fim, o sentimento de insuficiência ou até de descontentamento quanto ao presente incita a projeção de mudanças. Estas são acompanhadas por inovações que se almeja socialmente introduzir, tanto no universo da ciência, quanto no da religião, da arte, da administração, entre outros. O *novum* é apanágio da visão utópica. Ele tem em vista a reinvenção da atualidade, por obra das novidades que se põe a patrocinar.

1.2 Uma classificação possível das utopias a partir da leitura de Bloch

Em sua produção bibliográfica, o filósofo alemão discorre sobre temas recorrentes que demandam construções utópicas. Não se trata propriamente de uma rematada classificação feita pelo autor de *O princípio esperança*, e sim da percepção blochiana que se revela convidativa à apreciação das tendências ligadas à utopia, tanto na tradição da arte literária, quanto em obras de teor científico. Por isso, destaca-se, aqui, a possibilidade de reunir postulados de Bloch com vistas a uma classificação que nada tem de conclusiva, porém que objetiva valorizar as constatações do pesquisador e abrir a senda a outros apontamentos.

Como primeira modalidade classificatória, as utopias sociais são aquelas que pleiteiam o bem-estar comum, a garantia da justiça para todos, a dignidade como condição basilar de existência, enfim elas têm o fito de lapidar a mais harmônica forma de organização de uma sociedade. Bloch esclarece que “a inscrição sobre o coletivo utópico-concreto tem o seguinte teor, como é sabido: cada um produzindo conforme suas capacidades e consumindo conforme suas necessidades” (2006b, p. 50). Desse modo, as carências humanas poderiam ser supridas e as forças produtivas utilmente

aproveitadas. A máxima blochiana acaba, uma vez mais, exaltando o que é preconizado pelo sistema socialista-comunista⁴.

Além disso, as utopias sociais empunham as bandeiras do convívio fraterno, da emancipação do pensamento humano e da ordem na vida em comunidade. Para Bloch, “quanto mais científico o socialismo, tanto mais concreta é justamente a sua preocupação com o homem como centro, e a anulação real de sua auto-alienação como alvo” (2005, p. 261, grifos do autor). Colocar os seres humanos no lugar central das atenções coletivas sintomaticamente designa a retirada de Deus (ou dos deuses) dessa mesma posição. Marx, no entendimento do filósofo alemão, conferiu importância à ótica antropocêntrica, especialmente pelo que apregoa em *Teses sobre Feuerbach*. Na tese número onze, constante desse escrito, o autor de *O capital* critica os filósofos por apenas terem realizado diferentes interpretações sobre o mundo, sendo a transformação das relações humanas na prática a questão essencial da qual, de fato, deveriam se ocupar. De acordo com a visão marxista, mais do que teorizar sobre as diferentes fases históricas que a humanidade vivenciou, cabe aos indivíduos o emprego de sua sabedoria para promover ações concretas que venham a extirpar as calamidades sociais, melhorando, de modo geral, sua própria condição de vida.

Conforme a argumentação blochiana, “o corpo debilitado também persegue os mais belos sonhos de uma vida melhor” (2006a, p. 15). As utopias médicas, que pautam a segunda modalidade concernente à classificação aqui apresentada, provêm desse princípio. A cura, mormente para os males físicos, passa a constituir uma das metas cruciais. O que deve, então, ser feito para devolver a boa saúde a um indivíduo? Que condições possibilitam salvaguardar as pessoas dos efeitos das doenças? More e Bacon são dois escritores que não desprezam essas interrogações. As utopias médicas, presentes em suas obras, recebem a seguinte interpretação blochiana:

A *Utopia*, de Morus, e até a *Nova Atlântida*, de Bacon, fazem com que a medicina seja mais fácil, menos dolorosa, mais breve, uma arte de reconstrução da vida, ou quando essa não puder ser preservada, da morte sem tormento. Na ilha feliz de Morus não há mais os asilos sombrios da Idade Média, e sim hospitais amáveis e espaçosos para todos. Bacon acrescenta comidas e bebidas que não oneram o corpo em nada, além de ares benéficos das montanhas, produzidos artificialmente, além de soro e banhos imprecisamente descritos, mas que transformariam cada pessoa em um Hércules. (BLOCH, 2006a, p. 15)

⁴ O socialismo pelo qual Bloch nutre declarada simpatia e devoção está estribado no ideário comunista concebido por Marx. A adjetivação composta “socialista-comunista” visa a esclarecer que seu ponto de vista vai de encontro à defesa ao socialismo de Estado, cuja instauração foi ensejada pela Revolução Russa.

Como já se mencionou, não seria dispor de um sistema de saúde invejável e viver socialmente em harmonia, se não houvesse um endereço inequívoco para tirar proveito dessas dádivas. O paraíso funciona como local arquetípico no qual se semeia a felicidade *ad infinitum*. As utopias geográficas, terceira categoria que integra a classificação proposta nesse estudo com base na obra blochiana, procuram fixar em que ponto da superfície terrestre está situada tal localidade jubilosa. Trata-se de um oásis habitável, de um ambiente propício à satisfação de todos os seus moradores. Bloch chega a tachar de “contos de fadas” os textos em que temática utópica é salientada:

Nessa literatura, resplandecem os contos de fadas de países milagrosos, de tempos e espaços desejados; desde Alexandre, as mais belas utopias estão embutidas em ilhas dos mares do Sul, no Ceilão da era áurea, na Índia das maravilhas. (2006a, p. 31)

Por último, de acordo com Ernest Bloch, a utopia técnica concreta não é “partenogenética, mas visa a levar a natureza a parir criações que estão localizadas em seu ventre como possíveis” (2006a, p. 302). Essa modalidade utópica, a quarta e derradeira da classificação enunciada nesse trabalho, pressupõe a transformação da matéria natural por força de técnicas introduzidas pelos seres humanos, através do fortalecimento de sua aptidão inventiva. Eles são capazes de fecundar mudanças, o que somente na prática pode se consumir. Não há criação efetiva desatrelada da ação humana.

Não passa despercebida pelo filósofo alemão a usual distorção que as pessoas, em geral, cometem no que concerne à acepção do ato de inventar. Ao verbo muitas vezes é imputado um sentido pejorativo. Quando alguém diz “fulano está inventando” é o mesmo que afirmar haver da parte do sujeito o intento de mentir, de enganar, de esconder uma dada situação. Para Bloch, inventar é, sobretudo, sinônimo de descobrir, de livremente explorar a intelectualidade de que dispõem os indivíduos, de procurar soluções àquilo que afeta o seu dia-a-dia.

No segmento da literatura, o pesquisador destaca que “a *Nova Atlântida* é não somente a primeira reflexão utópica sobre a técnica, [...] mas também um imenso catálogo do que falta ser descoberto” (2006a, p. 209). A obra de Bacon, entre outros fatores importantes, lança as bases de uma nova arquitetura e da cientificidade regulamentando a estruturação do Estado, sendo a mais representativa dessa categoria

dos projetos utópicos. Quanto ao prestígio de que o campo científico goza nas sociedades admiráveis relatadas em romances, há um estreitamento dos laços entre *Nova Atlântida* e *A cidade do sol*. Na ficção de Campanella, Metafísico é o nome da entidade soberana, que zela pelo governo da ciência, com o auxílio do triúviro formado pela Potência, pela Sapiência e pelo Amor.

1.3 As limitações da natureza utópica

Se uma boa quantidade de enredos põe em evidência a utopia desde a Antigüidade Clássica até os dias atuais, isso se deve, por parte dos literatos, à comum procura pela descrição da superação de adversidades humanas e a conseqüente aquisição de valores como a perfeição, a felicidade, a liberdade, a unidade, a paz, etc. Cada autor que disserta ficcionalmente sobre a temática utópica acaba desenhando um modelo de sociedade. Esse dado aponta não haver um modo único, exato e incomparável que seja capaz de proporcionar a melhor forma de vida às pessoas. Ele, muito diferentemente disso, clareia a idéia de que pululam baldados ensaios no afã de sacramentar a representação certa do convívio social extraordinário.

O anseio pelo *novum*, que se explicita através do tratamento temático da utopia executado pelos escritores em obras literárias, intrinsecamente é composto por uma ou mais intenções humanas. Que intenções são essas? Há em torno delas clareza ou obscuridade? O que é verdadeiramente intencionado por eles, enquanto indivíduos?

Respostas cabais para essas inquietações são improváveis. Quando agem, as pessoas não raras vezes claudicam, mal sabendo o que querem granjear. Cegam-nas diversas incertezas. Neste caso, como podem ter firmeza na tomada de posições, nos passos a serem dados e na conquista dos resultados pretendidos?

Ao argumento de que às utopias é possível e viável a transformação da realidade, concretizando no futuro aquilo que nos dias atuais ainda não está consumado, indaga-se, como contraponto: se a elas é possível, por que não se sacramentam? Se são possíveis a concórdia, a felicidade e a morada no paraíso terrestre, por que não se consolidam tais projeções? Se a não-alienação, a liberdade e o bem supremo são plausíveis, qual a razão para não se materializarem? Será tudo isso, com efeito, possível ou, visto de uma forma mais nítida, impossível?

Tão limitado e vacilante é o ser humano que, diante dele, a efígie da perfeição reina inatingível. A inarredável durabilidade dos defeitos ao longo de todas as idades

históricas, contudo, possibilitou que a arte, de modo especial, a literária, revelasse sua abertura ao desenvolvimento de romances sobre como deveria funcionar a sociedade ideal. Mesmo assim, em qualquer obra de caráter utópico que se leia, há pelo menos um item a ser veementemente contestado acerca da organização social descrita como modelo. Não há como furtar-se de ponderar que nenhuma sociedade descrita se dá o privilégio de alcançar a propalada excelência. Prevalece, a partir dessa constatação, o significado da utopia cujo paradigma advoga ser o não-lugar, e tão-somente ele, o único ambiente passível de não conter deformidades.

Conforme Isaiah Berlin (1991), as utopias se moveram regularmente em torno do pensamento de que existe método infalível para encontrar uma única resposta verdadeira, sendo sua validade universal às sociedades de todos os tempos e lugares. Para contrapor essa ótica, ele lembra que as divergências sempre se fizeram preponderantes na escolha do caminho mais apropriado a cada grupo social, e que as mudanças são naturais na história humana, não havendo, por esse motivo, verdades atemporais. Acrescenta o pesquisador:

A principal característica da maioria das utopias (ou talvez todas) é o fato de serem estáticas. Nada se altera nelas, pois alcançaram a perfeição: não há nenhuma necessidade de novidade ou mudança; ninguém pode desejar alterar uma condição em que todos os desejos humanos naturais são realizados. O pressuposto disso é que os homens têm uma certa natureza fixa e inalterável, certos objetivos universais, comuns, imutáveis. Uma vez alcançados esses objetivos, a natureza humana está plenamente realizada. (1991, p. 29)

O teórico também afirma que a ignorância dos seres humanos é a grande responsável pela disseminação da fome, da miséria, da insegurança, da doença, da injustiça e da escravidão. De fato, a onisciência se constitui num perpétuo tabu na trajetória dos indivíduos. Embasado nessa espécie de lei ontológica, Berlin decreta:

Nenhuma solução perfeita é possível, não apenas na prática, mas em princípio, para os problemas humanos, e toda tentativa resolvida de tornar possível essa solução perfeita provavelmente levará ao sofrimento, à desilusão e ao fracasso. (1991, p. 51)

Berlin (1991) destaca que as diferenças nos costumes, hábitos e linguagens, nas preferências artísticas, nas potencialidades intelectuais, no modo de viver, pensar e vestir, são elementos criadores de culturas típicas de cada comunidade. O relativismo cultural surge, desse modo, como produto da diversidade humana. O pluralismo vai de

encontro à idéia de que uma verdadeira moralidade resista às épocas e às sociedades. Por mais sensato que se apresente o princípio pluralista, choques entre valores sociais distintos são muitas vezes inevitáveis. Nesse caso, conflitos eclodem para colocar em disputa a supremacia ideológica. Isaiah Berlin encaminha teoricamente uma proposição para minorar os impasses entre as populações dissidentes:

Esses choques, acredito eu, podem ser minimizados mediante a promoção e a preservação de um equilíbrio precário, o qual é constantemente ameaçado e constantemente necessita de reparos – esse, repito eu, é o único pré-requisito para uma sociedade decente e um comportamento moralmente aceitável. (1991, p. 27)

Outra causa das limitações que as utopias exibem se relaciona ao fato de que nem sempre a ação humana almeja e obtém melhorias, conduzindo ao desenvolvimento pessoal e social. Seria, no mínimo, ingenuidade pensar de outro modo. Por isso, alerta Teixeira Coelho, “impõem-se dois outros conceitos, espécies do gênero utopia: a *eutopia*, ou lugar bom, e a *distopia*, o mau lugar, o lugar da distorção” (1984, p. 45, grifos do autor). A eutopia e a distopia representam a dualidade do caráter utópico. Não apenas a bondade, mas, também, a perversidade permeia a emanção de utopias. Na literatura, a obra *1984*, escrita por Eric Arthur Blair sob o pseudônimo de George Orwell, constitui um exemplo de distopia por focar o problema social proveniente da repressão provocada por um Estado que almeja perpetuar-se no poder, instituindo o regime totalitarista.

Teixeira Coelho acrescenta que “muitas das eutopias não deixam de apresentar seu lado distópico” (1984, p. 45). Essa assertiva oportuniza que se questione, a título de certificação: haverá utopia totalmente boa ou correta do ponto de vista moral? Será que existem utopias dotadas de uma vocação que somente proporcione benefícios às pessoas? Em caso negativo, é forçoso admitir que o lado distópico, por menor que se mostre, esteja entranhado em todas as eutopias, como defende o pesquisador. Do contrário, obviamente só o bem perduraria, e tudo seria concretizável a contento.

Para encerrar, o que torna instável a possibilidade da concretização das utopias é o tempo para o qual se orientam. O que se pode dizer acerca do futuro, a não ser que incertos são os seus desdobramentos? Toda afirmação sobre o devir é temerária, pois que se trata de um terreno desconhecido dos seres humanos. Daí a razão para o insucesso de inúmeras previsões, inclusive científicas, como se observa em textos de teóricos que se propuseram a estudar a temática utópica.

2 A TRADIÇÃO LITERÁRIA E A UTOPIA

Através da exposição de distintos enfoques, a temática utópica recebeu tratamento do cânone literário. Os diferentes contextos históricos a que pertenciam os autores, mas, principalmente, a sua visão particular acerca da realidade, constituíram fatores determinantes à multiplicação das abordagens sobre o referido tema. Como aqui não se tem a pretensão de examinar todas as obras em que as utopias são retratadas ficcionalmente, o que exigiria diversos anos de pesquisa, tornando-se inviável tal proposta para uma dissertação, quatro textos representativos desse gênero foram escolhidos, a fim de permitir o reconhecimento das mais elementares características que o revestem. Estas aparecem sintetizadas no encerramento desse capítulo, possibilitando o testemunho de que, apesar de as utopias serem produto de elaborações marcadamente individuais (embora tendo elas muitas vezes a propriedade de inspirar causas coletivas), o exercício voltado à localização de seus traços comuns é plausível.

2.1 A concepção do Estado ideal em *A república*

A república é um dos diálogos platônicos que obteve enorme repercussão no universo da literatura e da filosofia, sendo adotado por um bom número de pesquisadores – inclusive da atualidade –, como *corpus* à realização de interpretações e discussões em que se salientam os temas da justiça, do poder e da utopia. Escrita no século IV a. C., a obra está dividida em dez livros. Nesse texto, Sócrates e seus interlocutores Trasímaco, Adimanto e Glauco, debatem com a finalidade de encontrar definições à virtude e ao vício, e de registrar a diferença entre os perfis do justo e do injusto. Eles visam, através da racionalidade, a desvendar qual o comportamento que se desnuda como mais compensador à vida dos cidadãos.

Para Platão, o Estado ideal não era o que regia a sociedade grega da qual fazia parte. Nele havia carências, defecções e, conseqüentemente, a necessidade do emprego de determinadas medidas que pudessem aperfeiçoá-lo, levando-o a um patamar de eficiência inigualável. Como chegar à formulação sobre os procedimentos a serem tomados com esse fim? O filósofo externa:

Aquele que se aplica à dialética, abstendo-se, por completo, do uso dos sentidos, só pela razão, só com o seu auxílio, se eleva à essência das coisas e, se prossegue em suas investigações até atingir como pensamento a

essência do bem, alcança o termo da ordem inteligível, como quem vê o sol chegar ao termo da ordem visível. (19--, p. 206)

A dialética é, na visão platônica, o método que conduz à essência dos objetos. Ela parte da premissa de que não há como projetar de modo preciso a conquista do ideal se esclarecimentos conceituais sobre a justiça e o bem ficarem pendentes, em função de dúvidas e inconsistências argumentativas. Depois de ter desempenhado o exercício dialético, Sócrates comenta: “Ao cabo de nossa conversação, conclui-se que nada sei; visto que, se ignoro o que é a justiça, é pouco de esperar que saiba se ela é ou não virtude e se o seu possuidor é feliz ou infeliz” (19--, p. 36).

Por mais que defenda a importância da dialética, esta não lhe oferece certezas quanto às características das substâncias investigadas, disso resultando a continuidade do estado de ignorância. Resta-lhe somente uma garantia, nesse caso: a de que nada sabe. Mesmo que tenha ciência dessa situação, seu anseio em querer perseguir a construção idealizada de um modelo de Estado acaba, entretanto, prevalecendo.

De acordo com Sócrates, nenhum território dispõe de uma organização social exemplar. Caso ocorresse o contrário, bastaria que todas as populações se prestassem a imitá-lo. Assim, imaginar a estrutura da sociedade perfeita passa a ser um desafio pertinente. Nela devem despontar a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça. Para isso, coibir os vícios e valorizar as virtudes torna-se primordial. O apreço à música, à ginástica e à geometria também adquire relevância na formação dos habitantes da utópica república.

A fim de que o bem seja devidamente inculcado na vida das pessoas, urge reformar a educação que recebem desde a mais tenra idade. Deuses e heróis jamais podem ser vilipendiados pelos poetas, e sim por eles mostrados conformes ao padrão de suas aparências, como criaturas valentes e dotadas de extraordinários poderes. Às narrativas que desacatam esse preceito cabe exclusão.

A instituição do Estado surge da impossibilidade de os seres humanos cumprirem ao mesmo tempo múltiplos ofícios em seu cotidiano. O diálogo reproduzido em *A república* revela o consenso dos personagens em relação à idéia de que entre os indivíduos deve haver uma distribuição de tarefas, para que as mesmas possam ser executadas com maior eficiência. Com isso, cada membro da imaginária sociedade possuiria o conhecimento especializado para atuar numa única profissão, a ela se dedicando com exclusividade. Dessa concepção provém a divisão da sociedade em três classes: a dos trabalhadores, a dos combatentes e a dos governantes. Consoante

Sócrates, “quando cada classe da comunidade, a dos mercenários, a dos guerreiros e a dos magistrados, se até aos limites das próprias funções específicas tem-se o domínio da justiça, o que faz íntegro o Estado” (19-- , p. 112).

Encaminha-se, aqui, tendo em vista o pensamento de Karl Popper, uma ponderação sobre essa estratificação social. Ela mais parece regular a operação de um estamento, que concede privilégios às camadas superiores e elimina oportunidades à ascensão dos que se encontram hierarquicamente rebaixados. No texto platônico tem-se, então, que “justiça significa conservar-se cada qual em seu lugar; temperança significa conhecer o seu próprio lugar, quer dizer, mais precisamente, satisfazer-se com ele” (POPPER, 1987, p. 113).

O princípio de que cada indivíduo deve desempenhar uma função específica possibilita ao personagem Sócrates defender que “perfeitos guardiães do povo apenas o poderão ser os filósofos” (19-- , p. 178). Estes são, portanto, os únicos profissionais que detêm plena aptidão para governar o Estado na ótica do principal interlocutor de *A república*. Para ele, isso decorre do amor à verdade e à sabedoria que ostentam, da utilização do raciocínio como uma de suas qualidades e do fato de procurarem a excelência junto aos moldes divinos, almejando, através desse esforço, a consolidação da felicidade humana. Quanto à crença acima exposta, critica Hans Kelsen:

O problema básico do Estado ideal platônico, bem como de todo Estado ideal, é: como é possível a superação do Estado ruim do presente? Como é possível ao melhor, ao verdadeiro filósofo, chegar ao poder? Qual o caminho para a concretização do primeiro bom governo? E, mesmo tendo-se obtido êxito nesse primeiro passo, como que por milagre, como assegurar a permanência no poder sempre do melhor, do verdadeiro filósofo? (1998, p. 165)

No entender do jurista, essas dificuldades são ignoradas por Platão. Além disso, há mais um ponto contraditório que se apresenta em *A república*. Mesmo que Sócrates insista ter o verdadeiro filósofo credibilidade no exercício da administração pública, em seu ponto de vista, nem sempre a verdade é considerada como um bem. Existem casos em que a mentira deve ser usada como uma das armas do soberano contra os inimigos. Ele desfruta de autonomia para praticá-la, já aqueles que a empregam merecem punição por ferirem as regras do Estado.

Na sociedade ideal, desenhada na obra platônica, há escravos. Têm direito ao aproveitamento dessa mão-de-obra os cidadãos que desejam ampliar as próprias

riquezas. Sócrates não esconde seu repúdio em relação às circunstâncias libertárias estimuladas pelo regime democrático:

O abuso mais intolerável que a liberdade insinua nesta forma de governo é que os escravos de ambos os sexos são tão livres como seus compradores. E por pouco me esquecia de dizer que as mulheres gozam ali de tanta liberdade e têm tanta independência quanto os homens. (19--, p. 237)

Por mais que às mulheres devam ser asseguradas, no idealizado território republicano, as mesmas condições de acesso ao ensino, de alistamento no exército e de atuação profissional em quaisquer atividades que são garantidas aos homens, predomina nos debatedores o ponto de vista de que o sexo feminino pressupõe um rebaixamento. Há uma concordância entre eles de que tal gênero possui qualificações diminuídas se cotejadas com a performance masculina, devendo suas representantes ocuparem-se de trabalhos mais leves:

Não há propriamente no Estado trabalho exclusivamente afeito ao homem ou à mulher em razão do sexo. Porque repartidos os dons por igual entre os dois sexos, a todos têm direito, por natureza, tanto o homem como a mulher, bem que a mulher seja sempre inferior ao homem. (PLATÃO, 19--, p. 131)

Aos guerreiros é negado o direito à propriedade privada, da mesma forma que não se tolera sua embriaguez. Em compensação, usufruem de vantagens na vida sexual. Sob o prisma do poder sociopolítico, eles se situam num patamar mais elevado que o da classe dos artesãos e lavradores. Perdem essa posição, no entanto, se abandonarem o ofício ou se o denegrirem, realizando atos impróprios. Caso deixem de participar das batalhas e de se preparar fisicamente para enfrentá-las, sobra-lhes a opção de virarem trabalhadores comuns.

Agradar a todos com a implantação desse ordenamento social mostra-se improvável. Concordariam as mulheres, os escravos, os militares e os cidadãos em geral com a sistemática proposta a partir do texto platônico? Representaria ela o caminho seguro ao reino da prosperidade, da felicidade e da harmonia entre os seres humanos? Esses e outros questionáveis elementos fazem de *A república* uma obra utópica. A volição de Sócrates em querer delinear as bases da alma totalmente boa, ou seja, despida de todo vício, é mais um conteúdo utópico a comparecer no romance. No tocante a esse assunto, Kelsen argumenta:

Como o Mal tem sua sede na alma, e não é incompatível com a natureza desta, é forçoso que haja também almas más, e não somente boas; e uma vez que também o Bem tem sua sede na alma – onde, por assim dizer, Bem e Mal estão mesclados – é igualmente forçoso que haja almas mais ou menos boas e mais ou menos más. (1998, p. 369)

As necessidades humanas geram utopias. O personagem Sócrates identifica que os indivíduos, ao invés de serem auto-suficientes, possuem dependência entre si. Daí a razão para que venha a projetar qual o mais perfeito modo coletivo de viver. Disso advém sua justificativa para fundar mentalmente uma república. Esta espelha o caráter das particularidades de seu povo. Renato Nunes afirma haver no texto platônico uma atribuição especial à dimensão psicológica, porque

o Estado em si não existe. O que existe é a consciência dele presente nas consciências de seus componentes. [...] Para se conhecer um Estado, portanto, deve-se antes perguntar por seus cidadãos. [...] Eliminam-se os cidadãos e estaremos dando um término ao próprio Estado. (1998, p. 97)

O que subsiste em *A república*, então, é uma imagem elaborada do Estado, fruto da consciência humana. Há um empenho produzido dialeticamente no intuito de configurar com êxito a alma dos cidadãos, a fim de que a sociedade consiga, pelo excelente conjunto de suas individualidades, encontrar a senda da perfeição. A respeito disso, Werner Jaeger comenta:

É certo que à primeira vista a aparência é tratar de fazer do Estado o protótipo da alma, mas o que acontece é que, para Platão, têm ambos a mesma essência e a mesma estrutura, em estado quer de saúde, quer de degenerescência. Na realidade, a imagem por ele traçada da justiça e da sua função no Estado perfeito não responde à experiência real da vida no Estado, mas é, sim, uma imagem reflexa da sua teoria sobre a alma e suas partes, a qual se projeta, ampliada, na concepção que ele tem do Estado e de suas classes. (1989, p. 526)

Apesar de referir em alguns trechos de *A república* que a possibilidade de concretizar o plano traçado se mantém viva por não se tratar de um sonho, o personagem Sócrates renuncia a toda preocupação de torná-lo real. A Glauco, ele responde: “Talvez nos céus haja algum modelo para quem deseje consultá-lo e por ele moderar a conduta da própria alma. De resto, pouco importa que esta república exista ou deixe de existir algum dia” (19-- , p. 269).

Que fator seria, então, responsável por mobilizá-lo à criação de um Estado ideal? A explicação para isso pode ser localizada nas seguintes perguntas que Sócrates

encaminha no diálogo: “É possível realizar alguma coisa tal qual se imagina? Não é verdade, então, ainda que a outros não lhes pareça, que há na natureza coisas cuja execução é menos próxima da verdade que a idéia?” (19--, p. 149).

A verdade platônica está assentada no idealismo, cuja doutrina é partidária da noção de que o real reside efetivamente na idéia. Esta, através de mecanismos racionais, é capaz de conceber e interpretar a realidade. Cabe ressaltar que as utopias procedem de idéias alimentadas conscientemente pelos indivíduos, sendo a própria realidade o seu referencial:

Esta é uma das funções importantes das Utopias: mesmo que não se possam traduzir em termos reais, permitem que se compreenda a realidade. Mostrando-nos como seria o Estado, se os princípios que lhe são imanentes se realizassem plenamente, elas nos indicam a significação real das formas objetivas do Estado. Na verdade, só podemos compreendê-lo sob este aspecto ideal; se considerássemos apenas os seus aspectos fenomenológicos, poderíamos no máximo coligir um certo número de fatos, mas não seríamos capazes de perceber as razões da sua existência e o significado da sua função. (BARKER, 1978, p. 235)

Os textos literários caracterizados pelo aproveitamento temático da utopia não se restringiram ao período da Antiguidade Clássica. Ao contrário, continuaram a ser produzidos durante a Idade Média, vindo a despertar, com maior intensidade, o interesse de autores ligados à época renascentista, como Thomas More, Tommaso Campanella e Francis Bacon. Esse estudo também se destina à interpretação das perspectivas utópicas apresentadas respectivamente pelos três escritores em *Utopia*, *A cidade do sol* e *Nova Atlântida*. As peculiaridades de cada obra enriquecem a observação de aspectos que dão suporte às diferentes idealizações formuladas dentro de um contexto histórico marcado por pródiga efervescência cultural.

2.2 Os elementos utópicos de *Utopia*

Conforme foi destacado no capítulo anterior, a gênese etimológica de “utopia” é devida a Thomas More, advogado e escritor londrino que ocupou, durante pouco mais de duas décadas, importantes cargos⁵ junto à corte inglesa. Em dezembro de 1516, More lançou, em Louvain, a primeira edição de *Utopia*⁶, sua obra de maior reputação. O

⁵ Em 1510, More exerceu a função de juiz municipal, tendo sido nomeado subxerife de Londres. Alguns anos mais tarde, passou a integrar o conselho de Henrique VIII. Tornou-se chanceler na década de 1520.

⁶ Moser, ao tecer comentários sobre a produção bibliográfica de More, informa que “*Utopia*: a sua mais traduzida, lida e comentada em todo o mundo, originalmente escrita em latim, não foi por ele vertida na sua própria língua, por entender que isso a tornaria acessível a muitas pessoas incapazes de a

termo foi cunhado a partir da fusão do advérbio de negação grego *ou* com o substantivo *topos*, que significa “lugar”, e designa o nome de uma ilha (composta por 53 cidades) supostamente situada no Novo Mundo, onde seus habitantes vivem em plena prosperidade sem se preocuparem com o acúmulo de riquezas materiais, cumprindo leves jornadas de trabalho para que possam desfrutar de longos momentos de lazer e pisando em terras que pertencem à coletividade, já que a ausência da propriedade privada caracteriza o local.

Os relatos de Rafael Hitlodeu, personagem-navegador que por cinco anos teria convivido com as pessoas de *Utopia*, impressionam seus ouvintes do Velho Continente. É como se uma sociedade mais feliz e avançada em relação à inglesa tivesse sido finalmente conhecida. Desponta, através da ficção de More, uma concepção de utopia criada em torno do princípio de que o paraíso terrestre, se não tem ao certo um endereço, pelo menos pode ser descrito como tal. Na obra moreana, assomam imagens de um lugar ideal, que compensa qualquer energia que se despenda e toda adversidade que se enfrente para chegar-se até ele e nele instalar-se em definitivo.

Na realidade, porém, essa ilha inexistente, pois se trata do “não-lugar”. Ela não tem latitude, nem longitude. Seu nome expressa uma ironia, já que, por melhor que se apresente a estrutura social nela enraizada, é inútil procurá-la geograficamente. Sua existência limita-se ao universo ficcional. Disso decorre a necessidade de More de desculpar-se junto aos leitores por não saber indicar a localização dessa espécie de éden:

O fato é que não nos ocorreu perguntar-lhe, e nem ocorreu-lhe dizer-nos, em que região do Novo Mundo encontra-se Utopia. De bom grado ofereceria uma grande recompensa em dinheiro, fosse ela necessária para que eu pudesse registrar essa informação, pois o fato de nem sequer saber qual o oceano em que se situa essa ilha, sobre a qual tanto escrevi, é coisa que me envergonha muito. (1999, p. 9)

Poucos anos antes da elaboração e publicação de *Utopia*, espanhóis e portugueses haviam realizado uma série de expedições marítimas com a finalidade de descobrir novos territórios. Conforme a narrativa moreana, Hitlodeu era um marinheiro português que partira com Américo Vespúcio rumo às terras do Novo Continente, tendo decidido nelas ficar por algumas temporadas. O comportamento cortês que exibiu foi criando uma afeição entre ele e os ilhéus. Não demorou muito até que começasse a admirá-los, especialmente quanto à capacidade de aprendizagem que demonstravam.

interpretarem e que, por esse motivo, lhe atribuiriam uma significação deturpada” (1982, p. 67).

Segundo relata, “bastou-lhes um único contato com o nosso hemisfério para que tudo aprendessem” (1999, p. 69).

Em Utopia, não há caftens e prostitutas, afinal bordéis jamais entram em atividade. A monogamia é um dos preceitos que mais se salienta no que tange à constituição dessa sociedade utópica. Tampouco há tavernas e cervejarias abertas por lá. O combate à ociosidade é amplamente incentivado, embora os profissionais em geral tenham pouco serviço, pois que executam-no com absoluta destreza, quase não precisando repará-lo *a posteriori*.

Alfaiates e costureiros também são desnecessários, uma vez que não há espaço às influências da moda naquela localidade. As famílias utopianas confeccionam suas roupas, que se amoldam simultaneamente às temperaturas do verão e do inverno. O uso das peças se dá por dois anos, sendo elas levemente diferentes para homens e mulheres, solteiros e casados. O que deve ficar claro, entretanto, é que todos os homens solteiros utilizam o mesmo traje. Isso vale para a categoria dos casados, das mulheres solteiras e das casadas.

Ademais, os utopianos abominam a jogatina e a caça. Os mais velhos, por sua vez, são servidos à mesa com o que há de melhor naquela comunidade. Os doentes internados em hospitais recebem prioridade na distribuição de alimentos. Já a eutanásia é admitida, porque a dor corresponde ao extremo oposto da saúde, e esta, de acordo com o pensamento dos moradores de Utopia, traduz-se numa das principais virtudes humanas.

Dois aspectos ganham validade na análise de *Utopia*. Quem os evidencia é Eugenio Ímaz. Ao se reportar ao desconhecido cenário que é tema central do debate dos personagens da obra, afirma o pesquisador:

Poderia se dizer que esse “lugar que não existe” é um país sobreposto. [...] Um lugar que não existe, porque está em dois lugares, na Inglaterra e na América, em dois mundos, o Velho e o Novo, isto é, em todas as partes, como a universalidade contida no desejo utópico. (1999, p. 16)⁷

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à iniciativa manifesta no texto de More de conferir à utopia um caráter de totalidade. A felicidade, a harmonia e a liberdade adquirem valor universal quando almejadas coletivamente. Moser alerta que,

⁷ Tradução livre do autor: *se diría que ese ‘lugar que no hay’ es un país superpuesto. [...] Un lugar que no hay, porque está en dos lugares, en Inglaterra y en América, en dos mundos, el Viejo y el Nuevo, es decir, en todas partes, como el universal deseo utópico.* (1999, p. 16)

em *Utopia*, “o indivíduo e sua felicidade individual têm importância, sem dúvida, mas o indivíduo é visto como ser organicamente integrado, como membro de uma comunidade” (1982, p. 59).

O que é preciso para que os sentimentos acima referidos sejam experimentados não apenas no restrito ambiente da ilha de Utopos? Fazer com que os fundamentos da sociedade exemplar possam regular a vida de outros povos, de modo especial o inglês. Eis o segundo tópico a se considerar. A projeção de mudanças na Inglaterra se estabelece a partir de comparações entre a sua estrutura vigente e o sistema social implantado pelos utopianos, buscando a adesão final da soberania inglesa ao modelo deste.

Dentro dessa noção utópica enquadra-se a política carcerária que é exercida na ilha. A respeito disso Hitlodeu faz uma explanação. Ele informa aos interlocutores que os prisioneiros daquela região trabalham, tendo direito ao recebimento de salário inferior ao que é pago aos homens livres pelo mesmo ofício. Essa atitude implica a atenuação de suas penas, bem como a contribuição social advinda da prestação de serviços. Após ouvir o navegador e um causídico que também participava da conversação, More⁸ comenta:

Acrescentei, em seguida, que não via razão pela qual semelhante sistema não fosse adotado na Inglaterra. Daria resultados muito melhores do que a suposta ‘justiça’ que o advogado fora tão pródigo em elogiar. (1999, p. 42)

Em outra ocasião do diálogo, Rafael Hitlodeu confronta a capital de Utopia com a dos ingleses. Na sua ótica, “as habitações da moderna Amaurot são consideravelmente mais imponentes que as de Londres de princípios do século XVI, cujas casas eram em geral feitas de madeira, tendo no máximo dois andares” (1999, p. 81). Esse exercício comparativo visa ao entendimento de que os ingleses precisam evoluir no tratamento de determinadas questões administrativas, tendo como parâmetro a sociedade utópica. É aí que a ironia incrusta-se na visão de Hitlodeu, pois por melhores que os seus conselhos se mostrem ao bem-estar dos ingleses, ele julga que nunca seriam acolhidos pela corte da Inglaterra, o que reforça o cunho utópico dos mesmos. Entre as mais desafiadoras medidas a sugerir à majestade, estariam a abolição da circulação do dinheiro e o fim da propriedade privada. Sobre a função desempenhada pelas utopias, Ivan Lins avalia que elas servem

⁸ Thomas More é o autor de *Utopia*, mas também assume o papel de personagem-narrador na obra, como se verifica nessa sua fala em primeira pessoa.

como meios de se chamar a atenção para grandes problemas sociais e morais, ou como antecipações, mais ou menos felizes, do futuro, sendo, em alguns casos, um protesto contra a realidade e, noutros, uma bandeira para a conquista e a realização de novos ideais. (1969, p. 99)

Os ideais erigidos pelas utopias, porém, podem ser contestados. Na ilha de feições paradisíacas pormenorizada em *Utopia*, percebe-se, entre outros aspectos, a exploração de um contingente de escravos, embora esse detalhe seja mera repetição de parte do organograma da república arquitetada pelo personagem Sócrates. Hitlodeu conta que “o caráter não-hereditário da escravidão utopiana distingue-a nitidamente da escravidão clássica e da servidão medieval” (1999, p. 133). Sua declaração ameniza o efeito que a servidão desencadeia na trajetória de certas famílias utopianas em relação às pertencentes à mesma classe na sociedade platônica. A obediência e o bom comportamento são trunfos para os criados obterem a liberdade na ilha de Utopos⁹.

O pior tipo de escravidão em *Utopia* é reservado aos adúlteros. Os amantes devem se submeter a trabalhos forçados e dependem do humor do príncipe para serem novamente livres. Caso reincidam no adultério, acabam sentenciados à pena de morte. Com isso, pessoas de qualquer nível social podem ser penalizadas, exceção feita ao clero, consoante atesta Hitlodeu: “Não há personalidade pública mais respeitada que o sacerdote. Tanto isto é verdade que, se vier a cometer um crime, não será jamais processado” (1999, p. 171). Namorados e noivos também não fogem à mira da condenação:

Os jovens de ambos os sexos que forem acusados de ter mantido relações pré-nupciais serão duramente castigados, e ficarão para sempre desqualificados para o casamento, a menos que sua condenação seja suspensa pelo príncipe. (1999, p. 135)

Além disso, as leis de Utopia não são numerosas, tampouco complexas, de forma que todos os que nela residem possam lê-las e compreendê-las. Jactam-se os utopianos dessa primazia, e, ainda por cima, criticam os outros países por criarem inutilmente uma extensa legislação, nunca ficando satisfeitos com o teor de seus códigos. Quanto à atmosfera jurídica da ilha descoberta no Novo Mundo, Hitlodeu aprofunda:

⁹ Máxima autoridade de Utopia.

Não há advogados no país, pois esses espertalhões que manipulam os processos e distorcem as leis não teriam com que ocupar-se em Utopia. É melhor, pensam eles, que cada um defenda a sua própria causa e conte ao juiz exatamente o mesmo que teria contado a um advogado. (1999, p. 141)

Na esfera religiosa, Utopos cria haver apenas uma igreja verdadeira, e que os indivíduos, ao se depararem com a falsa pregação de suas seitas, *incontinenti* as abandonariam. Para ele, a imortalidade da alma e a supremacia do poder divino eram questões indiscutíveis, tanto que

condenou severamente, porém, as pessoas que acreditam em algo tão incompatível com a dignidade humana quanto a doutrina de que a alma morre com o corpo, e também aquelas para as quais o universo é regido pelo acaso, e não pela providência divina. (1999, p. 164)

A submissão das mulheres aos seus maridos é mais um item inerente à organização social de Utopia. Os homens, pelo que transparece na obra de More, tudo devem saber a respeito de suas esposas, principalmente no que se refere aos erros em que elas incorrem. Uma ocasião festiva, por mais contraditório que isso possa parecer, oportuniza as delações femininas:

Antes de se dirigirem ao templo para as comemorações da ‘última festa’, as mulheres se ajoelham aos pés dos maridos e as crianças se prostram aos pés dos pais, confessando todos os pecados que tenham cometido tanto por omissão quanto pela prática de atos condenáveis e pedindo para serem perdoados. Isso desfaz todos os pequenos ressentimentos que poderiam perturbar a atmosfera do lar, e todos podem então dirigir-se aos templos com o espírito totalmente purificado. (1999, p. 174)

Para concluir essa abordagem, eis uma passagem de *Utopia* que sintetiza a opinião do navegador português: “Seja o que for que penseis de suas doutrinas, não encontrareis em parte alguma da Terra um país mais próspero ou um povo tão magnífico” (1999, p. 128). Depois de todo o exposto, mulheres, advogados, escravos, jovens que não guardaram a virgindade para se casarem impolutamente, indivíduos que reincidiram no adultério ou que voltaram sua fé para uma religião que não a oficial, teriam sérias restrições para com a visão de Hitlodeu, jamais podendo concordar sem reservas com ele. Eles haveriam de perguntar: trata-se mesmo da melhor sociedade já vista? Morar nessa ilha é, de fato, um presente inestimável para qualquer pessoa? Por que os sacerdotes nunca são condenados? É justa a concessão de tal privilégio ao clero? Como se nota, dependendo do observador, pode uma utopia simplesmente desagradá-lo.

Ocorre que ela é descrita de acordo com o julgamento de um ser. A perfeição que este projeta à vida de uma sociedade não contempla a opinião geral de seus integrantes, ensejando, com isso, o surgimento de divergências.

2.3 A cidade perfeita de Campanella

Um século após More haver publicado *Utopia*, o calabrês Tommaso Campanella concluiu e divulgou aquela que é tida como sua obra mais popular: *A cidade do sol*. Na primeira parte desse texto, há a reprodução de um diálogo entre o grão-mestre da ordem religiosa dos Hospitalários e seu interlocutor, identificado como sendo um almirante genovês. O nome deste em nenhum momento é revelado aos leitores. Ao religioso, ele anuncia ter conhecimento de uma cidade que se localiza no alto de uma colina, de modo que a planície que a cerca se estende sob a Linha do Equador. Sua população é formada por emigrantes da Índia, que desejavam se livrar dos magos, ladrões e tiranos existentes no país asiático.

O marinheiro explica que Hoh, também chamado de Metafísico, detém o máximo poder no local. Trata-se de um sacerdote com idade não-inferior a 35 anos, e cuja supremacia político-administrativa é vitalícia, exceto se o próprio reconhecer na sociedade alguém que o supere no quesito sabedoria, uma ocorrência apontada como praticamente impossível na história daquele povo. Nesse caso, é destituído e substituído no cumprimento da função, sem que o ato provoque nele qualquer rancor.

O domínio das ciências, tanto no plano formal como no empírico, assinala uma das obsessões dos habitantes solares. Eles trabalham quatro horas por dia, em decorrência de uma equitativa divisão de tarefas que elimina oportunidades ao ócio. Aproveitam, com isso, o tempo restante para praticar leituras, produção textual e discussões científicas. Outras atividades a que se dedicam, especialmente antes de se tornarem doutores, são a corrida, a caça, o treinamento com manuseio de materiais bélicos, a botânica, a mineralogia, a agricultura e a pecuária.

Para as questões diretivas, o juiz e sumo sacerdote Hoh dispõe da assistência permanente do tríunviro Potência-Sapiência-Amor, que é composto por personalidades clericais. No organograma administrativo da cidade, está prevista, ainda, a atuação de três magistrados subordinados a cada tríunviro. Assim, a localidade acaba sendo gerenciada por 13 líderes. De acordo com o almirante, esses dados indicam a crença da comunidade solar na superstição numérica que se apóia na filosofia pitagórica. Acerca

dessa estrutura de comando que transparece nas páginas da narrativa de Campanella, analisa Mondolfo:

A cidade do sol mostra, a partir de seu ordenamento, um domínio muito acentuado do princípio da autoridade. Há uma regulamentação rigorosa de toda atividade humana, que não reconhece a liberdade nem sequer aos sentimentos mais íntimos e ao amor, porque cabe ao Estado o provimento da melhoria da espécie. (1947, p. 166)¹⁰

O almirante genovês avisa a seu interlocutor que “todos obedecem plenamente aos magistrados” (19--, p. 46). Esse comportamento respeitoso devotado às autoridades não é necessariamente espontâneo por parte dos cidadãos. Caso não o observem, são submetidos à funesta punição:

Quem se mostrou desobediente é encerrado num recinto para ser devorado pelas feras, pondo-se-lhe nas mãos um bastão, de forma que, se vencer os ursos e os leões que o guardam, o que é quase impossível, será novamente admitido na sociedade. (19--, p. 56)

Resulta desse trecho de *A cidade do sol* a clara impressão de que a obediência se deve muito mais à coerção que à naturalidade de seus habitantes. Estes são instruídos à guerra, não importando o sexo, e menos ainda se há previsão de combates. Conservar-se sempre imbuído do espírito de valentia acaba sendo uma lei aos heliopolitanos. Por isso, as mulheres

sabem atirar balas de fogo com arcabuzes, formá-las com o chumbo, lançar pedras do alto, marchar ao encontro do ímpeto inimigo. E assim, pela frequência de semelhantes exercícios, habitua-se a afrontar qualquer perigo sem nenhum temor, e, quando alguma demonstra covardia, é severamente punida. (19--, p. 51)

O tirocínio de seus guerreiros com relação ao porte de armas faz com que saiam sempre vitoriosos dos campos de batalha. Ao final das disputas militares, garantem a incorporação das cidades derrotadas, ampliando a extensão territorial e difundindo os costumes da localidade classificada como perfeita. Fica, até certo ponto, fácil compreender por que “não cessam de elogiar a invenção da imprensa, da pólvora e da bússola, sinais particulares e, ao mesmo tempo, instrumentos da união de todos os

¹⁰ Tradução livre do autor: *La Ciudad del Sol muestra en su ordenamiento un dominio muy acentuado del principio de autoridad. Hay una reglamentación rigurosa de toda actividad humana, que no deja libertad ni siquiera a los sentimientos más íntimos y al amor, porque el Estado debe proveer al mejoramiento de la especie.* (1947, p. 166)

habitantes do mundo num só ovil” (19--, p. 78). Que seria da força de seu exército sem a pólvora?

O apreço pela imprensa, por outro lado, denota o grande interesse daquele povo pela cultura. Não é em vão que estudam todas as línguas, e enviam exploradores e embaixadores para todas as partes da Terra. Daí a vital importância da bússola. A inteligência de seus habitantes mirins poderia ser classificada como sobrenatural, visto que “naquela cidade, as crianças ficam sabendo num ano o que entre nós só se adquire depois de dez ou quinze anos de estudo” (19--, p. 38).

Ínfima é a quantidade de moléstias naquele lugar. Os cuidados com a higiene do corpo e atividade física constante, em virtude do trabalho, proporcionam-lhes uma longevidade incomum. Dessa maneira, “em geral vivem cem anos, sendo que não poucos também duzentos” (19--, p. 62).

Assim como na *Utopia*, de More, todo o patrimônio da cidade solar pertence à coletividade. Nada falta aos seus moradores. Em contrapartida, eles nada têm. Com isso, são, ao mesmo tempo, ricos e pobres. Nutrem amor incondicional pela pátria, realizando festas e prevalecendo em seu caráter a desconfiança quanto à credibilidade dos poetas:

São também dias de festa os plenilúnios e os novilúnios, assim como o aniversário da fundação da cidade. [...] Os poetas cantam os louvores dos mais ilustres guerreiros. Todavia, quem mentir, mesmo no elogio, será punido. Não é considerado digno da nobre arte de poetar quem, nas suas fantasias, faz entrar a mentira. (19--, p. 70)

Na cidade solar, os homens são privados do contato com a arte musical, pois essa, “ao contrário, é permitida somente às mulheres e, às vezes, também às crianças, por serem suscetíveis de proporcionar maior deleite” (19--, p. 39). Não apenas o mundo masculino sofre tolhimentos. Às mulheres, dependendo de suas atitudes, são aplicadas punições ainda mais virulentas: “Incorreria, pois, na pena capital aquela que embelezasse o rosto para parecer bela, ou usasse calçado alto para parecer maior, ou vestido comprido para cobrir pés disformes” (19--, p. 46). À exclusão são submetidas aquelas que não servem à fecundidade:

Se uma mulher não é fecundada pelo homem que lhe é destinado, é confiada a outros; se, finalmente, se revela estéril, torna-se comum, mas lhe é negada a honra de sentar-se entre as matronas na assembléia da geração, no templo e à mesa. Assim procedem para que, por motivos de luxúria, não procurem elas a esterilidade. (19--, p.44)

No que tange à procriação, “nenhuma mulher, antes dos dezenove anos, pode consagrar-se a esse mister; quanto aos homens devem ter ultrapassado os vinte e um” (19--, p.42). Concorreria essa imposição necessariamente ao êxito na geração de filhos? Qual a razão de proibir-se que um casal possa concebê-los antes do tempo previsto? Na entrevista que concede ao grão-mestre dos hospitalares, o almirante genovês sequer responde a esse questionamento. Já quanto ao processo, bem como ao motivo da escolha do par ideal, relata o almirante:

Tanto os homens como as mulheres aparecem nus nos exercícios ginásticos, de forma que os preceptores têm a possibilidade de descobrir os que são capazes ou incapazes para a geração, podendo determinar ainda qual o homem mais conveniente a determinada mulher, segundo as respectivas proporções corporais. [...] Uma mulher grande e bela se une a um homem robusto e apaixonado, uma gorda a um magro, uma magra a um gordo, e assim, com sábio e vantajoso cruzamento, moderam-se todos os excessos. (19--, p. 42-43)

Os matrimônios, pelo que se nota, acontecem sem serem determinados em virtude das preferências subjetivas dos cônjuges. Dessa forma, é negada a cada indivíduo a liberdade de amar quem lhe aprouver. A deliberação do assunto passa a ser de competência da teocracia vigente na cidade, tornando-se decisão de ordem pública. Ímaz aponta que “esta idéia da comunidade é tão imperiosa em Campanella que até as questões da geração pertencem à religião, por serem questões do bem comum e não da vida privada” (1999, p. 21)¹¹.

Em *A cidade do sol*, após o término do diálogo, Campanella abre uma seção denominada “Questões sobre a ótima república”. Num tom aparentemente realista, ele afirma:

Do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Semelhante modo de viver em comum, inteiramente isento de delitos, é impossível, nem nunca se viu, nem se verá. Foi, pois, inutilmente que nos ocupamos com isso. (19--, p. 87)

Logo depois, reflete sobre a dificuldade que os seres humanos encontram em imitar Cristo sem cometer pecados. Em razão disso, questiona o autor: seriam escritos inúteis os Evangelhos? Sua conclusão revigora a idéia quanto à possibilidade não de ser como Cristo – caso, esse, absolutamente utópico, porque não há como ser exatamente

¹¹ Tradução livre do autor: *Esta idea de la comunidad es tan absoluta en Campanella, y tan absorbente, que hasta las cuestiones de la generación pertenecen a la religión por ser cuestiones del bien común y no del privado.* (1999, p. 21)

igual a Ele ou a qualquer outra criatura –, mas de ao máximo aproximar-se do perfil Dele, sendo os Evangelhos um instrumento profícuo a quem cultiva esse propósito.

Campanella por analogia argúi que, se os Evangelhos são úteis, sua obra também o é; se o Evangelho ensina a imitar Cristo, sua narrativa indica o caminho à construção da cidade perfeita:

Com a nossa república, são tranqüilizadas as consciências, eliminada a avareza, raiz de todo mal, bem como as fraudes cometidas nos contratos, os furtos, as rapinas, a indolência e a opressão dos pobres, a ignorância que invade também os engenhos mais bem formados, porque fogem à obrigação quando pretendem filosofar, e as preocupações inúteis, as fadigas, o dinheiro que mantém os negociantes, a iliberalidade, a soberba e os outros males produzidos pela divisão: o amor-próprio, as inimizades, as invejas, as insídias, como já se mostrou. (19--, p. 102-103)

O realismo contido na introdução das “Questões sobre a ótima república”, é dissipado por um utopismo que ressurge com ímpeto no texto de Campanella. O autor acaba se posicionando mais fortemente em favor de sua criação utópica. Ele declara: “Afirmo que essa república, como o século de ouro, é desejada por todos e ordenada por Deus, quando pedimos que a sua vontade seja feita assim no céu como na terra” (19--, p. 94).

Deus, simbolicamente, está relacionado à criação e regência do universo. Elorza elucida que “a cidade nas utopias corresponde quase sempre a uma imagem do cosmos, daí a persistência da imagem solar em seu delineamento ou em sua denominação” (1965, p. 629).¹² Nessa perspectiva, Campanella, portanto, concebe a cidade solar como se representasse o cosmos, que é governado pela divindade suprema. Os aspectos que compõem o lugar e a sociedade perfeitos, pelo que se constata a partir do fragmento há pouco reproduzido de *A cidade do sol*, soam como uma exigência de Deus. O escritor, desse modo, parece arrogar-se a missão de mensageiro fidedigno da autoridade divina, cumprindo-a por meio da elaboração da narrativa. Isso torna ainda mais utópico o seu ponto de vista, que se presta a acreditar na produção da verdade única e inequívoca em torno à localidade imaginada, até em decorrência de um suposto respaldo divino, negando, por conseguinte, que existam imperfeições no sistema social ficcionalmente instituído em sua obra mais difundida.

2.4 A usina do conhecimento em *Nova Atlântida*

¹² Tradução livre do autor: *La ciudad en las utopías responde casi siempre a una imagen del cosmos, y de ahí la persistencia de la imagen solar en su trazado o en su denominación.* (1965, p. 629)

Falecido em 1626, o filósofo inglês Francis Bacon não teve o privilégio de acompanhar a publicação de sua obra intitulada *Nova Atlântida*. Bombassaro (2003) destaca que William Rawley foi o responsável pela divulgação do texto baconiano, que fez parte do livro *Sylva sylvarum*, lançado em 1627. Conforme a narrativa, a designação *Nova Atlântida* procede da destruição da Velha Atlântida, que teria sido provocada por um dilúvio. Tem-se, desse modo, o renascimento simbólico de uma localidade que, antes do ocaso, respirava prosperidade.

O narrador, cujo nome em nenhum momento é mencionado por Bacon, inicia a história inteirando o leitor quanto a uma expedição feita pelo grupo de navegadores do qual participava: “Velejamos do Peru (onde permanecemos por todo um ano) rumo à China e ao Japão, pelo mar do Sul, levando conosco provisões para doze meses” (1997, p. 223). Por mais previdentes que fossem no intuito de evitar padecer por falta de alimento, subitamente ficaram desorientados no decurso da viagem, o que significava uma tenebrosa adversidade a enfrentar. O navio a bordo do qual estavam tomou o rumo de uma ilha desconhecida, situada no Novo Continente. De nenhuma informação dispunham a respeito dela. À primeira vista, os habitantes do local não esconderam sua desconfiança quanto ao caráter dos viajantes, o que vinha a agravar a situação destes. Seriam, eles, bem recebidos ou sofreriam algum mal na nova terra? Carregavam consigo essa dúvida, até o instante em que um nativo aproximou-se deles e, em espanhol, perguntou-lhes se eram cristãos. Ouvindo a resposta afirmativa, tratou de dispensar-lhes a melhor das atenções.

A partir disso, há uma constante troca de amabilidades entre anfitriões e visitantes. Conforme o narrador, “parecia-nos ver diante dos olhos o quadro de nossa salvação no céu: há pouco, quase nas garras da morte, e agora nos encontrávamos num lugar onde só havia consolo” (1997, p. 228). Os 17 doentes que a tripulação contabilizava foram acolhidos em enfermarias e se restabeleceram, em função do tratamento a eles ministrado. Na Casa dos Estrangeiros, denominação do local em que ficaram hospedados, havia conforto e elegância, não sendo necessário que pagassem por esse préstimo, já que a administração da hospedagem tinha acumulado trinta e sete anos de rendimentos, em virtude de não abrigar estrangeiros ao longo desse período.

De acordo com Spang, “Bacon designa seu estado utópico ideal com o nome de ‘Bensalém’, que traduzido do hebraico pode ser interpretado como ‘Filhos da Paz’ ou ‘Descendentes da Abundância’” (2001, p. 281). Na ilha em que desembarcaram os

navegadores denominada Bensalém, existe a valorização das outras culturas da humanidade, de modo que seus moradores sabem se comunicar em diferentes idiomas, além de terem conhecimento dos costumes e das experiências científicas de vários povos. Eles, entretanto, agem secretamente com esse intento. Por isso, todas as nações desconhecem sua procedência, apesar de abrirem as portas para serem freqüentadas por essa espécie de “espiões do saber”.

No encontro com o mercador judeu chamado Joabin, o narrador é cientificado acerca da celebração da fertilidade promovida pelos ilhéus através da Festa da Família. Nos dois dias em que acontece essa cerimônia, recebe homenagem o homem que mostra uma prole numerosa. Tirsan é o nome desse cidadão, que deve possuir no mínimo trinta descendentes, sendo que o mais jovem deles não pode ter idade inferior a três anos.

O diferencial da ilha de Bensalém, no entanto, repousa na instituição da Casa de Salomão. O padre que atua nessa sociedade, ao conceder audiência ao narrador, a ele confessa que os habitantes do local consideram tratar-se da “mais nobre fundação que jamais houve sobre a terra” (1997, p. 236). Tal entidade funciona como um portentoso laboratório científico, em que são feitas as mais vanguardistas experiências, tendo, evidentemente, a natureza como objeto de investigação. Nas cavernas existentes na Casa, ocorrem experimentos de coagulação, endurecimento, refrigeração, conservação dos corpos e produção de novos metais artificiais, além da fabricação de compostos químicos para curar enfermidades e do aproveitamento de substâncias com o fito de adubar a terra com maior eficiência.

Nas torres, realizam-se experiências de isolamento, refrigeração e conservação, bem como observações atmosféricas que visam ao estudo dos ventos, da chuva, da neve, do granizo e de alguns meteoros ígneos. Com água doce e água salgada são praticados testes em grandes lagos e tanques. Máquinas para multiplicar a força dos ventos também são um pioneirismo da Casa de Salomão. Poços e fontes artificiais que no interior dela foram construídos contêm vitríolo, enxofre, aço, chumbo, salitre e outros minerais. Para o prolongamento da vida, encontra-se disponível naquele ambiente a “água do paraíso”. Casas grandes e espaçosas situadas no complexo daquela instituição servem à reprodução de “fenômenos meteorológicos, como a neve, o granizo, a chuva e algumas chuvas artificiais de substâncias diferentes da água, trovões e relâmpagos” (1997, p. 247).

“Câmaras de saúde” regulam a qualidade do ar dos bensaemitas, banhos especiais livram os mesmos das doenças, jardins e pomares que possuem sofrem todo o

tipo de enxertos e inseminações, plantas e flores que cultivam são submetidas a crescimento artificial. Até o desenvolvimento de vegetais conseguem, sem a utilização de sementes:

Temos ainda parques e cercados de todos os tipos para animais e pássaros, que não servem somente pela beleza ou raridade, mas também para experimentos de dissecação, pelos quais procuramos estabelecer tudo o que pode ser feito no corpo humano. (BACON, 1997, p. 247)

Todas as fórmulas de venenos são elaboradas na Casa, tornando-se estéreis ou mais fecundos de acordo com a vontade do inventor. A cor, a forma e a atividade dos tóxicos de muitas maneiras pode ser alterada. Espécies de serpentes, vermes, moscas, peixes e substâncias em putrefação são obtidas através da realização de uma gama de cruzamentos. Procura-se, na entidade, produzir bebidas com o intuito de não causar dano à saúde das pessoas. Os pães nela fabricados contêm várias espécies de grãos, raízes, sementes, fermentos e condimentos, para que adquiram extraordinário sabor e proporcionem longevidade a quem os consome. A carne que os bensalemitas comem lhes oferece, também, maior resistência orgânica.

Drogas e ervas medicinais são criadas a partir de processos de fermentação, destilação, combinação e separação, calores lentos e passagem por filtros. Fornos modulam várias intensidades de calor, podendo, inclusive, simular a temperatura do sol e dos corpos celestes. Casas de perspectiva permitem demonstrações de diferentes luzes, radiações e cores. Ilusões ópticas podem ser geradas a partir de experimentos, assim como quaisquer jogos de sombras. Há lentes microscópicas e macroscópicas para facilitar a observação de objetos, sendo elas capazes de reproduzir as modalidades de reflexão, refração e multiplicação dos raios visíveis dos próprios objetos. Pedras preciosas e imantadas – naturais ou artificiais –, além de cristais e fósseis, igualmente são materiais manipulados na Casa de Salomão.

Harmonias e instrumentos musicais peculiares são encontrados nesse local a serviço da ciência. A transformação de sons fracos em fortes e vice-versa da mesma forma sucede nele. Há como ampliar a intensidade do áudio, produzir vibrações sonoras, imitar os ruídos que os animais emitem, e fazer uma nota grave soar aguda, bem como o contrário disso. Ecos estranhos e artificiais podem ser tecnicamente criados nesse laboratório.

Multiplicar os tipos de odores é viável aos bensalemitas. Experimentar os mais variados movimentos através de máquinas constitui outra atividade comum para aquele povo. Seus membros fabricam artefatos de guerra de toda ordem, além de pólvora e fogo que não se extingue na água. Eles dispõem de algumas formas de voar que imitam os pássaros. Os navios e barcos que constroem têm a capacidade de suportar a violência dos mares. Guardam instrumentos necessários à geometria e à astronomia no espaço da Casa dedicado à matemática. O sacerdote acrescenta:

Temos ainda casas de ilusões dos sentidos, onde executamos todas as espécies de jogos de prestidigitação, falsas aparências, imposturas, ilusões e suas falácias. Podeis facilmente crer que nós, que temos tantas coisas perfeitamente naturais que provocam admiração, poderíamos, em muitos casos particulares, enganar os sentidos se quiséssemos ocultá-las e fazer com que parecessem mais milagrosas. Mas odiamos toda impostura e mentira, tanto que proibimos severamente, sob pena de ignomínia e multa, todos os nossos discípulos de adornarem ou apresentarem qualquer coisa ou obra natural com qualquer espécie de exagero; mas, pelo contrário, devem apresentá-las na sua pureza e sem nenhuma ostentação de mistério. (1997, p. 251)

Os “mercadores da luz” são profissionais ligados à entidade que navegam por países estrangeiros, a fim de obter livros, sùmulas e modelos de experimentos de todas as partes do mundo. Os “depredadores” recolhem dados das experiências relatadas nos livros. Os “homens do mistério” reúnem os experimentos das artes mecânicas e das ciências liberais. Os “pioneiros” ou “mineiros” são responsáveis pela execução de experiências inéditas. Os “compiladores” organizam os materiais usados em testes científicos. Os “doadores” ou “benfeitores” examinam substâncias a fim de extrair elementos de utilidade à vida humana. Os “luminares” são dotados de um grau mais elevado de inteligência, cabendo-lhes avaliar e orientar novos experimentos. Os “inoculadores” repassam informações de todos os testes aos luminares. Os “intérpretes da natureza” sintetizam todas as descobertas, fazendo diferentes observações a respeito delas. Por fim, noviços e aprendizes sempre surgem, nunca sendo interrompido o ciclo de formação de pesquisadores.

Michael Spang sustenta que “para Bacon, Salomão constitui, por assim dizer, o arquétipo do sábio que se expressa através de referências indiretas e códigos cifrados” (2001, p. 282). Na representação do rei fundador da entidade, ocorre a alusão a uma passagem do Livro dos Provérbios. À majestade é atribuído um inesgotável amor ao bem, pois tinha um coração grandioso.

Para João Carlos da Silva, “Bacon encontra no gênero utópico um recurso ideal, para apresentar seu projeto científico em resposta ao desafio histórico que a sociedade inglesa enfrentava, isto é, tornar-se a grande potência econômica da modernidade” (2000, p. 47). O que ainda mais insere o texto baconiano nesse segmento temático é a menção explícita às narrativas utópicas de Platão e More. Se em *Utopia* os noivos devem conhecer os atributos físicos de seus parceiros antes do casamento, em *Nova Atlântida* um dos amigos do noivo tem o direito de observar a noiva tomando banho nua nas “Lagoas de Adão e Eva”, dando-se o mesmo inversamente. Se um terremoto no diálogo platônico *Timeu* destruiu a grande Atlântida, na ficção de Bacon esse episódio, diferentemente, deveu-se a uma inundação. Já quanto ao conteúdo utópico delineado pelo filósofo inglês em seu texto ficcional, Bombassaro ressalta:

Para chegar à consecução do fim enunciado em sua proposta programática de construção de um reino de felicidade e bem-estar, cumpre ter presente, simultaneamente, tanto o passado quanto o futuro, tanto as fases pregressas do desenvolvimento do conhecimento humano quanto a história do gênero humano. (2003, p. 170-171)

Na opinião do pesquisador brasileiro, o elo entre as diferentes fases temporais simboliza uma das características de *Nova Atlântida*. Para ele, todavia, o escritor renascentista buscava, sobretudo, ultrapassar a mentalidade religiosa dominante em sua época. Por isso “substitui os ícones da tradição escolástica e eclesiástica medieval pelas figuras humanas, o que revela o antropocentrismo de sua posição filosófica” (BOMBASSARO, 2003, p. 177).

A utopia contida no texto baconiano também não fica imune às contestações. Vale recordar que artigos de guerra são desenvolvidos com grande perícia na Casa de Salomão. Se há bombas cuja produção de fogo não cessa nem mesmo em contato com a água, como poderiam restar porções terrestres e aquíferas totalmente livres dos efeitos dessa arma? Teria sido feito algum teste para confirmar a presença de semelhante propriedade no artefato? Mais duas questões caberia levantar: poderia a existência de uma ilha que envia navegadores para todas as partes do mundo ser mantida em sigilo absoluto? Pode-se concomitantemente incentivar e condenar as ilusões de sentido, as prestidigitações e as falácias, como se observa na Casa?

Enfim, o famoso axioma baconiano “saber é poder” indica que o caminho utópico da perfeição tem a excelência científica como requisito indispensável. Este, entretanto, deixa de ser plenamente atendido, em função das incertezas humanas. Aos

indivíduos sobre a possibilidade de interagir com elementos da natureza, testando-os permanentemente, e dessa experiência conquistar algum aprendizado, o que pode torná-los seres mais poderosos.

2.5 Síntese de aspetos utópicos das obras literárias estudadas

Após a exposição analítica das quatro obras representativas da temática utópica na literatura, é possível destacar, num primeiro momento, alguns pontos de convergência entre elas. Nas localidades projetadas – no caso de *A república* –, ou descritas como ideais pelo prodigioso nível social que teriam atingido é patente o elevado prestígio que se atribui à sabedoria. Essa virtude é tida como indispensável ao bom governo da sociedade. No texto platônico, os mais sábios são vistos como indivíduos preparados ao comando da república. Assim, o ofício dos filósofos, por vocação intelectual, relaciona-se à administração do local idealizado. Em *Utopia*, estimula-se o conhecimento de diferentes línguas. Como se não bastasse, os avanços sociais verificáveis na ilha do Novo Continente decorrem de medidas perspicazes, que preservam os utopianos da extenuação do trabalho e da alta mortalidade provocada pelas guerras. Em *A cidade do sol*, a sabedoria constitui o critério decisivo à escolha da autoridade suprema. O sacerdote Hoh detém o controle político da cidade solar por ser obrigatoriamente o mais inteligente entre todos os habitantes desta. Na *Nova Atlântida*, a ciência é enaltecida pelas atividades da Casa de Salomão. Nessa entidade, que funciona como uma verdadeira usina do conhecimento, os seres humanos têm em vista o domínio da natureza e de seus respectivos fenômenos.

Parece haver, também, uma confluência entre as obras quanto à necessidade do estabelecimento de certas regras e punições a serem infligidas nas sociedades utópicas. Em *A república*, a distribuição de tarefas é um princípio defendido pelos interlocutores do diálogo platônico, a fim de que a população republicana esteja devidamente organizada. Vantagens e proibições às classes de trabalhadores são, para isso, previstas. A propalada expulsão dos poetas surge como uma das mais ardorosas imposições. No texto de More, o equilíbrio demográfico das cidades que compõem a ilha é fundamental para que ninguém sofra com a falta de alimentos. A participação de todos nos afazeres do dia-a-dia impede que se entreguem à ociosidade, permitindo que desfrutem de não poucas horas de lazer. Em razão dos costumes dos habitantes da ilha, algumas profissões são prescindíveis, tais como costureiro, alfaiate, advogado, rufião e

prostituta. Aos que reincidem no descumprimento das leis do matrimônio deve ser aplicada a pena de morte. Na narrativa de Campanella, a desobediência é ainda mais severamente combatida. As questões matrimoniais não só podem dar margem a castigos, como são regulamentadas pelas autoridades. Quem agir com soberba abre precedente à humilhação, e aquele que demonstrar covardia igualmente é penalizado. Na obra de Bacon, os estrangeiros só podem permanecer na ilha de Bensalém durante o período que lhes é determinado pelo Estado. Há informações que sob modo algum são transmitidas pelos bensalemitas, principalmente quanto ao périplo que realizam para conhecer as riquezas culturais e científicas dos outros países. Na Casa de Salomão, há diferentes profissionais atuando harmonicamente na tentativa de efetuar descobertas.

Para Sánchez Vazquez “a irrealidade da utopia, como antecipação de uma vida melhor, pressupõe a crítica da realidade presente que, pela negação ou esquecimento dos valores e princípios assumidos para o futuro, é considerada pior” (2001, p. 361). Nas obras em que a temática utópica é focalizada, a projeção do ideal se justifica por haver uma realidade decepcionante sob certos ângulos. A crítica ao contexto histórico de determinada sociedade, nesse caso, faz-se imperiosa.

Em *A república*, Sócrates confessa: “Lamento precisamente que não exista forma de governo conveniente ao natural pensador filósofo. E por isso ele se desvirtua e corrompe” (19-- , p. 172). O afastamento do poder que ocorre aos filósofos, na visão do personagem platônico, sinaliza uma precariedade no âmbito social. Ele acredita que “um Estado nunca conhecerá a felicidade se as suas bases não houverem sido traçadas por esses artistas que trabalham tendo em vista modelos divinos” (19-- , p. 176).

As leis elaboradas na obra de Platão têm como espelho a própria realidade e procedem dela. Os “modelos divinos”, que servem como parâmetro aos filósofos, não são tomados como referência pelos poetas. Os textos que estes escrevem não primam pela apresentação de uma imagem sempre magnânima das divindades. Esse detalhe atíca a reação de Sócrates, que ordena:

Rogaremos ainda a Homero e a outros poetas que em suas ficções não nos representem a Aquiles, filho de uma deusa, ‘ora deitado de lado, ora de costas, ora de bruços, às vezes errante no litoral roído pela dor; dentro em pouco, a erguer-se subitamente, presa de mágoas, nas bordas do imenso mar; colhendo com as mãos a areia e atirando-a por cima da cabeça. (19-- , p. 66)

Na ilha de Utopia, o ouro e a prata são matérias consideradas abjetas; entretanto, têm validade quando importa reforçar as tropas durante as guerras. Nessa situação, Hitlodeu relata que os mercenários combatem “ao lado dos utopianos contra qualquer

das nações do mundo, pois nenhuma outra tem condições de ser tão pródiga em seus pagamentos” (1999, p. 152). A provisão reservada a esses indivíduos arreda das batalhas uma boa quantidade de utopianos. Com isso, a vida dos ilhéus adquire maior proteção.

O navegador também manifesta: “Aos utopianos pouco interessa o número de mercenários que morrem, pois acreditam estar prestando um grande serviço à humanidade ao livrarem este mundo de uma escória tão desprezível” (1999, p. 153). Baseia-se na realidade essa crença exposta em *Utopia*, assim como a que ironiza a incapacidade dos países em criar um conjunto de leis sintético e eficaz, que possa ser assimilado e cumprido por toda a sua população. Outra atitude dos moradores da ilha, motivada pelo existente, é seu grande desprezo “pelos augúrios, pela quiromancia ou por quaisquer credices e superstições em que tanto se acredita nos outros países. Na verdade, essas coisas são vistas em Utopia como meras piadas” (1999, p. 167).

No texto de Campanella, a opinião dos heliopolitanos tem por alicerce aquilo que é observado na vida real. As monarquias, da forma como se estruturam, acabam sendo objeto de contestação em *A cidade do sol*. A capacitação dos governantes é discutida, como sugere o seguinte trecho da obra que expõe o pensamento dos moradores daquele local:

Estamos tão certos de que um sábio pode ter aptidões para o bom governo de uma república quanto vós, que preferis homens ignorantes, julgados hábeis somente porque descendem de príncipes ou são eleitos pela prepotência de um partido. (19--., p. 36-37)

Sobre o que visualizam no cenário da humanidade, “confessam sinceramente que há muita iniquidade no universo. Os homens não são governados por superiores e verdadeiras razões, vivendo infelizes e sem escutar os bons” (19--., p. 75). O descontentamento com a realidade incita não apenas o ato de se fazer críticas a esta, mas a possibilidade de ser idealizada a cidade perfeita. Partindo desse juízo, Campanella institui um modelo de sociedade, tendo, para isso, como instrumento, a prática da produção ficcional.

Na *Nova Atlântida*, os procedimentos e o caráter dos habitantes da ilha de Bensalém são comparados com a índole de outros povos. Joabin, mercador daquela cidade, exprime ao narrador: “Entendereis que não há sob os céus nação tão casta como Bensalém, nem tão livre da corrupção e da torpeza. É a nação virgem do mundo” (1997,

p. 241). Para que essa “virgindade” que caracteriza os bensalemitas seja acentuada pelo comerciante deve-se pressupor que as outras nações não a contenham, mostrando-se, ao contrário, impuras, contaminadas, traiçoeiras. Essa idéia de pureza e de bondade atestada por Joabin, também está presente nas palavras que o sacerdote externa aos estrangeiros:

Mantemos um comércio não para obter ouro, prata ou jóias, nem sedas, especiarias ou qualquer outra mercadoria, mas tão-somente a primeira criação de Deus, que foi a luz: para obter luz do desenvolvimento de todas as partes do mundo. (1997, p. 237)

Na narrativa de Bacon, os objetos citados são importantes não pelo valor material ou pela elegância que proporcionam às pessoas. A riqueza dos mesmos consiste no aproveitamento de suas propriedades por obra da inteligência humana. No que tange a esse princípio, a gloriosa ilha do Novo Continente se diferencia dos outros países, como acontece com a distribuição das heranças, conforme se pode depreender do depoimento de Joabin que segue:

Aqui há muitas leis sábias e excelentes referentes ao casamento. Não permitem a poligamia. Ninguém pode casar-se ou contrair núpcias antes que tenha transcorrido um mês do primeiro encontro. Não são castigados os herdeiros, pois os filhos nascidos de tais matrimônios não são admitidos à herança em mais que a terça parte dos bens possuídos pelos seus pais. (1997, p. 243)

Nas obras literárias de teor utópico, elementos fantasiosos podem ser identificados. O personagem Sócrates, de *A república*, tem consciência desse fato. Durante a idealização da sociedade republicana, ele expressa uma solicitação ao seu interlocutor:

Deixa-me por um momento fazer como os ociosos que gostam de sonhar acordados, dando largas à fantasia, e repastando-se em quimeras. Sabes que essa espécie de gente, antes de estudar o modo de levar a bom termo os projetos que lhes fervem no cérebro deixando de parte a atenção de verificar se são ou deixam de ser realizáveis, os supõem já consumados ao seu bel-prazer. Sobre este alicerce fictício levantam as outras partes do edifício, regozijando-se antecipadamente com as vantagens que disso lhes advém e aumentando, por isso mesmo, a natural preguiça da própria alma. (19-- , p. 133)

Essa manifestação presente na obra platônica representa a defesa da utopia, sendo entendida como estimuladora de planejamentos edificantes aos seres humanos. O

fim da citação, por outro lado, encaminha a noção de que as elaborações utópicas levam os indivíduos à indolência, em vez de despertarem neles a preocupação imediata com a execução de seus projetos na prática, se é que existe alguma viabilidade para concretizá-los, não esquece de ponderar o interlocutor principal de *A república*.

More, que foi o primeiro a explorar o valor semântico de “utopia”, utiliza intencionalmente a palavra para designar um local fictício em que só se pode divisar virtudes. A fantasia, por conseguinte, transforma-se num dos ingredientes de *Utopia*. Para exemplificar esse aspecto, basta recordar o poderio militar que se corporifica na ilha de Utopia. A eficiência do exército dos utopianos atinge o ápice, uma vez que todo general inimigo “é quase sempre morto ou feito prisioneiro, a menos que salve sua pele através da fuga” (1999, p. 155).

Em *A cidade do sol*, um dos itens que se abeiram do fantástico diz respeito à longevidade dos heliopolitanos. O almirante genovês conta que não é ínfima a quantidade dos que chegam aos duzentos anos de vida naquele local. A rapidez com que aprendem técnicas e ofícios mais do que surpreende, pois em um ano descobrem tudo o que os indivíduos das outras nações levam pelo menos uma década para conhecer. Esse pormenor faz alusão à narrativa moreana. Nesta, Hitlodeu afirma que bastou um único contato dos utopianos com as pessoas do Velho Continente para adquirirem total conhecimento acerca delas e dos costumes da região de onde provinham.

No texto de Bacon, há o registro da bem-sucedida obtenção de inúmeros espécimes de vermes, insetos, peixes, répteis e substâncias em putrefação, a partir dos experimentos realizados na Casa de Salomão. O sacerdote que atuava na instituição confirma ao narrador: “o que conseguimos não ocorre por acaso, já que sabemos com antecedência que espécie de criatura nascerá de cada substância ou cruzamento” (1997, p. 248). Deduz-se com base nessa frase que a onisciência parece guiar as experiências promovidas com tal finalidade. É como se não ocorressem tentativas frustradas ou resultados provisórios no ato de experimentar aqui focalizado. Tudo, a rigor, conduz à consequência esperada pelos cientistas, não havendo, por isso, testes, e sim certezas comprovadas.

Segundo o governador da Casa dos Estrangeiros, a ilha de Bensalém “poderia de mil maneiras ser modificada para pior, mas de quase nenhuma para melhor” (1997, p. 235). Tem-se, desse modo, a descrição inconfundível de uma sociedade ideal ou perfeita em *Nova Atlântida*, por praticamente não precisar de melhorias. Essa particularidade

insere o texto baconiano no segmento utópico da literatura. Recursos intertextuais são, com esse propósito, empregados pelo filósofo inglês, a fim de abordar tal temática:

Ao fazer referências explícitas às narrativas utópicas de Platão e Morus, Bacon torna claro em sua *Nova Atlântida* que seu texto foi conscientemente escrito seguindo uma tradição literária e que também tem de ser lido dentro dos limites de determinado gênero literário. (SPANG, 2001, p. 280)

No próximo capítulo, as relações intertextuais entre *Quadrondo* e o cânone ficcional também não serão esquecidas, porém a ênfase recairá sobre as construções utópicas que a narrativa contemporânea apresenta. As características que se repetem nas utopias da Antigüidade Clássica e do período renascentista, possibilitando as associações estabelecidas nessa síntese, são igualmente verificáveis no texto de Pellegrini, de modo que o exercício há pouco promovido terá continuidade nesse trabalho.

3 AS VERSÕES UTÓPICAS DE *QUADRONDO*

Passa-se, agora, à interpretação de *Quadrondo*. A crítica que aqui se erige tem como fio condutor a observação da temática utópica em suas diferentes nuances que vão sendo gradativamente desveladas na obra de Pellegrini. Por se tratar de um texto literário, questões vinculadas à concepção e estrutura da narrativa ficcional serão expostas à medida que se procede à identificação das utopias presentes no romance. Mesmo que se esteja edificando o primeiro estudo cuja atenção se volta ao referido *corpus*, é preciso reconhecer: “Há o mundo uno da ciência, a realidade una do conhecimento, fora da qual nada pode tornar-se significante de forma cognoscível; esta realidade do conhecimento não é acabada e está sempre aberta” (BAKHTIN, 1998, p. 32).

Essa proposição bakhtiniana faz ver que, por mais bem fundamentado e eficiente que se revele o desempenho da crítica, esta é limitada, pois a pretensão de esgotar uma obra literária está muito longe de se tornar alcançável. Costa Marques (1972) alerta que, além da inteligência, a sensibilidade deve ser usada pelo intérprete, uma vez que a literatura suscita emoções ao leitor. Os olhos deste, no entender do pesquisador, lêem não apenas com a razão, mas, sobretudo, com o coração, isto é, com os componentes anímicos que aparecem impregnados em sua individualidade. O teórico sugere:

Não pode haver, portanto, um modelo, um método único de análise literária, mas apenas uma idêntica atitude de espírito. A natureza do texto e do seu conteúdo determinará a orientação mais favorável, e ela própria limitará o grau das nossas pesquisas, impedindo-nos de procurar no trecho analisado aquilo que este não pode dar-nos. (COSTA MARQUES, 1972, p. 40)

Forma-se, com base em tais postulados, o princípio de que os textos literários (nessa situação, no entanto, até os não-literários estão englobados) possuem uma característica inegável, que diz respeito à sua constituição descritiva “hermética”. Nada além das palavras que o constituem dentro de uma determinada seqüência pode ser a ele atribuído quando sua produção textual encontra-se rigorosamente acabada. Se, por exemplo, numa narrativa um personagem morre, e não há esclarecimentos sobre a causa do seu falecimento, prepondera o mistério quanto a esse fato. Pode-se até fazer conjeturas a respeito de tal episódio, com base em pistas que o texto fornece. Se este, entretanto, em nenhum momento expressa claramente a razão pela qual morreu o ser ficcional, é incorreto afirmar que a expõe com nitidez.

É o que Costa Marques exprime na citação anterior. Diante de uma mesma obra literária, contudo, leituras diversas são exequíveis, fruto de processos cognitivos singulares. Daí o motivo para não existir um único modelo, senão vários modos possíveis à compreensão de uma narrativa.

Antes de começar a análise mais fundamental a que se propõe esse trabalho, cabe dar destaque a uma consideração que opera como espécie de conselho a quem se incumba da tarefa de interpretar romances. Segundo Scholes & Kellogg, “para compreender uma obra literária, devemos, antes de tudo, tentar alinhar nossa própria visão da realidade o mais possível com a visão que prevalecia na época em que a obra foi composta” (1977, p. 57). Tomando-se o caso de *Quadrondo*, pode-se afirmar que algumas facilidades a empreitada em específico proporciona a um intérprete, uma vez que o texto ficcional foi publicado em 2007, bem como o tempo cronológico da narrativa se situa entre o final da década de 80 e o início dos anos 90 do século XX. A interpretação que aqui se consubstancia é contemporânea em relação ao contexto da produção da obra, e pouco se aparta temporalmente do período histórico que a mesma aborda, sendo-lhe viável satisfazer o que Scholes & Kellogg recomendam na citação anterior.

Uma das questões basilares que deve ser aclarada, estando ela circunscrita pelos domínios da teoria da narrativa, diz respeito aos papéis exercidos pelo autor e pelo narrador de uma obra literária. Essas duas entidades não raras vezes são confundidas quando examinadas sob o prisma da enunciação do discurso. Evidentemente, o escritor atua como criador do texto ficcional, e o faz através do arranjo coerente de palavras, descrevendo uma história dotada de início, meio e fim, em que há personagens interagindo constantemente. Como esclarece Bakhtin, essas “palavras não são dele, se as compreendermos de maneira direta, porém pertencem a ele” (1998, p. 105). Sem autor, como se sabe, não existe obra. Ele é o responsável pela vida que uma trama adquire quando composta. No momento, contudo, em que o narrador se pronuncia já não é mais o autor quem se comunica com o leitor. O mesmo acontece com os personagens. Estes não são porta-vozes oficiais e indefectíveis do pensamento de quem os criou, embora possam representá-lo ideologicamente de modo disfarçado e indireto. Falam, ao contrário, com independência, ou seja, o que articulam dentro do contexto ficcional é de sua indiscutível “autoria”:

As idéias, os sentimentos, a cosmovisão do narrador de um texto literário não coincidem necessariamente com o ponto de vista do autor. Este pode ocultar sua axiologia atrás do narrador ou de outra personagem, como também pode não compartilhar as opiniões de nenhuma personagem. (D'ONOFRIO, 1995, p. 54)

No caso de *Quadrondo*, seria falacioso afirmar que o narrador Tião Terra opera como portador da visão de Domingos Pellegrini sobre a realidade. A obra literária, retomando-se a conceituação de Bakhtin, oportuniza a ocorrência de uma “refração das intenções do autor” (1998, p. 118). Isso significa que o escritor se vale da prerrogativa de não precisar assumir seus posicionamentos e revelar suas pretensões quando concebe uma narrativa ficcional. Dessa forma, ele goza de neutralidade perante a produção textual que manipula. Quando, ao contrário, publica um texto não-literário, as idéias neste contidas são efetiva e inconfundivelmente de seu autor, que se manifesta sem recorrer a intermediários (leia-se personagens).

Tião Terra, e não Domingos Pellegrini, por conseguinte, é quem opina através do relato explicitado em *Quadrondo*. Este começa pelo fim, ou seja, quando o narrador toma a palavra pela primeira vez, vive a época do terceiro milênio (que é seu agora), já está “casado” com sua atual mulher, tem quatro filhos e mora no litoral paranaense. Em seguida, ele realiza uma retrospectiva a fim de contar sua trajetória a partir de 1989, ano no qual foi convidado a palestrar na Europa. Há, aqui, a utilização de um recurso narrativo conhecido por analepse, que, conforme Gérard Genette, é “toda a ulterior evocação de um acontecimento anterior ao ponto da história em que se está” (1976, p. 38). Os fatos são reconstituídos desde o final da década de 1980 em observância a uma linearidade cronológica, que poucas vezes é interrompida pelo retorno que Tião empreende ao tempo do plano da enunciação (o seu hoje).

Com base na classificação definida por Genette, que congrega o nível narrativo e a relação da voz com a história por ela narrada, pode-se depreender que há, em *Quadrondo*, a presença de um narrador intradieético-homodieético. Isso porque não é alheio à série de episódios que conta. Quando fala, o faz na primeira pessoa, colocando em evidência o que teria vivenciado, incorporando, portanto, a condição de protagonista das situações descritas. Sua visão sobre os fatos, longe de ser externa e impessoal, mostra-se engajada, prenhe de subjetividade.

As versões utópicas que serão focalizadas a seguir provêm das reflexões e atitudes que o narrador desempenha na obra de Pellegrini. A obsessão de Tião Terra pela teoria quadronda constitui a primeira. A derrocada do socialismo como estímulo à

fundação de uma cooperativa numa fictícia ilha do litoral paranaense abarca outro tipo de utopia, o que é desvelado por meio de uma textualidade alegórica. A realização amorosa sinaliza mais uma concretização utópica do antropólogo. O critério à explanação dos referidos tópicos será a ordem no qual emergem textualmente. Tal metodologia permite que o tratamento do enredo aconteça de modo a respeitar a lógica de sua evolução, evitando “saltos” que poderiam prejudicar e desorganizar a composição desse estudo.

3.1 A “teoria quadronda”

A mais significativa utopia de *Quadrondo* está alicerçada na teoria “quadronda”, que consiste na constatação de que todas as invenções humanas se originam da fusão das linhas retas e curvas. “Quadrondo” é um neologismo criado a partir da aglutinação das palavras “quadrado” e “redondo”. Trata-se de um objeto ou mesmo de um estado de nível superior, advindo da união de dois elementos. Estes, vistos separadamente, denotam incompletude. É como se dependessem de sua natureza oposta para atingirem o grau de existência mais elevado. O verbo “quadrondar”, seguindo-se esse pensamento, pode ser empregado como sinônimo de perfectibilizar.

Com a criação da palavra “quadrondo”, Domingos Pellegrini intencionalmente repete o ato de Thomas More. O advogado inglês havia cunhado, no século XVI, o vocábulo “utopia”, usando-a para nomear uma obra literária de sua autoria. Já o escritor paranaense aproveita o expediente moreano, escolhendo o título *Quadrondo* para o seu mais recente romance, e, através desse termo, vindo a designar a utopia que visa à perfeição humana.

Sebastião Terra, nome original do narrador de *Quadrondo*, é o responsável pela formulação dessa teoria. A abertura do romance mostra-o desfrutando da vida de morador da Ilha do Meio, localidade fictícia do litoral paranaense, enquanto olha para sua jovem esposa a catar conchas na praia. Contar sua história desde o momento em que atuava como professor de Antropologia na melhor universidade do sul do Brasil é o compromisso que Tião assume com os leitores, cumprindo-o, naturalmente.

O ponto de partida da trajetória do antropólogo remonta à fase de homem divorciado de Mara, com quem teve dois filhos, Ana e Leo. O docente doutorado estava com 40 anos de idade, gozava de prestígio nos meios científicos e havia sido convidado para um programa de intercâmbio cultural no Velho Mundo. Seu livro *Homem e*

mulher: o quadrado e a redonda tinha se transformado em sucesso editorial, rendendo-lhe mais do que a remuneração que recebia mensalmente da universidade. Consta de sua afamada publicação que “o homem é quadrado. Penetra. Rompe. Invade. Conquista”. A mulher, ao contrário, “é redonda. Abre-se, acolhe, protege e se aninha ao mesmo tempo” (PELLEGRINI, 2007, p. 18).

Um dos primeiros a ouvir a exposição sobre a teoria quadronda acaba sendo o reitor da universidade em que Tião Terra trabalha. Após tomar conhecimento da mesma, pergunta o dirigente da instituição: “E isso leva a que conclusão, professor?”. Este, por sua vez, confessa:

Por enquanto, nenhuma. Apenas que, sem as retas, o homem não teria sobrevivido entre tantas espécies maiores, sem garras, sem presas, sem asas, sem espinhos nem carapaças pelo corpo como os insetos, e com audição pouco aguçada, pouca força muscular comparada com qualquer animal. (PELLEGRINI, 2007, p. 21-22)

A conversa entre os dois prossegue, sendo que Tião relaciona invenções humanas em que as retas vieram a complementar as formas curvas, gerando instrumentos apropriados à caça e à construção de moradias. Para tentar extrair do professor uma tese em que ficasse comprovada a utilidade de tal teoria, o reitor ainda questiona: “Mas toda essa... retitude, ou essa redondice, como diz o senhor, leva a...”. O antropólogo, em réplica, declara:

... à constatação de que tudo que é humano é quadrondo! Quadrondo é a integração entre formas curvas, como vemos na natureza, e formas retas, criadas por nós, para gerar coisas como aquele computador ali, que é basicamente uma caixa cheia de placas e um disco, retas e curvas funcionalmente integradas. (PELLEGRINI, 2007, p. 22)

Tião, após afirmar que “tudo que é humano é quadrondo”, explica ao reitor ser o ponto a maior das invenções da humanidade. Como exemplo, cita o ponto certo para golpear um adversário, para pescar, para assar uma comida e para convergir o olhar. Outros objetos e obras “quadrondos” seriam a alavanca, a maca, a tala, a caverna e o poço. Como se não bastasse, o torniquete é mencionado como técnica quadronda desenvolvida pelos seres humanos a fim de estancar hemorragias.

O discurso do narrador se baseia na percepção de que, desde os primórdios, os indivíduos vêm manipulando aquilo que é encontrado na natureza, buscando, desse modo, facilitar as suas vidas. Em vez de fazerem uso das fontes naturais exclusivamente

da forma como lhes são oferecidas, os seres humanos, através de sua racionalidade, nelas promovem transformações. Para apressar o fim do diálogo, o reitor deseja boa viagem ao docente, além de sucesso na divulgação de seus pressupostos teóricos. Sobre tal episódio, o narrador comenta: “Saí sem ter conseguido de novo, como nas salas de aula, completar a teoria e mostrar que não deixa de servir para algumas coisas” (PELLEGRINI, 2007, p. 26).

A passagem anterior de *Quadrondo* confirma a incapacidade de Tião no que se refere à elaboração de uma conclusão satisfatória para sua teoria, bem como quanto à funcionalidade da mesma. Tentativas, para isso, não lhe faltaram, porém acabava sempre conhecendo o fracasso como resultado do exercício de investigação científica. Indagado pelo professor Gaudêncio sobre como estava se havendo no estudo da teoria quadronda, admite a seu colega de departamento que nem mesmo sabe se ela tem alguma validade. Gaudêncio recorda-lhe que é comum na ciência o que parece inicialmente inútil ter sua importância descoberta num futuro próximo ou, às vezes, distante. Com esse ponto de vista, Tião Terra concorda: “Hoje a teoria quadronda pode não servir para nada aparentemente, mas, amanhã, quem sabe?” (PELLEGRINI, 2007, p. 32).

A crença na possibilidade de efetivação do que ainda não tem valor concreto é um dos aspectos dissertados por Bloch. Ela está sedimentada na noção de que o futuro pode ser o lugar temporal da existência daquilo que é planejado no presente, porém que não faz parte da realidade, a não ser como mera abstração alimentada no agora:

O que distingue a fantasia da função utópica da mera fantasia quimérica é o fato de apenas a primeira ter a seu favor um ainda-não-ser do tipo que pode ser esperado, isto é, que não gira nem se perde em torno de uma possibilidade vazia, mas antecipa psiquicamente um possível real. (BLOCH, 2005, p. 144)

Embalado pela alentadora opinião de Gaudêncio, o professor procura revestir sua teoria de um caráter profícuo e até mesmo revolucionário. Qual o caminho para atingir esse objetivo? Se pudesse, de fato, haver uma direção que de modo insofismável o levasse a consolidar seu propósito tudo se apaziguaria. Não é essa, entretanto, a sua situação. A esperança, nesse caso, parece intervir na mente do narrador, no intuito de nele manter a expectativa em relação a um possível triunfo teórico:

Um escritor *inventou* os satélites! Por que um antropólogo não pode inventar um modo de ver e interpretar o mundo que... que o quê? Para que serve a visão quadronda? É a isso que você tinha de se dedicar então, Tião Terra, se não quisesse das duas, uma: ou abandonar o quadrondismo, ou ser chamado de louco pelos corredores. (PELLEGRINI, 2007, p. 32)

Com as duas hipóteses o narrador *a priori* não se preocupa. Os ares europeus poderiam estimulá-lo a perseguir o sucesso para sua teoria. Pessoas iriam escutá-lo atentamente quando viesse a falar a respeito dela. As críticas, todavia, também fariam parte desse contexto, proporcionando-lhe não uma evolução intelectual, senão provocando nele tamanha ira que não aprendeu a refrear.

3.1.1 Viajando para expor a “teoria” na Alemanha

A nova oportunidade para tentar arrematar a teoria quadronda, chegando ao fim dela sem conservar-se travado no meio da exposição, surge quando viaja para Frankfurt com um grupo de escritores. No avião, ao lado de Sílvia Marcondes Alves, tratada como a Primeira-Dama da Literatura Brasileira, e Ricardo Henrique Telles, dispunha de onze horas para realizar seu intento. Chance melhor que essa talvez não lhe ocorresse. A linha é sua primeira referência como invenção quadronda aos interlocutores. Tião salienta a eficácia dela na pesca, acompanhada do anzol, e na agricultura, quando o plantio em linha propiciou o aumento da produtividade nas propriedades rurais. Ele acrescenta que a descoberta da linha do varal deve ter sido façanha feminina. Classifica o ângulo como sendo uma máquina quadronda, por permitir o aparecimento de diversas formas geométricas e uma série de objetos quadrados, retangulares, esféricos e cilíndricos. Lembra ter a arquitetura nascido do casamento da cruz com o compasso (PELLEGRINI, 2007, p. 45). O entrecruzamento de linhas retas, continua a explicar o narrador, possibilitou a fabricação de tudo que pudesse ser trançado, como as redes para pescar, dormir, transportar colheita ou animais capturados. À idéia de que “tudo é quadrondo” Sílvia adere, ao apontar que os tecidos urbanos também apresentam esse formato, ou seja, incluem-se no rol das criações quadrondas, por meio do encontro das ruas, que delineiam os quarteirões. Ao ouvir o adendo da escritora, Tião Terra fica, a certa altura, surpreso:

Ela era a primeira pessoa, além de Leo e Ana, a ouvir a teoria quadronda com atenção e ainda acrescentando alguma coisa, eu não tinha pensado no tecido urbano. Mas vamos parar por aqui, falei:

– Ou você vai ficar com overdose de quadrondo, a teoria é grande, não seria didático continuar a partir deste ponto. Ela bateu uma leve continência:

– Certo, professor – suspirou – E pensar que tudo começou... com o ponto!
(PELLEGRINI, 2007, p. 46)

Após a declaração de Sílvia, espécies de “pontos” são rememoradas em profusão pelos dois personagens, entre elas o ponto de encontro, o ponto de costura, o ponto de cozimento, o ponto de interrogação, o relógio-ponto, os pontos de venda, de ônibus, de táxis, até vir o ponto final, que decreta o término da conversa havida enquanto viajavam à Europa. Apesar do “ponto final”, a teoria quadronda novamente fica sem acabamento, ou melhor, sem uma conclusão convincente. Afinal, para que ela serve? A dúvida perdura. Assim mesmo, outros exemplos como o livro, o cinema, o planeta e a face humana são identificados pela sua estrutura quadronda por parte de Tião. Até que, ao dormir dentro do avião, o reitor estaria a lhe dizer em sonho, depois do retorno da viagem à Alemanha:

E o senhor vai ser crucificado pela comissão de avaliação acadêmica se não justificar, com um ensaio sério, essa obsessão quadronda, porque, até agora, parece mais um sistema de revelação do óbvio! Afinal, professor, o que é que a sua teoria revela de novo no mundo das idéias?! (PELLEGRINI, 2007, p. 52)

A voz do reitor, situada num plano onírico e pressentida pelo narrador, significa nada mais que o pronunciamento simbólico da ciência. A exigência que lhe é feita no sentido de escrever sobre a teoria que defendia busca fazer com que esta seja transmitida de forma objetiva e em concordância com o que as normas científicas estabelecem. O docente, então, conscientiza-se acerca dessa cobrança: “acredito que os sonhos são sinais do caminho a seguir, então anotei: *você precisa achar e mostrar utilidades, Tião Terra, práticas enfim para sua teoria*”. Ele retoma o conceito de que “tudo é quadrondo, [...] e entender isso deve levar a algo” (PELLEGRINI, 2007, p. 52). Medita sobre a história de Albert Einstein. Havia lido a autobiografia do físico alemão, na qual Einstein conta ter lançado as bases da teoria da relatividade ao constatar que as imagens das casas visualizadas da janela de um bonde, em Viena, variavam conforme a velocidade impressa pelo meio de transporte. A evocação produzida por Tião deflagra uma relação analógica entre sua teoria e a einsteiniana. É como se, por meio de seu postulado (inconcluso, e, também por essa razão, sem poder adquirir qualquer reconhecimento científico), ambicionasse alcançar notoriedade semelhante à obtida pelo cientista ganhador do Prêmio Nobel de Física.

Nos tempos modernos, a física, conforme Nicolescu (2001), dispõe de todos os atributos para ser proclamada como a “rainha das ciências”. Deve-se o juízo do autor de *O manifesto da transdisciplinaridade* a experimentos e construtos bem-sucedidos no interior dessa área do conhecimento. Max Planck, Bohr, Einstein, Pauli, Heisenberg, Dirac, Schrödinger, Born, de Broglie, entre outros, colocaram em xeque paradigmas sustentados pela física clássica. O pesquisador romeno destaca que “o ‘quantum’ de Planck, que deu seu nome à mecânica quântica, iria revolucionar toda física e mudar profundamente nossa visão de mundo” (NICOLESCU, 2001, p. 23).

A tese que propalava a ausência de qualquer conexão não-local entre os corpos foi refutada e dissolvida pela física quântica. Esta introduziu o preceito da não-separabilidade da matéria, por avaliar que toda energia possui uma estrutura discreta, descontínua, o que pode ser explicado da seguinte forma:

As entidades quânticas continuam a interagir qualquer que seja o seu afastamento. Isto parece contrário a nossas leis macrofísicas. A interação pressupõe uma ligação, um sinal, e este sinal tem, segundo a teoria da relatividade de Einstein, uma velocidade limite: a velocidade da luz. (NICOLESCU, 2001, p. 25)

Para Nicolescu (2001), a física quântica e a teoria da relatividade, como parte integrante da primeira, causaram grande impacto cultural ao demonstrar que o nível abstrato e invisível de qualquer matéria coexiste com o nível concreto e observável das mesmas. Destarte, “nossos corpos têm ao mesmo tempo uma estrutura macrofísica e uma estrutura quântica” (NICOLESCU, 2001, p. 30).

Feitos esses apontamentos para melhor compreender a contribuição científica de Einstein, pode-se inferir que a associação entre a teoria quadrona e a da relatividade proposta no romance confirma a utopia de Tião Terra em almejar o êxito tal como o físico alemão se viu coroado, a partir da assimilação resultante de uma experiência fortuita do cotidiano. A diferença é que Einstein revolucionou a realidade por meio de sua descoberta, tanto no domínio teórico, com a publicação de ensaios e artigos científicos, quanto em decorrência dos efeitos práticos de seus estudos. O docente, diferentemente disso, não esconde sua impotência no que tange ao desenvolvimento de uma argumentação prolífica que pudesse alterar profundamente os rumos da ciência, com base em sua óbvia revelação.

Conversando com Sílvia dentro da aeronave, Tião consegue distinguir mais um ponto de convergência entre sua teoria e a da relatividade. A escritora elucida que a

pintura de diversas imagens tendo por objeto um mesmo cenário que se modifica no tempo em função da incidência do sol, da névoa e da chuva, é um exemplo quadrondo da evolução por que passou a arte em sua história. Ela recorre à proeza de Monet em ter pintado uma catedral em perspectivas que no mesmo dia se multiplicavam por causa do comportamento dinâmico da natureza. O narrador assinala: “Sílvia deu à teoria quadronda a noção de que na arte também tudo é relativo, dependendo inclusive do ponto de vista, como viu Einstein” (PELLEGRINI, 2007, p. 54).

A pretensão de Tião Terra em querer se igualar à estatura de Albert Einstein na esfera científica soa como profundamente irônica. Em termos concretos, nada leva à plausibilidade de que sua teoria venha a merecer tamanho reconhecimento. O que subsiste na mentalidade dele é apenas a vaga aposta na consagração de uma matéria que carece de cientificidade, e que, por isso mesmo, só pode redundar em infortúnio no meio acadêmico, como acaba acontecendo.

3.1.2 Uma “teoria” mais ficcional do que teórica

O narrador recebe de Sílvia e Ricardo Henrique novas colaborações para sua teorização, quando a ele afirmam serem quadrondos a escrita e os instrumentos musicais, a batuta e os movimentos do maestro, as táticas de guerra e a historiografia da literatura. Interessada no assunto que debatiam, Rosélia Carneiro, outra escritora pertencente à comitiva que havia partido do Brasil para participar do intercâmbio cultural na Europa, admite ao grupo que estava pensando em compor um “romancete”. Era como chamava os romances destinados ao público juvenil. Curioso, Tião a interpela:

– E já tem título?

Já tinha sim.

– *Mundo quadrado e vida redonda.*

Enquanto por dentro eu me recuperava do espanto, ela explicou que, na verdade, não estava gostando do título, preferia um que dissesse tudo numa palavra só...

– ...mostrando que a vida é uma mistura de quadradezas e redondices.
(PELLEGRINI, 2007, p. 67)

“Quadradeza” e “Redondice” é o título de cada uma das duas partes que dividem o texto de *Quadrondo*. O episódio acima descrito evidencia que a vocação da teoria quadronda reside verdadeiramente na sua utilidade à criação literária, e não à séria

formulação de um material científico capaz de propor um novo e transformador rumo intelectual à humanidade. Ciência e literatura, como se sabe, possuem estatutos distintos. Enquanto a primeira é mais rigorosa no tocante à apresentação e validade das idéias, a segunda, quanto a esse quesito, exibe grande flexibilidade. Aristóteles (2004) menciona que mais filosófica do que a história é a poesia por se reportar ao que poderia acontecer, e não ao ocorrido. Deduz-se, com embasamento nessa assertiva, que a poesia, ou seja, o texto ficcional em sentido lato, vincula-se à escrita da história possível. Ora, extremamente ampla é a esfera das possibilidades. Sua dimensão supera em muito o âmbito de tudo o que está atrelado ao real. Vicente Ataíde sentencia que “a ficção não precisa acompanhar os passos do senso comum ou da lógica; nem sequer da moral” (1974, p. 28).

O texto literário, no entanto, apesar da imensa liberdade e maleabilidade que concede ao seu criador, deve observar certas regras. Scholes & Kellogg ressaltam que “para uma obra literária ser narrativa, não é preciso nada mais do que uma estória e um narrador” (1977, p. 2). O narrador, seja ele a extensão da voz de um personagem ou uma comunicação impessoal e onisciente, corresponde à entidade que relata uma história a ser apreciada pelo leitor.

O enredo é o elemento responsável pela articulação de uma narrativa. Ele garante a coesão entre o princípio, o meio e o final da trama narrada. Funciona na condição de “esqueleto indispensável que, recoberto pelas carnes de personagem e incidente, proporciona o barro necessário que pode receber o sopro de vida” (SCHOLES & KELLOGG, 1977, p. 167).

A função do enredo é conferir unidade às múltiplas ações praticadas pelos personagens dentro do texto literário. Quando manipulado sem defeitos por parte do escritor, assegura o caráter de totalidade às obras ficcionais produzidas. Para ostentar-se despido de falhas, o enredo deve ser dotado de coerência. Esta “é a disposição equilibrada, o justo meio, dos elementos constitutivos do enredo” (ATAÍDE, 1974, p. 26).

Compreende-se a literatura como sendo a arte das letras. Dessa forma, ver que ela permanece num *status* de contínua dependência em relação à linguagem não é uma empreitada complexa. É através da exploração do código escrito¹³ de pelo menos uma língua que a arte literária se concretiza, tornando-se eterno fruto da expressão humana.

¹³ Evidentemente, a tradição oral da literatura não pode ser desprezada, porém o livro enquanto veículo de difusão do texto literário teve sua importância cada vez mais reconhecida pela comunidade de leitores, após a invenção da imprensa, no século XV, por John Gutemberg.

Bakhtin faz notar que bastam três modalidades discursivas para que um escritor possa dar consistência a um texto literário:

Com apenas três modelos sintáticos de transmissão (discurso direto, discurso indireto e discurso impessoal), com as diferentes combinações desses modelos e, principalmente, com os diversos procedimentos da sua réplica de enquadramento e estratificação por meio do contexto do autor, realiza-se o jogo múltiplo dos discursos, seu entrelaçamento e seu contágio recíproco. (1998, p. 123)

À Rosélia Carneiro¹⁴, satisfazer esse conjunto de exigências relacionado à criação literária seria o suficiente para que a teoria quadronda servisse não para fins científicos, senão em prol de uma máxima utópica incorporada ao contexto da narrativa ficcional: “A gente só é feliz quando consegue superar as quadrezas com redondice” (PELLEGRINI, 2007, p. 68). A sua indiscutível qualidade profissional indica que não lhe era dificultosa a missão de fazer da idealização da conquista da felicidade o tema central de um romance. Esse fato por si só gera a preocupação do narrador:

Se Rosélia Cordeiro lançasse um romance ou romancete ou fosse lá o que fosse, mesmo juvenil, com o título *Quadrondo*, eu teria o nome de minha teoria batizado por ela, sem ter tido ainda ao menos a chance de mostrar a alguém a teoria inteira. (PELLEGRINI, 2007, p. 69)

Há, aqui, o prenúncio da acentuação das adversidades de Tião quanto ao propósito de definitivamente vivificar sua teoria. Ele relembra que Charles Darwin antecipou a publicação de *A origem das espécies* ao averiguar que Alfred Wallace tencionava discorrer sobre o evolucionismo. A paternidade (ou maternidade) de qualquer obra científica, artística ou ligada a outros gêneros é garantida por aquele(a) que por primeiro a lança oficialmente, mesmo que nos bastidores da produção intelectual nenhum pioneirismo possa lhe ser atribuído. Tião Terra não desconhece essa realidade, e já não é com tranquilidade que deve dar cabo das objeções que são remetidas contra sua visão teórica ainda não expressa em consonância com os padrões científicos. Há, no íntimo do narrador, um anseio por ver sua tese completada e incontestada, como se pudesse fazer o papel de corolário indutor de ingentes

¹⁴ Em *Quadrondo*, há um único trecho em que o narrador substitui o nome de Rosélia Carneiro por Rosélia Cordeiro. Essa troca não é justificada na obra. Ela pode ser oriunda de alguma falha de impressão do livro, de lapso do autor ou da intencionalidade deste em apor mais um sentido ao perfil da criatura ficcional retratada. Trata-se, porém, de clara referência à mesma personagem. A simples mudança do sobrenome da escritora parece ser destituída de significado ambivalente e complexo, a ponto de interferir decisivamente na interpretação do romance. É oportuno recordar que as palavras “carneiro” e “cordeiro” apresentam similitude semântica.

conseqüências sociais, graças à sua força inovadora. No que concerne a esse aspecto, expõe Bloch:

É certo que toda utopia que não quer ser uma quimera de outro modo, abstrato, contém um momento de descobrimento, um momento a ser mediado por algo que objetivamente pode ser descoberto, não apenas produzido. (2006a, p. 303)

A comparação da situação de Darwin com a do narrador simboliza mais uma ironia. O primeiro, ao desenvolver um sério estudo científico, preocupou-se em registrá-lo com urgência, pois não queria perder o ineditismo que seus postulados lhe proporcionavam. O segundo, inversamente, não publicou a teoria quadronda, tendo sido leviana a sua inquietação.

Num diálogo com Ricardo Henrique, Tião chega ao consenso de que a pior das imagens “quadrondas” foi a da bomba nuclear “com sua coluna reta e copa arredondada” (PELLEGRINI, 2007, p. 73), que os Estados Unidos usaram na Segunda Guerra Mundial para destruir Hiroshima e Nagasaki. Os dois personagens concordam que as armas representam, sem exceção, objetos quadrondos. Já com Sílvia, o professor fala dos casamentos quadrondos, como o do eixo com a roda, do arco com a flecha, do barco com os remos e do arado com o cavalo. À pergunta de Rosélia sobre a importância da visão quadronda da humanidade, ele declara que as invenções quadrondas, por se colocarem a serviço da sobrevivência da espécie, sempre nasceram úteis.

A manifestação do antropólogo merece um exame mais demorado. Se a utilidade das invenções quadrondas se explica pelo seu nascimento, tem-se que nenhuma novidade oferece sua teoria à transformação dos seres humanos. Estes praticam-na inconscientemente, produzindo, ao natural, artefatos cujo formato mescla linhas retas e curvas. Nesse caso, qual a necessidade de as pessoas refletirem sobre tais princípios antes de agirem com vistas a sacramentar uma invenção? Que acréscimo eles proporcionam à inteligência dos indivíduos? A antítese da conceituação estéril é a revolução científica, à qual Thomas Kuhn atém-se:

Consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. [...] As revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. O

sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução. (1978, p. 145 e 146)

Não há dúvida de que as invenções revolucionam o modo de vida dos sujeitos. O que está em pauta, contudo, é o potencial inovador da teoria quadronda no seio da ciência. Nesse sentido, ela não se presta a corrigir o “funcionamento defeituoso” de pressupostos vigorantes. Sua concepção não desmente paradigmas, e por essa mesma razão não os substitui. Assim, infundado é o desejo de equiparar sua relevância à adquirida pela teoria da relatividade e, de um modo geral, pela física quântica. Kuhn atesta que

não é por acaso que a emergência da física newtoniana no século XVII e da Relatividade e da Mecânica Quântica no século XX foram precedidas e acompanhadas por análises filosóficas fundamentais da tradição de pesquisa contemporânea. (1978, p. 119 e 120)

Tião Terra, todavia, não desiste do seu desafio. Ele enfatiza, ao dialogar com Rosélia, que o Arco do Triunfo, a Muralha da China e outras riquezas arquitetônicas são tipos de invenções quadrondas. O corpo humano também é referido por Tião como “máquina quadronda”. No ensaio que estava começando a escrever sobre sua teoria, havia a seguinte epígrafe: “Olhar agudo para ver o óbvio / olhar fundo para ver o humano / até ver o mágico no cotidiano” (PELLEGRINI, 2007, p. 73). Rosélia a anotou, bem como as demais informações que obtivera em função da conversa com o professor. Este pretendia publicar o texto o mais rápido possível numa revista acadêmica, já que havia o risco de a escritora levar vantagem na divulgação de conteúdos ligados a essa temática, que vinha atraindo substancialmente o interesse de ambos.

Voltando a se encontrar com Ricardo Henrique, o antropólogo teria ouvido de seu interlocutor que o símbolo quadrondo da guerra era a granada. A garrafinha do champanhe que estavam tomando correspondia a outro elemento de natureza quadronda, segundo o narrador. Tudo poderia se encaminhar para um bom desfecho à formulação teórica que Tião Terra vinha articulando. Uma atitude receosa, entretanto, preponderou no âmago do professor: “Achei que não seria ainda a hora de expor a alguém inteligente e adulto a teoria inteira de Quadrondo” (PELLEGRINI, 2007, p. 92).

Quando deveria surgir o momento apropriado à exposição da teoria quadronda na íntegra? O narrador somente protela esse instante, como se observa no romance de Domingos Pellegrini. Seu pensamento, contudo, mantinha-se concentrado na tentativa

de solucionar os entraves provocados pela visão quadronda, que não ficava imune às críticas. Convencer as pessoas de que não era insignificante o que postulava traduzia-se na principal responsabilidade dele. Trata-se de uma utopia de Tião, que se conserva indelével em virtude da expectativa de poder transformar a realidade. Conforme Susana Albornoz “a esperança é uma espécie de conhecimento, o conhecimento do que ainda não-é” (2006, p. 75). Como o futuro pode ser diferente do que prevalece na atualidade, a esperança respalda a idéia de que uma projeção ainda não concretizada possa ter êxito *a posteriori*. Albornoz realça:

No exemplo do homem, ele é a possibilidade real de tudo o que tem sido em sua história até agora, mas também, sobretudo, de tudo o que ainda pode tornar-se desde que o progresso não se frustrasse, não seja entravado, às vezes pela própria ação dos homens, ou sua falta de ação. (ALBORNOZ, 2006, p. 68)

O amanhã sempre viria a oportunizar ao narrador a chance de encontrar um desfecho positivo para sua teoria. Uma parcela de alemães estaria pronta a prestigiar o seu desafio. A decepção, no entanto, acaba assinalando a explanação da visão quadronda feita por Tião Terra na Europa. Teria ele motivo para ficar, ao menos, consolado: entre todos os palestrantes brasileiros, foi quem mais exerceu atração sobre a imprensa, dela recebendo amplo destaque nas páginas dos jornais locais.

3.1.3 A apresentação da “teoria” ao público alemão

Numa palestra que a comitiva brasileira ministrou para mais de duzentos alemães no Auditório Adenauer, Tião leu o texto “Quadrondo: o Quadrado e o Redondo na vida da gente”, que fazia parte de seu livro inacabado sobre a teoria quadronda. Ele explicita que uma indústria pode ser salva pelo lampejo de um funcionário, pois o desempenho dela não depende unicamente das opiniões e decisões dos que a comandam. O argumento do antropólogo vai de encontro ao princípio cartesiano que determina ser o caminho reto o mais abreviado para se chegar a um destino. A vida não é tão objetiva, detalhes subjetivos a circundam, insiste o palestrante. Ele entende que o “líder tem essa visão quadronda, de ver a empresa em sua forma viva, como um bicho de muitas pernas e cabeças, avançando, porém na mesma direção” (PELLEGRINI, 2007, p. 116). Sobre as diferenças genéticas e psicológicas entre os sexos, uma mulher interroga-o:

No seu livro, o senhor compara o pênis com a vagina e diz que a mulher é receptiva, envolvente, benevolente, generosa, porque a vagina é interna e macia, como diz o senhor, enquanto o homem o senhor diz que é direto e agressivo e etcétera porque o pênis em ereção é como uma arma, ereto e rijo. Mas quando o pênis amolece não desmonta sua teoria, professor? Deu tristeza ver toda uma teoria, construída sobre toda uma comparação da estrutura biológica, ser condensada e deformada assim, mas também deu raiva a risada geral, até meus colegas de mesa riram bastante. [...] Respondi que sempre noto em feministas um vivo interesse pelos detalhes genitais da minha teoria. (PELLEGRINI, 2007, p. 117)

Em sua réplica, Tião Terra alega que os movimentos fazem dos humanos seres quadrandos, sendo o ato sexual, assim como as posturas corporais que adotam quando sentam e caminham patentes exemplos disso. Apesar da resposta, que, de certo modo, deu sobrevida à sua tese, não lhe foi possível neutralizar o ímpeto perscrutador do público que estava prestigiando o evento. Coube a outra participante a primazia de aplicar o golpe de misericórdia na visão defendida pelo narrador, sobretudo no que se refere ao valor científico que a mesma poderia encerrar:

– Como o senhor encaixa os *gays* e lésbicas na sua teoria, professor?

Respondi que não encaixo nada:

– Eles que se encaixem – risos – Minha teoria pressupõe um homem e uma mulher padrões, ele bastante masculino e ela bastante feminina, mas é claro que, na realidade, mesmo o mais macho dos homens tem sua porção feminina, do mesmo modo que a mais feminina das mulheres tem sua porção masculina. Minha teoria serve para a população padrão, digamos assim, os homens bem machos e as mulheres bem fêmeas. (PELLEGRINI, 2007, p. 119)

Em contraposição ao último juízo emitido por Tião, questiona-se: Existem homens e mulheres “padrão”? Que percentagem representam estes diante da totalidade da população mundial? Pode o comportamento humano servir como instrumento de padronização do sexo dos indivíduos e de regulação de seus respectivos papéis sociais?

O mais essencial encargo da atividade científica é o estabelecimento de uma definição para todo objeto do conhecimento. Homens e mulheres, na verdade, só podem ser classificados e distinguidos em função de sua natureza biológica. O que os torna membros do sexo masculino ou do feminino é exclusivamente a reunião de suas propriedades genéticas. Estas deveriam ser consideradas como critério definidor do homem e da mulher. Nada é mais contundente do que tal padronização.

Fora do paradigma biológico, entretanto, qualquer tentativa de fixação de significado à identidade masculina e feminina mostra-se inviável. Incorre nesse erro a

teoria quadronda. Ela nada comprova acerca das características que envolvem os dois sexos. Ao contrário, apenas lança conjecturas. Não se trata, portanto, de teoria composta por teses devidamente fundamentadas, como, por sinal, exige a ciência. Em lugar disso, há meras hipóteses que permitem à platéia externar não poucas refutações, em alguns casos, inclusive, com prevalência diante das intervenções do palestrante.

Bloch salienta que “nos utopistas abstratos, a lanterna dos sonhos ilumina para dentro de um recinto vazio, a realidade precisa se enquadrar na idéia” (2006a, p. 134). É o que se averigua em relação à teoria quadronda. As próprias palavras de Tião Terra denunciam essa verdade. Ele retruca que *gays* e lésbicas devem se encaixar na sua visão teórica, e não o contrário. Tem-se, com isso, a exemplificação de um caso em que a realidade deve se adequar à idéia, já que esta se distanciou do mundo concreto.

As idéias que amparam o fazer científico nunca perdem de vista a realidade. Elas provêm do real, tentam conhecê-lo e explicá-lo. Quando, além disso, estimulam ações e estas são praticadas, mudanças acontecem no universo não-ficcional. Agora, as idéias que vislumbram ter a realidade a elas subjugada, sem, contudo, se condicionarem à realidade não passam de abstração. É o alerta que Ernst Bloch expõe em *O princípio esperança*. A partir dele, pode-se inferir que a teoria quadronda corresponde a uma utopia abstrata, ou seja, que se revela impotente para ocupar um lugar de relevo no âmbito científico. Vão é o anseio de modificar o real pelo fato de se afastar deste em suas proposições.

É pertinente retomar o pensamento de Kuhn quando avalia que “uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido” (1978, p. 26). A conceituação atinente à visão quadronda quase nada de novo sugere sob o sol. Sua descoberta não tem importância no terreno científico, diferentemente do que se verifica no plano ficcional. A prova está no romance que Rosélia Carneiro objetiva escrever, e, numa dimensão mais ampla, na obra que Domingos Pellegrini concluiu, explorando a envergadura simbólica desse neologismo.

O narrador, ao se deparar com a enxurrada de críticas, reflete: “eu fiquei matutando se não devia esquecer Quadrondo” (PELLEGRINI, 2007, p. 120). Essa cogitação sucede-lhe ainda no decorrer da sessão de palestras protagonizada pela comitiva brasileira. Ela resulta de um lento processo de assimilação de Tião quanto à inevitável necessidade de abdicar de sua infrutífera teorização. A consciência pessoal vai paulatinamente demovendo-o da idéia de dar continuidade a esse propósito.

Depois da saída do auditório, Rosélia comenta ao grupo que Jesus teria andado em círculos para pregar e em linha reta para fugir. Ao ouvir isso, Carlos Frederico dos Santos desabafa, ironizando: “O que é que importa se Jesus fugiu reto ou fugiu redondo?!” (PELLEGRINI, 2007, p. 124). O poeta foi dos literatos brasileiros o que menos demonstrou simpatia pelas suposições de Tião Terra.

A desistência quanto à publicação da teoria numa revista científica, por não se tratar de uma decisão rápida e taxativa, sofreu algumas resistências do personagem. Num caderno, havia escrito uma orientação para si no intuito de passar por fax o texto ao periódico. Na metade do artigo, porém, parou de escrever por cair embriagado na cama do quarto do hotel. Com isso, reincidiu na desventura de não avistar o término de suas elaborações teóricas. Para piorar sua própria situação, “tinha borrado todo o artigo Quadrondo que estava no bolso do casaco molhado de vinho” (PELLEGRINI, 2007, p. 137-138).

A teoria de Tião, de inopino, deixa de ficar restrita à formalidade para ganhar senso prático. Sílvia decide “quadrondar a vida”. Depreende-se, a partir da análise dessa expressão, que a personagem passa a reivindicar a eliminação de tudo o que é enfadonho e aviltante no seu cotidiano. Isso significa que não mais se subjugaria às ordens e vontades do seu caseiro-companheiro, e que sairia do litoral para morar novamente na cidade. “Quadrondar a vida” é, nesse sentido, tomar medidas para romper com a infelicidade do dia-a-dia, procurando fazer com que a alegria possa mais intensamente habitar o espírito do ser humano. Para Tião Terra, opostamente, trocar a cidade pelo litoral seria a maneira particular de “quadrondar a vida”.

No último encontro em que deveria palestrar na Alemanha, o narrador volta a falar na visão quadronda. A platéia, como de costume, inquieta-se com sua explanação. Alguém lhe dirige uma pergunta: “Mas para que, afinal, no mundo de hoje, pode servir essa teoria quadronda? – Para enriquecer – respondi de imediato – Para ficar milionário, bilhardário, por exemplo” (PELLEGRINI, 2007, p. 146). Ele complementa o pensamento dizendo que o formato do dinheiro é quadrondo, e que, no futuro, cédulas e moedas seriam substituídas por cartões eletrônicos. Milionário ficaria o seu criador, mas, para ser quadrondo, o invento deveria reunir outras propriedades, na opinião do palestrante:

Que seja resistente e durável como as moedas, que não permita a sonegação de impostos para ninguém, seja rico ou pobre, recolhendo já no ato de qualquer compra a parte do Estado, e permitindo um balanço diário e

transparente de toda a arrecadação estatal. Os cidadãos saberiam quanto o Estado estaria arrecadando de cada um todo dia, e isso decerto aumentaria a cidadania e a exigência civil por governos mais eficientes. Já tivemos revolução industrial, revolução política, revolução tecnológica. Falta a revolução financeira, um tipo de dinheiro que ajude a fiscalizar o Estado. (PELLEGRINI, 2007, p. 147)

O conteúdo utópico desse trecho de *Quadrondo* é notório. A falta da “revolução financeira” exorta uma ânsia no personagem: a de ver suprida a carência por ele detectada. A invenção é o ato que visa a satisfazer necessidades humanas. Se não há transparência na arrecadação de impostos, por que não fazer algo para almejá-la? Albornoz resume:

A máquina de produção de sonhos acordados de nossos contemporâneos continua a reclamar o outro, e a insatisfação com as formas atuais de realização social [...] mantém a elaboração utópica como um lugar nenhum que se deseja fazer lugar. (2006, p. 10)

Ser quadrondo, prossegue o narrador, é saber ajudar e perdoar, é desenvolver a cidadania, é ter a iniciativa para superar crises, é negociar a independência da Índia com os ingleses tal como fez Gandhi: sem levantar a voz, com simplicidade no vestir e promovendo a paz e a civilidade através de caminhadas pelas ruas de Londres, registradas por uma grande quantidade de repórteres. Dessa forma, a teoria quadronda se converte num modo de ser quadrondo, que deve proporcionar vantagens para quem o adota. De pretensamente científico, transforma-se em discurso de auto-ajuda o pronunciado pelo palestrante. Ao confabular com Rosélia, convence-se, finalmente, quanto à inutilidade de sua teoria ao universo acadêmico:

Perguntei do seu livro dos mundos quadrado e redondo, ela disse pois é, tinha tantas idéias para a história mas...
– ...quando comecei a ouvir você falar da sua teoria quadronda, vi que eu só estava começando a enxergar o que você já viu e sistematizou, uma teoria...
– ...que não serve para nada – emendei – além de causar polêmica inútil e me fazer passar por palhaço. (PELLEGRINI, 2007, p. 162)

Ela avalia que, se Galileu Galilei assim pensasse, nunca colocaria em voga a tese heliocêntrica, ao que Tião retorquiu: “a teoria de Galileu, que era científica, mudou a visão do mundo, a minha teoria não mudava coisa alguma” (p. 162). Rosélia responde que é sempre possível mudar o mundo, desde que o indivíduo comece por melhorar a si mesmo. A mensagem da escritora o reanimou:

Fazia dias sentia um muro caindo também dentro de mim, olhava para trás e só via pedaços de vida, destroços, um casamento acabado, uma profissão contrariada, um livro equivocado, outro mal começado, uma teoria inútil, garrafas boiando num mar de bebedeiras, e de repente deu vontade de deixar tudo aquilo para trás, a começar pelo álcool. (PELLEGRINI, 2007, p. 163)

O referido trecho da obra de Pellegrini aponta para dificuldades a que Tião Terra se propunha superar. A série de infortúnios que estava desgostando o seu modo de viver dá lugar à esperança de poder melhorar sua condição existencial, a partir da adoção de certas medidas. O desejo de evitar o consumo de álcool atrela-se aos princípios que integram uma doutrina da qual o antropólogo se torna adepto, seguindo a mesma trajetória de seu pai sob o prisma da orientação ideológica, como será abordado posteriormente.

3.1.4 Problemas estruturais da “teoria quadronda”

Por todo o exposto até aqui, fica claro que a teoria quadronda só pode ser entendida como teoria, adotando-se uma perspectiva irônica. Ela é marcada por um vazio teórico que obnubila a visão do narrador. A pergunta “para que serve essa visão teórica?” é repetida com outras palavras por uma série de personagens de *Quadrondo*. Apesar do avanço da história, isto é, da evolução presente na narrativa, o retorno ao tópico em que o professor é contestado por não demonstrar a importância e a utilidade do que conceitua, parece gerar um travamento, uma suspensão, uma espécie de *looping* no enredo, a fim de deixar pendente se ele vai conseguir suplantar as objeções feitas à teoria, esmiuçando-a satisfatoriamente, e se chegará a publicar seu texto antes de Rosélia Carneiro lançar um romance que aborde essa temática, o que faz acender uma peculiar rivalidade autoral entre os dois seres ficcionais.

A repetição da pergunta anteriormente evocada é uma comprovação de sua cegueira diante da ineficiência do que procurava formular cientificamente. Um determinado tempo transcorre até mudar seu ponto de vista. Ao ser questionado e zombado pelo público, divisa a inconsistência do que vinha a esmo alimentando: “Está claro agora – mas então eu não via – que me encontrava enovelado nas caraminholas mentais do quadronatismo, o vício de tudo ver e pensar teoricamente” (PELLEGRINI, 2007, p. 167).

Para finalizar essa seção, urge assinalar que a teoria quadronda, paradoxal por desejar alcançar notoriedade científica, mesmo estando despida de cientificidade,

contém um equívoco estrutural elementar. A tese baseada na afirmação de que “tudo é quadrondo”, e que tem origem na dedução que o narrador estabelece ao observar as características dos inventos humanos, não se sustenta. A formulação teórica de Tião Terra, adotando-se o ponto de vista científico, apresenta vulnerabilidade, de modo que não poderia ser aceita como paradigma. Duas perguntas são suficientes para fragilizar a proposição do professor. A primeira: pode-se considerar a linha reta como invenção ou objeto quadrondo? O mesmo vale para as formas curvas: seriam elas, de fato, quadrondas? É a segunda e derradeira questão.

Tomando-se como parâmetro as explicações do narrador ao longo da obra, fica evidenciado que, diferentemente do que ele insinua, *nem tudo é quadrondo*. Falsa é, por conseguinte, a tese defendida por Tião. As exceções não são previstas por sua teoria. O que há de quadrondo na linha reta? E nas formas curvas? Nada, rigorosamente. Tanto a linha reta como as formas curvas constituem inegavelmente invenções ou objetos geométricos, porém não de natureza quadronda. Faltou ao antropólogo considerar os dois elementos isoladamente, pois que são autônomos, quer dizer, existem sem depender um do outro.

Em síntese, a teoria quadronda representa a utopia da integração de duas substâncias distintas. Essa combinação faz com que uma venha a completar a outra reciprocamente, suprimindo, assim, as necessidades que cada uma delas possui, e fortalecendo sua constituição por meio da união das propriedades que as particularizam. Ao pensamento de Tião obtempera-se que nem sempre esse esforço pela unificação é imprescindível, vantajoso ou até mesmo conciliatório a duas matérias de natureza diferente. Eis o motivo pelo qual, em determinadas ocorrências, valem-se da prerrogativa de permanecer separadas. Por isso, a respeito das criações e decisões humanas, *nem tudo é quadrondo*, e nada há de utópico nessa assertiva. A linha reta e as formas curvas, tomadas em separado, comprovam-na.

Como será visto adiante, toda forma de associação na qual Tião Terra se envolve é bem sucedida. Ele concretiza a utopia da união perfeita, ao liderar a constituição de uma cooperativa modelar e ao encontrar sua companheira ideal. Defender que *tudo é quadrondo* significa, dentro da ótica do narrador, que a natureza tende a harmonizar-se, atingindo a completude. Nesse jogo de proposições, redargüir que *nem tudo é quadrondo* simboliza um olhar direcionado à realidade, pronto a detectar falhas que são negligenciadas por toda elaboração de cunho utópico, colocando-a na sua devida posição, que não pode ser outra senão o seu não-lugar etimológico.

3.2 O fim da utopia socialista

Analisando-se o enredo de *Quadrondo*, sem dificuldade chega-se à conclusão de que não é por acaso que a viagem da comitiva brasileira teve a Alemanha como destino naquele findar de 1989. A participação de alguns personagens na derrubada do Muro de Berlim autoriza e estimula a elaboração de uma gama de conexões entre o texto ficcional de Pellegrini e a história contemporânea. Dados são extraídos do contexto da realidade por parte do autor paranaense para receberem novo significado no interior do romance. Eco pondera que “o leitor tem que saber que o que está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras” (1994, p. 81). Não é defeso a um romancista fazer descrições que tenham por base fatos reais, bem como reproduzir informações verídicas numa obra ficcional. O texto de *Quadrondo* está inserido nessa situação.

O Muro de Berlim, por mais execrável que tenha sido sua construção, não foi erguido fortuitamente, e sim em virtude do acirramento de uma disputa social, política, militar e ideológica que remonta, em termos práticos, à consolidação da Revolução Russa, em 1917, e em nível teórico, às idéias preconizadas no século XIX pelos socialismos utópico e científico. Para que se possa interpretar com mais percuciência o episódio da queda do Muro de Berlim, além da participação dos personagens nesse acontecimento, utilizando-se como *corpus* a obra de Pellegrini, é preciso, em primeiro lugar, conhecer a origem e as conseqüências desencadeadas por adeptos de uma corrente de pensamento que difundiu intensamente seus princípios após a Revolução Francesa, e que levou parte da humanidade a viver dentro dos moldes de um novo sistema econômico por mais de sete décadas, desde que Lênin, principal líder bolchevista, assumiu o governo russo.

3.2.1 Histórico sobre o pensamento socialista

Para introduzir o enfoque proposto, o que será feito resumidamente, é necessário ressaltar que o socialismo nasce de uma visão arraigada no descontentamento

em relação aos efeitos sociais provocados pelo capitalismo. More, em *Utopia*, já no século XVI fazia uso da literatura para retratar ficcionalmente a existência de uma sociedade que desconhecia a propriedade privada, que cumpria leves jornadas de trabalho e que sabia viver sem dar valor aos bens materiais. A eliminação das desigualdades, o combate à miséria e à exploração de toda mão-de-obra pertenciam ao conjunto das causas socialistas. Spindel clarifica:

Quando em 1827 a palavra socialismo é utilizada pela primeira vez, num artigo da *Cooperative Magazine*, ela já designava, de maneira global, toda uma forte corrente do pensamento político que acreditava ser necessário radicalizar o modelo de democracia que a burguesia pregava como ideal para substituir o regime monárquico despótico. Além de socialistas, os partidários desta corrente também eram conhecidos como democratas radicais, cooperativistas ou comunistas. Aos componentes da corrente que se forma durante esta fase de amadurecimento do ideal socialista, costumamos denominar, hoje em dia, de socialistas utópicos ou socialistas pré-marxistas. (1987, p. 16)

Spindel (1987) relembra o papel de Babouef e de Buonarotti na Conspiração dos Iguais, cujo incidente marca uma das fases da Revolução Francesa¹⁵. Eles incitaram o proletariado não só a reclamar a instalação de um governo de caráter socialista na França, mas a agir para tomar o poder, já que suas reivindicações não seriam atendidas pela classe burguesa. Apesar do fracasso dessa revolta, criou-se nas camadas populares uma consciência acerca da luta revolucionária, estribada no ensinamento de que as insurreições se justificam quando os interesses de uma população são negligenciados por seus governantes.

Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon podem ser reputados como principais representantes do socialismo utópico quanto à produção intelectual. O primeiro aprofundou o estudo sobre o embate de classes, ao percebê-lo como um dos desdobramentos da Revolução Francesa, alertou para a superioridade da economia diante da política em questões administrativas e desenvolveu a concepção do governo como gestor de processos produtivos oriundos do trabalho social. O segundo aprovava o cooperativismo como sistema de organização de uma sociedade e julgava corresponder o socialismo à fase final da história humana, na qual seria possível atingir a perfeição, ocasião essa em que as pessoas passariam a morar em falanstérios. O terceiro atuou como industrial que não deixou de lucrar com a humanização das relações trabalhistas

¹⁵ A Conspiração dos Iguais, que representou um dos episódios mais cruentos da fase da Revolução Francesa que ficou conhecida como Diretório (1795-1799), foi um malogrado levante popular sucedido em 1796 contra os cinco membros girondinos que assumiram o comando da França, após a execução do Golpe do 9 Termidor, em 27 de julho de 1794.

que promoveu, e suas diretrizes foram decisivas ao surgimento de uma legislação que regulasse as atividades de mulheres e crianças. O último criticava a propriedade privada, classificando como roubo a exploração de qualquer mão-de-obra, pois entendia que cada trabalhador deveria ser proprietário - e não usuário - dos meios de produção.

Marx e Engels são os grandes responsáveis pela construção do ideário socialista sob o prisma científico. Ambos se notabilizam especialmente com a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848. O primeiro, entretanto, acaba por empreender, à luz da dialética, uma vasta investigação que permitisse observar a base econômica das diferentes sociedades formadas ao longo da história. Em sua pesquisa constata que as relações sociais de produção se modificam quando as forças produtivas¹⁶ atingem determinado grau de desenvolvimento, tornando obsoleta a estrutura que se encontra socialmente em vigência. Em função disso, as revoluções acontecem quando sobrevém o estágio em que os padrões sociais não mais se revelam adequados às novas condições exigidas pelos indivíduos.

Sob o ponto de vista da teoria marxista, resulta o socialismo, num primeiro momento, da evolução, e, posteriormente, da falência do capitalismo decorrente da vitória do proletariado na disputa pelo poder. Conforme Marx, a essa parcela vitoriosa da sociedade caberia a instauração temporária de uma ditadura, antes de haver a completa extinção do Estado e o fim da divisão de classes. O modo de vida social caracterizado por essas providências recebe o nome de comunismo.

Em 1864, é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Marx assegura a preponderância de suas idéias a orientar esse movimento, até entrar em conflito com os pressupostos de Bakunin. O anarquismo, por apregoar a efetivação da revolução socialista dentro de um prazo inferior ao estipulado pela teoria marxista, ligeiramente aumentou sua representatividade entre os membros da I Internacional, como era conhecida a AIT. Com a capitulação francesa na guerra franco-prussiana, em 1870, as divergências entre os dois ideólogos ficaram em segundo plano. Os partidários da I Internacional ajudaram a população francesa a destituir o governo republicano de Adolphe Thiers, por não concordarem com a proposta de deposição das armas que sacramentaria a rendição dos franceses ao exército alemão. Em consequência disso, ineditamente foi instituído um Estado proletário na França, por obra da revolução denominada Comuna de Paris, que teve início em março de 1871.

¹⁶ De acordo com Spindel, “o que Marx denominava de forças produtivas é o conjunto formado pelo clima, solo, água, matérias-primas, máquinas, mão-de-obra, instrumentos de trabalho e técnicas” (1987, p. 35).

A experiência da Comuna possibilitou aos franceses a realização de inúmeras reformas, durante os praticamente dois meses de sua duração. A jornada de trabalho foi reduzida, aboliram-se os descontos nos salários, houve a legalização dos sindicatos, procedeu-se à separação entre Estado e Igreja, residências vazias foram desapropriadas e ocupadas, decidiu-se que o preenchimento de cargos se daria através de eleições, entre outras ações avalizadas pelos governistas populares. A disparidade de forças militares ocasionou a derrocada desse sistema aplicado na capital francesa. As tropas do governo oficial francês, que havia mudado sua sede para Versalhes, ganharam o reforço de combatentes que tinham sido aprisionados pelos alemães no desenrolar da guerra franco-prussiana, e, por causa do que estava sucedendo em Paris, foram libertados. Devido a isso, o exército da França veio a contabilizar um número de soldados que superava em mais de seis vezes a quantidade de milicianos da Comuna.

Spindel (1987) adverte que, ao divisar a derrota popular em Paris, Marx ficou convencido de que a sociedade comunista democrática somente seria viável após o cumprimento de um período ditatorial. Para ele, estava comprovado que, com o empenho de um proletariado organizado, a Revolução Socialista se converteria numa possibilidade concreta, e não apenas ficaria à mercê das idealizações feitas pelos socialistas utópicos. O fracasso da Comuna de Paris, entretanto, levou à dissolução da I Internacional, em 1876. Após a morte de Marx, em 1883, vem ao mundo a II Internacional. Na ideologia dessa instituição,

já se pode notar uma compreensão bastante variada dos ensinamentos de seus criadores, que acabarão por levar tanto à Revolução Russa de 1917 quanto à quase total descaracterização da social-democracia enquanto movimento verdadeiramente socialista-marxista. (SPINDEL, 1987, p. 51)

As alterações introduzidas na doutrina socialista provêm, em grande medida, do crescimento do contingente de seus partidários. O grupo de socialistas orientados pelas idéias de Marx aumentou de tal forma que ficava difícil à totalidade de seus membros segui-las à risca sem manifestar divergências ou observá-las mais fielmente em relação ao panorama que se verificava nos anos da I Internacional, entidade bem menos numerosa do que a II Internacional em termos de correligionários. Na Alemanha, o partido social-democrata, apesar da repressão que lhe era infligida pelo governo da época, veio a se transformar na maior facção política do país, tendo conquistado um milhão e quatrocentos mil votos nas eleições de 1890. Dentro desse partido, havia uma

corrente minoritária que defendia o caminho revolucionário à consolidação do poder – tal como Marx postulava –, e outra majoritária que, embora viesse a acreditar nos princípios marxistas, aceitava cada vez mais a implantação do socialismo pela vereda parlamentar. Spindel descreve:

Ao entrar no século XX, a Internacional encontrava-se dividida em três grupos distintos, à semelhança do Partido alemão. À direita estava o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados dirigidos por Kautsky e à esquerda os marxistas revolucionários liderados por Lênin e Rosa Luxemburgo. (1987, p. 58)

Apesar das dessemelhanças havidas entre os princípios das três facções socialistas, o movimento que se contrapunha à nobreza czarista logo colocaria em xeque tal regime. O descontentamento da sociedade russa em relação ao próprio governo faria com que novas relações de poder fossem instituídas em seu país. A revolução estava prestes a acontecer, porém sem que seus líderes – Lênin, em especial – tivessem a capacidade de encaminhar na prática as soluções que tanto vislumbravam antes da conquista da hegemonia política na Rússia.

3.2.2 O socialismo transformado em realidade

Combalido pelo poderio militar da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o czarismo não consegue conter as greves de trabalhadores, a fúria dos camponeses que acabam incendiando propriedades rurais da nobreza e a organização de soviets¹⁷ dentro do exército russo. A derrota de Nicolau II na guerra russo-japonesa, em 1905, já sinalizava o enfraquecimento de sua liderança política. Em março de 1917, viu-se o czar obrigado a abdicar do poder, abrindo espaço à proclamação da república na Rússia. Em outubro do mesmo ano, Lênin assume o comando do país, iniciando o período dos governos socialistas, que se estende até 1989. Moniz Bandeira, todavia, faz questão de asseverar:

Nem Marx nem Engels jamais conceberam o socialismo como via de desenvolvimento ou modelo alternativo para o capitalismo, senão como consequência de sua expansão. Sem o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de transporte e comunicação, com que a burguesia arrastava até as nações mais bárbaras à civilização, não seria possível realizá-lo. (1992, p. 21-22)

¹⁷ Conselhos socialistas formados por operários, camponeses e soldados nas esferas (da maior para a menor) nacional, regional e da representação interna das categorias de profissionais.

Ainda de acordo com Bandeira (1992), dadas as condições econômicas da Rússia após o encerramento da Primeira Guerra Mundial, ficava, para Lênin, impraticável a promessa de garantir harmonia, alimento e vida próspera ao povo soviético já no primeiro ano administrativo. Engels, conforme o pesquisador baiano, teria certa vez advertido que o subdesenvolvimento das relações de produção poderia dar margem ao despotismo.

Integrante do partido social-democrata da Alemanha, e, logo depois, fundadora do Partido Comunista da Alemanha – de tendência marxista –, Rosa Luxemburgo critica Lênin e Trotsky por terem suprimido a Assembléia Constituinte e dissolvido as liberdades políticas na Rússia. Ela denuncia a liberdade que só era gozada pelos partidários do governo, como se se tratasse de um privilégio. Luxemburgo defendia a edificação de um socialismo com democracia. Por sua atitude de repúdio ao bolchevismo, juntamente com Karl Liebknecht, foi presa e assassinada em 15 de janeiro de 1919, fato que deixou consternada a opinião pública.

A Guerra Civil Russa vencida pelo Exército Vermelho em 1921, fizera cair a renda dos soviéticos para a terça parte do seu desempenho em 1913. A produção de carvão e as fundições de ferro haviam declinado vertiginosamente. As indústrias praticamente ficaram paralisadas devido à escassez de matérias-primas, as ferrovias sofreram completa destruição, a agricultura havia sido amplamente avariada, massivo êxodo ocorreu em zonas urbanas e a miséria já estava afetando 36 milhões de pessoas.

A saída de Lênin para a crise era impulsionar a economia de mercado, porém com o controle do Estado, o que foi projetado e cumprido através da Nova Política Econômica (NEP). Essa medida desencadeou, entre outros acontecimentos, a assinatura do Tratado de Rapallo por parte da Alemanha e da Rússia, em abril de 1922. As duas nações, que se viam isoladas respectivamente em função das imposições do Tratado de Versalhes e da inoperância da política externa socialista, começaram a promover acordos de cooperação. O intercâmbio comercial, que prosseguiu até o limiar da década de 1940 por causa dos entendimentos entre Stálin e Hitler, permitiu que soviéticos e alemães melhorassem substancialmente sua estrutura industrial e militar. No transcorrer dos primeiros meses da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética chegou, inclusive, a fornecer expressivas provisões de petróleo, cereais, farinha de trigo, algodão e outros produtos à Alemanha, que já rivalizava com as forças aliadas nos campos de batalha. O

rompimento entre os dois países só foi sacramentado quando as tropas alemãs invadiram a União Soviética em 22 de junho de 1941.

3.2.3. A divisão da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial

Em 1945, com o insucesso da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, as principais potências aliadas – Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França – dividiram o território alemão em quatro zonas de ocupação¹⁸. Os soviéticos assumiram o controle das regiões de Königsberg e de Memel, situadas a leste dos rios Oder e Neisse, cabendo-lhes, ainda, a administração dos Estados de Mecklenburg, Sachsen, Thüringen, Brandenburg e Sachsen-Anhalt. A extensão territorial da zona soviética, que quatro anos depois demarcaria geograficamente a Alemanha Oriental, superava os 108 mil quilômetros quadrados, e era habitada por mais de 18 milhões de pessoas.

Berlim também foi repartida em quatro setores. Do total de sua área, 54% estava situada no lado soviético e 46% pertencia à zona berlinense controlada pelas três nações aliadas. Consta na obra *Perfil da Alemanha* a informação de que a União Soviética exigia como reparação pelos danos que havia sofrido com a invasão alemã uma importância da ordem de 20 bilhões de dólares, além da entrega de oitenta por cento das indústrias germânicas. A publicação também destaca que “a Alemanha se tornou o país em que a guerra fria se manifestou com mais intensidade do que em qualquer outra parte do mundo” (1996, p. 31).

A Guerra Fria¹⁹ ensejou a averiguação de dois comportamentos antagônicos com relação aos bens e ao futuro da Alemanha. De um lado havia o entendimento de que a área geográfica do país arrasado pela guerra servia tão-somente à extração das poucas riquezas que lhe restavam, como se o seu papel fosse o de uma colônia forçosamente destinada ao abastecimento da metrópole. Moniz Bandeira(1992) enfatiza que, por ter sido a primeira nação – entre as que formaram o grupo dos Aliados – a ingressar na capital alemã, a União Soviética se pôs a remover no mínimo 50% da maquinaria pesada das fábricas existentes em Berlim, transferindo para seu território cerca de 460 empresas berlinenses. A outra parte, sob a liderança dos Estados Unidos, levou em

¹⁸ A decisão foi referendada pelas nações nas Conferências de Yalta e Potsdam.

¹⁹ De acordo com Magnoli, “Guerra Fria foi a expressão cunhada para definir as relações entre as superpotências [Estados Unidos e União Soviética] no pós-guerra” (2001, p. 47). O autor comenta que, temendo a confrontação bélica, as duas nações coibiram o uso da força na tentativa de solucionar conflitos, promovendo uma corrida armamentista que, a rigor, não deveria provocar qualquer disputa direta entre seus exércitos.

consideração o fato de que “a Alemanha não teria capacidade de pagar as reparações de guerra, em dinheiro ou espécie, a não ser que restaurasse suas indústrias e recuperasse alguns dos mercados que perdera” (1992, p. 56). Por esse motivo, tratou de investir pesadamente na reestruturação da economia alemã, o que, aos poucos, veio a se concretizar, a partir da execução do Plano Marshall.

De fato, a Alemanha centralizou as atenções das duas superpotências em competição durante a Guerra Fria. Por uma questão estratégica, convinha à União Soviética que a pátria alemã não se fortalecesse economicamente, pois, dessa forma, os soviéticos mais facilmente poderiam exercer sua supremacia na Europa:

O Exército Vermelho, ao esmagar a *Wehrmacht* e avançar até Berlim, emergira como a mais poderosa máquina de guerra da Europa. E os comunistas, que se lançaram à luta contra o nazismo, após a invasão da URSS, e se armaram durante a guerra, não apenas conquistaram a hegemonia na Iugoslávia, Polônia, Albânia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia e parte da Alemanha, com o respaldo do Exército Vermelho, como ganharam importantes posições nos governos da França, onde obtiveram cerca de 5 milhões de votos, Itália, apoiados por 20% do eleitorado, Bélgica, Noruega, Dinamarca. (BANDEIRA, 1992, p. 58)

A preocupação norte-americana com a ascensão do comunismo no continente europeu se justificava. Por essa razão, fazer da Alemanha um país bastante desenvolvido economicamente representava uma forma de conter as forças e as ambições soviéticas. A França, num primeiro momento, discordava das intenções dos Estados Unidos no tocante à revitalização alemã. O posicionamento do governo francês não impediu que ingleses e norte-americanos unificassem suas zonas em Berlim, no dia 17 de dezembro de 1947. Na Conferência de Londres, realizada em junho de 1948, os franceses, no entanto, aderiram à decisão tomada pelas duas nações. Com isso, três zonas de ocupação do território berlinense passaram a ficar integradas, deixando isolada a parte soviética. Vaisse acrescenta:

Para mostrar a sua vontade de unificação, as três potências decidem criar uma moeda comum, o *Deutsche Mark* (DM). Esta medida monetária desagradava aos soviéticos que, como represália, fazem um bloqueio terrestre total a Berlim. É a medição de forças. (1995, p. 32)

O bloqueio socialista a todas as rodovias e ferrovias da principal cidade alemã não conseguiu obstruir o abastecimento de Berlim Ocidental, devido à organização da ponte aérea, que consistiu na entrega de alimentos a mais de dois milhões de pessoas,

através da realização de um número superior a 200 mil vôos praticados durante pouco menos de um ano pelas forças áreas norte-americana e britânica. Os soviéticos desistem de efetuar o cerco a Berlim, em 23 de maio de 1949 é instituída a República Federal da Alemanha (RFA), também conhecida como Alemanha Ocidental, e, no dia 7 de outubro de 1949, a União Soviética funda, em sua zona, a República Democrática Alemã (RDA). Moniz Bandeira esclarece:

Quando se constituiu, a RDA já se encontrava extremamente debilitada, pois perdera metade da capacidade industrial que possuía em 1936, havendo o Exército Vermelho removido para a URSS dois terços das indústrias químicas e metalúrgicas, bem como um quarto de outras indústrias básicas e de bens de consumo. (1992, p. 70)

A partir disso, dois retratos cada vez mais vieram a estampar diferenças no que concerne à realidade da Alemanha. Na porção oriental, o retrocesso econômico se tornava flagrante; na ocidental, acelerado desenvolvimento era proporcionado por incentivos financeiros e pelo estabelecimento de relações comerciais com vários países europeus.

3.2.4. O Muro de Berlim

A acentuada dessemelhança entre os dois retratos sociais vividos por uma mesma cidade constituiu a grande fonte motivadora da construção do Muro de Berlim. Enquanto os trabalhadores do lado oriental não recebiam majoração de salário por terem sua jornada aumentada, em Berlim Ocidental o mercado em expansão criava empregos, atraindo a mão-de-obra dos que viviam na parte leste de Berlim. Entre 1947 e 1961, cerca de três milhões de pessoas abdicaram de seu patrimônio em Berlim Oriental, e se mudaram para os setores localizados no oeste da cidade, em busca de melhores condições de vida. Acerca da improvisada preparação do muro em 1961, Heaps detalha:

Às duas horas da manhã de domingo, 13 de agosto, unidades da Polícia do Povo (Volkspolizei) e do Exército Nacional Popular da Alemanha Oriental, somando mais de 40 mil, bloquearam a fronteira entre os setores soviético e ocidental (aliado). Berlim Oriental transformou-se numa cidade sitiada. [...] Nas primeiras horas desse dia, as tropas do exército e da polícia começaram a bloquear as ruas limítrofes com grossos rolos de arame farpado ou toscas cercas de arame presas em postes de madeira. Em muitos lugares, os obstáculos eram construídos por meio da abertura de valas e o despedaçamento da pavimentação de ruas. No dia seguinte, o levantamento das barreiras continuou, e nos dias e semanas seguintes muros de concreto

foram erigidos ao longo da fronteira, tornando o sistema de bloqueio cada vez mais sólido. (1965, p. 20-21)

O Muro de Berlim, cujo comprimento totalizava 45 quilômetros, havia se constituído numa necessidade soviética de reprimir o desenfreado despovoamento da Alemanha Oriental. Antes do dia 13 de agosto de 1961, existiam 81 caminhos que davam acesso da zona leste para a oeste da cidade, e vice-versa. Após essa data, 69 pontos de cruzamento foram obstaculizados com arame farpado ou com a parede de alvenaria do próprio Muro. Dos 12 caminhos que ainda restavam, cinco acabaram fechados dez dias mais tarde. O deslocamento de quem morava no setor oriental em direção a alguma zona ocidental de Berlim foi terminantemente proibido pelas autoridades socialistas. Um limitado número de berlinenses ocidentais havia adquirido o direito de entrar no território da capital alemã ocupado pelos soviéticos. Willard Heaps elucida:

O Muro estava na verdade afastado de um a cinco metros dentro das linhas limítrofes setoriais acordadas, e, por conseguinte, a salvo dentro de território reconhecidamente soviético. Qualquer penetração militar poderia facilmente conduzir a um conflito armado. (1965, p. 29)

A informação de Heaps é fundamental para entender por que as nações aliadas, especialmente os Estados Unidos, evitaram agir com vistas à destruição do Muro. Duas foram as razões elementares que deram respaldo a esse posicionamento. Primeiro, para tomar precauções contra o alastramento de uma violência que poderia assumir proporções inimagináveis. Segundo, porque, mesmo tendo sido erguido ilegalmente, uma vez que feria a liberdade de ir e vir dos cidadãos, o Muro dividia a cidade, respeitando o que havia sido convencionado pelos países quanto à ocupação geográfica que competia a cada um deles em Berlim. Alguma legalidade, por mais forjada que seja, contemplava, portanto, a atitude dos soviéticos, o que, de certo modo, obteve o reconhecimento por parte dos anti-soviéticos.

A vida de milhares de alemães foi, de súbito, profundamente modificada por causa do Muro de Berlim. Por uma decisão ideológica, considerável quantidade de trabalhadores se viu prejudicada profissionalmente. Heaps conta que

havia mais de cinquenta mil pessoas que viviam em Berlim Oriental e trabalhavam em Berlim Ocidental, tendo que fazer a travessia diariamente, indo e voltando do trabalho. Eles tiveram que reassumir seus postos no

último lugar de trabalho na Berlim Oriental, ou foram obrigados a se registrar em uma agência de trabalho. (1965, p. 38-39)

Segundo Heaps (1965), dos 21 mil universitários que estudavam em Berlim Ocidental, três mil e quinhentos residiam em Berlim Oriental, sendo que a metade destes não pôde continuar seus estudos por ficar aprisionada pelo Muro. Alunos dos cursos primário e secundário que tiveram de se matricular em Berlim Oriental por estarem freqüentando escolas de Berlim Ocidental chegavam a 1.250. Para o autor de *O muro da vergonha*, “porém, a mais infeliz herança deixada pelo Muro foi a separação forçada de famílias e amigos queridos. Dos três milhões de moradores de Berlim, pelo menos 70 por cento tinham laços de consangüinidade ou de amizade” (1965, p. 40).

Como se não bastasse, o envio de cartas estava sendo censurado entre os berlinenses, bem como as comunicações telefônicas. Para ver amigos e parentes, os que viviam na zona ocidental de Berlim com freqüência levavam escadas a fim de poder olhar para o outro lado do Muro. Crianças eram erguidas acima do concreto para que os avós pudessem enxergá-las à distância, já que se encontravam fisicamente separados pela barreira socialista.

No Dia dos Mortos, aos berlinenses orientais foi vedada a visita aos túmulos de seus parentes nos cemitérios de Berlim Ocidental. Se uma pessoa que morresse no lado ocidental da cidade viesse a ser enterrada em Berlim Oriental, os acompanhantes não tinham autorização para presenciar o sepultamento, a não ser quando conseguiam observar, através do Muro, as cerimônias oficiadas em cemitérios próximos da fronteira. Heaps (1965) explica que, por meio de passes, os alemães ocidentais podiam circular dentro das extensões do lado oriental da cidade por no máximo um dia. Seu texto, por ter sido escrito em plena vigência da obra que, sob o ponto de vista geográfico, dividiu Berlim praticamente ao meio, contém descrições no presente que valorizam ainda mais seu caráter documental, como se nota no trecho a seguir:

O fluxo de alemães ocidentais para Berlim Oriental é particularmente elevado nos fins-de-semana. Mais de 100.000 pessoas foram para os feriados da Páscoa, em 1962. Em 1963, de 120.000 a 140.000 visitantes chegaram para os mesmos feriados. (1965, p. 47)

O dado acima registrado permite dimensionar a relevância dos alemães orientais à vida dos ocidentais, e vice-versa. Eram, na verdade, um mesmo povo, porém cindido pela existência de um obstáculo quase intransponível, instalado impiedosamente de um

extremo a outro de Berlim. Como o Muro, com efeito, não era totalmente, e sim praticamente intransponível, não raras vezes houve pessoas que se arriscaram a atravessá-lo, sempre tendo Berlim Ocidental como destino. O mais surpreendente é que entre os fugitivos figuravam até mesmo guardas da fronteira, os Vopos, como eram chamados. Sua função consistia em vigiar todo o prolongamento do Muro para coibir quem ameaçasse ultrapassá-lo. As tentativas de fuga dos Vopos fizeram aumentar as estatísticas das mortes e das lesões provocadas pela construção que fracionava Berlim em duas partes. Heaps acentua que “todos os Vopos foragidos pediram asilo político às autoridades da Alemanha Ocidental e foram tratados como quaisquer outros refugiados” (1965, p. 62). O pesquisador também ressalta ter sido computado que 1.304 guardas da fronteira haviam desertado de Berlim Oriental nos dois primeiros anos do Muro.

O expediente socialista para intimidar os indivíduos a não fugir era a aplicação de uma pena de vários meses de prisão aos infratores, isto é, àqueles que não aceitavam passivamente viver na Alemanha Oriental e manifestavam esse sentimento ao experimentarem transpor o Muro de Berlim. O policial que facilitasse a evasão de alguém seria imediatamente preso. Caso malograsse a fuga de uma pessoa, ganharia uma recompensa em dinheiro. As autoridades da zona soviética instigaram o recrudescimento da repressão no local quando em fins de setembro de 1961 “anunciaram oficialmente que os guardas da fronteira tinham ordens para atirar contra qualquer um que tentasse fugir, mesmo que os tiros alcançassem a parte ocidental da cidade” (HEAPS, 1965, p. 79).

Além disso, a dificuldade para traspasar o Muro de Berlim aumentou sobremaneira ao término de 1962, quando rolos de arame farpado foram empilhados ao redor de sua construção. Assim, a morte para quem desafiasse vencer seus obstáculos era certa, com raríssimas exceções. Heaps estima que nos dois primeiros anos de Muro mais de 50 pessoas foram assassinadas pelos Vopos. As fatalidades, no entanto, poderiam superar em muito esse número, já que, de acordo com o pesquisador, as notícias de homicídios acabaram sendo invariavelmente omitidas pela polícia de Berlim Oriental.

Bernauerstrasse, no lado oriental de Berlim, foi marcada por uma insólita ocorrência. Nessa localidade havia condomínios que funcionavam exatamente como parte integrante do Muro. Enquanto a porta dos fundos dava para Berlim Oriental, a da frente deixava moradores e visitantes dentro de Berlim Ocidental. Não demorou muito para que a entrada principal e as janelas dos primeiros andares dos prédios de

Bernauerstrasse fossem trancadas. Não faltaram, entretanto, homens e mulheres corajosos que se puseram a pular das janelas dos pisos mais altos em direção às redes que eram armadas por bombeiros de Berlim Ocidental a fim de apagar a queda dos saltadores. Essa aventura foi feliz para alguns e fatídica para outros, já que nem todos sobreviveram ao se lançarem desse modo rumo ao território em que ansiavam morar.

Houve quem inteligentemente se aproveitasse da altura reduzida de um carro esportivo para passar por baixo do Muro de Berlim, levando consigo passageiras nessa empreitada. Houve quem chocasse seu potente veículo contra o Muro para rompê-lo com êxito. Houve quem, mesmo sendo alemão, se disfarçasse de estrangeiro para passar livremente pelo obstáculo socialista. Houve quem embarcasse num caminhão estando acondicionado, como se fosse mercadoria, dentro de uma caixa, a fim de se mudar para Berlim Ocidental, e, por sinal, com sucesso. Houve quem jogasse explosivos para causar estragos no Muro, de tal modo que os buracos produzidos por essa tática servissem à fuga.

De diversas maneiras, portanto, boa parcela de alemães arriscou a vida para se retirar definitivamente de Berlim Oriental. Algumas foram praticadas individualmente, outras em grupos pequenos, e outras, ainda, em massa. A escavação de túneis facilitou a evasão de várias pessoas. Heaps (1965) anota que os estudantes da Universidade Livre de Berlim Ocidental e do Instituto de Tecnologia teriam participado de quase todas as fugas subterrâneas. Até dezembro de 1962, estimava-se que em torno de 300 germânicos haviam abandonado a parte soviética da cidade por essa via. Depois que esse estratagema ficou famoso, muitos túneis chegaram a ser descobertos antes mesmo de sua utilização. Para que não chorassem durante a travessia, de modo a despertar a atenção da polícia, bebês eram acalmados por meio de soníferos ministrados por seus pais fugitivos. O perigo alcançava maiores proporções àqueles que em dias de chuva ousavam escapar. Havia, no entanto, mais alternativas para penetrar no lado ocidental berlinense:

Berlim Oriental e Ocidental têm sistemas de gás, eletricidade e fornecimento de água inteiramente independentes. No entanto, o sistema de esgotos, em virtude dos problemas de engenharia que suscitava, não foi alterado com a construção do Muro. Os esgotos formavam um sistema de vias de fuga de Berlim Oriental tão óbvio que não demorou muito tempo até os soviéticos tomarem medidas para impedir sua utilização. Mas até que fizessem isto, os esgotos serviram de passagem para a liberdade para um incontável número de berlinenses orientais. (HEAPS, 1965, p. 190)

Para que as fugas surtisses efeito, os bueiros deveriam estar situados o mais perto possível do Muro, e serem utilizados sem que os Vopos desconfiassem de tal manobra. A pesada tampa do esgoto, assim que todos nele ingressassem, era fechada por uma pessoa que permanecia em Berlim Oriental para ajudar na debandada de novos grupos. Os guardas da fronteira, assim que flagraram esse comportamento da parte dos berlinenses, começaram a atirar bombas de gás lacrimogêneo nas tubulações para asfixiá-los. Quem não dispusesse de uma máscara contra gases fatalmente seria envenenado. Numa inspeção da polícia soviética realizada junto ao sistema subterrâneo da mais importante cidade alemã, foram localizados doze corpos de pessoas que não resistiram às suas investidas, que, vale destacar, não se limitavam à provocação de asfixia, senão incluíam os disparos fatais com suas poderosas armas. É provável, também, que, em dias chuvosos, foragidos tenham morrido por afogamento.

Outra opção para atingir o lado oeste de Berlim era atravessar a nado o canal Teltow. Sua largura tinha aproximadamente 50 metros, e a profundidade, em torno de dois metros:

Durante os primeiros dias que se seguiram à construção do Muro provisório de arame farpado, a via aquática foi frequentemente usada pelos refugiados que se consideravam nadadores com bastante perícia para atingir a margem ocidental sob o fogo dos guardas comunistas. Esta linha divisória, entretanto, logo deixou de oferecer qualquer segurança porque os Vopos consideravam qualquer nadador um alvo humano enquanto estivesse na água e mesmo depois de atingir a margem ocidental. (HEAPS, 1965, p. 198)

A via aquática, que através do rio Spree oferecia outra possibilidade de acesso a Berlim Ocidental, representava o mais temerário método de fuga a ser empregado. Quem o escolhesse mal poderia acelerar o ritmo de seu mergulho, e sob modo algum deveria levantar a cabeça acima do nível da água, pois, do contrário, teria de suportar uma saraivada de tiros, e seria verdadeiramente um milagre se conseguisse sobreviver a tal ato de crueldade. Por esse motivo, não foram poucos os nadadores que perderam a vida, embora outros tivessem contado com melhor sorte nessa aventura. Além disso, embarcações desafiaram a pontaria dos Vopos. Por esse motivo, estes não tardaram a reforçar as barreiras subaquáticas de Berlim Oriental.

A mais espetacular evasão, todavia, envolveu um artista profissional do trapézio que estava desempregado na Berlim soviética por ser anti-socialista confesso. Klein, de 36 anos, planejou percorrer o fio elétrico que cruzava o canal Teltow. Se ao mesmo tempo tocasse na torre e no cabo de distribuição de energia, levaria um choque de 110

mil volts. Isso significa que num átimo morreria eletrocutado. Na noite fria de 27 de dezembro de 1962, ele subiu num poste de aço, sentou-se no cabo e se arrastou por 70 metros. No momento da descida, quando já se encontrava em solo de ocupação norte-americana, cometeu uma falha por ter as mãos gélidas, vindo a precipitar-se de uma altura de doze metros. Klein fraturou os dois braços ao cair. Foi resgatado depois de ter permanecido inconsciente por três horas, e, após submeter-se a intenso e demorado treinamento, voltou a trabalhar, dessa vez num circo de Berlim Ocidental.

Todos esses fatos oportunizam a concepção de uma imagem do que simbolizou o Muro de Berlim não só para seus habitantes, mas para a humanidade inteira, bipolarizada pelo embate entre os blocos capitalista e socialista. Desde a década de 1960 até 1989, a Alemanha Oriental havia sido beneficiada pelo repasse de elevadas quantias feitas periodicamente pela Alemanha Ocidental. É bem verdade que o endividamento da primeira, em decorrência dos empréstimos que a segunda lhe concedia, chegava a cifras astronômicas, porém aquela pôde investir esses créditos para melhorar sua infraestrutura, e não era com qualquer país que conseguia obter tais recursos, ainda mais em condições favoráveis. A União Soviética, líder do sistema também implantado no Leste da Alemanha, pouco se dispunha a cooperar para que sua “filial” suplantasse a crise. Moniz Bandeira aponta a causa e as conseqüências advindas desse quadro:

As dificuldades econômicas e financeiras com que a URSS se defrontava compeliram a RDA a voltar-se cada vez mais para o Ocidente. A partir de 1975, quando a URSS suspendeu virtualmente o fornecimento de grãos, a RDA passou a importar, em média, cerca de 500.000 [toneladas] *per annum*, especialmente dos Estados Unidos, aos quais tinha de pagar com moeda forte. (1992, p. 90-91)

Erich Honecker, principal autoridade da Alemanha Oriental, de 1971 a 1989, cada vez mais buscava estreitar os laços diplomáticos com a Alemanha Ocidental, fazendo isso sem subordinar-se aos interesses da União Soviética. Seu dilema era acolher investimentos sem poder contar com o apoio dos comunistas para essa finalidade, porém tendo de manter inabalável a fidelidade ideológica com o Kremlin. Tornar-se unanimidade seria a única forma de assegurar longevidade à frente dos destinos da Alemanha mais pobre. Como agradar a todos é tarefa de alta complexidade – para não dizer impossível –, Honecker intensificou seu atrito com o governo de Moscou. Ele chegou ao extremo de proibir a apresentação de filmes e peças de teatro

dirigidos por autores soviéticos na Alemanha Oriental, tendo vedado, ainda, a circulação da revista soviética *Sputnik* nas bancas de jornal de seu país.

A reação da União Soviética consistiu numa discreta articulação para destituí-lo do comando político da Alemanha Oriental, o que veio a se concretizar poucos dias antes da queda do Muro de Berlim. Já em setembro de 1989, a Hungria descumpriu o que havia sido acordado entre as nações signatárias do Pacto de Varsóvia, abrindo suas fronteiras ao livre deslocamento dos alemães que quisessem acessar o lado ocidental passando pela Áustria. O presidente russo, Mikhail Gorbachev, ao lançar em sua plataforma governista a *glasnost* (transparência) e a *perestroika* (reestruturação), acenava para a distensão das disputas alimentadas durante a Guerra Fria, de modo que a ocupação de uma parte da Alemanha não mais despertava o interesse dos soviéticos. Em vez da posse de uma zona economicamente modesta, necessitavam, na ótica de seu líder, de aporte financeiro para se desenvolver, o que seria viável através do bom relacionamento com nações mais abastadas. Nesse sentido, a reunificação da Alemanha afigurava-se como um passo fundamental ao fortalecimento econômico dos países soviéticos. Dessa forma, como está registrado em *Perfil da Alemanha*,

foi possível que as palavras equívocas de Schabowski, secretário departamental do partido socialista em Berlim, ao anunciar uma nova lei mais liberal para viajar e se deslocar, provocassem a abertura das passagens de fronteira em Berlim, na tarde do dia 9 de novembro de 1989, ocasionando assim uma indescritível noite de alegria; as autoridades ficaram paralisadas, sem saber o que fazer. O Muro estava aberto. Pouco depois, ele foi desfeito, transformado em pedacinhos de concreto oferecidos como lembrança em todas as partes do mundo. (1996, p. 51-52)

Para Vaisse, o fragmento há pouco reproduzido se refere à “queda do símbolo mais forte da guerra-fria e o fim da divisão da Alemanha” (1995, p. 187). Depois que o Muro de Berlim ruiu, fruto principalmente das manifestações populares que expressavam aversão ao regime administrativo imposto na zona oriental alemã pelo Partido Social Unificado da Alemanha, as duas partes germânicas trataram de resolver legalmente sua unificação. Sucessivas denúncias de atos de corrupção imputados a diversos governantes da Alemanha socialista lograram afastá-los do poder, abrindo caminho à realização de eleições livres em 18 de março de 1990. Com a vitória da União Demócrata Cristã, as duas Alemanhas ficaram ainda mais perto de uma aliança político-geográfica. A união monetária entre elas ocorreu no dia 1º de julho de 1990, quando o marco alemão foi adotado oficialmente nos dois territórios. Com a aprovação

do pacto de retirada das tropas soviéticas, norte-americanas, inglesas e francesas das duas Alemanhas, permitindo que a Ocidental participasse da OTAN e desligando a Oriental do Pacto de Varsóvia, no dia 3 de outubro de 1990 a primeira incorporou os cinco Estados da segunda, dessas decisões resultando territorial e politicamente uma só Alemanha e a real liquidação do sistema econômico socialista naquele país.

3.2.5 Da realidade à ficção: queda do Muro de Berlim, reunificação alemã e fim do socialismo em *Quadrondo*

Essa recuperação histórica fornece subsídios à interpretação do episódio narrado em *Quadrondo* relativo à queda do Muro de Berlim. Além disso, é possível analisar como os personagens reagem a desse fato, já que diferem sob o ponto de vista ideológico. Tudo começa com o encontro entre os escritores e o antropólogo ocorrido pouco antes do vôo para a Alemanha. O poeta Carlos Frederico dos Santos elogia a inteligência do professor, exortando-o: “vamos rever a terra de Marx, companheiro!” (PELLEGRINI, 2007, p. 34). O narrador contextualiza:

Era 1989, ainda existia o Muro de Berlim, muitos artistas intelectuais se achavam ainda no dever de ser ‘esquerda’, quando não socialista mesmo, ou ao menos progressista, social-democrata, mas Carlos Frederico dos Santos, depois de ter sido o guru poético de toda uma geração de revolucionários de classe média nos anos 60, e depois de ter temperado com poesia política seus seguintes auto-exílios e festejados retornos, agora só se vestia de branco e já achava que apenas o anarquismo libertário ou um retorno à vida mais primitiva podiam fazer frente ao avanço do liberalismo selvagem. (PELLEGRINI, 2007, p. 35)

O próprio personagem explica que o seu nome, Carlos Frederico, deve-se a uma homenagem a Karl Marx e a Friedrich Engels. Assim, explícita é sua vinculação ao pensamento desses dois autores responsáveis pela formulação do ideário comunista. Aguiar e Silva sustenta:

O nome da personagem funciona freqüentemente como um indício, como se a relação entre o significante (nome) e o significado (conteúdo psicológico, ideológico, etc.) da personagem fosse motivada intrinsecamente. (1988, p. 54)

O poeta confia ao narrador que o contista pernambucano Ricardo Henrique Telles teria exercido a função de secretário de planejamento de Recife durante o regime

ditatorial. Tião Terra também fica surpreso ao ouvir de Ricardo Henrique que estavam chegando à terra de Carl von Clausewitz quando sobrevoavam a Alemanha. Sua dúvida era compreender que relação o escritor poderia ter com um teórico versado em táticas militares para guerras.

À medida que o enredo de *Quadrondo* evolui, vai ficando mais fácil a atribuição de um perfil para cada ser ficcional. Apesar de o contista nada confessar em termos de simpatia pelo nazismo num primeiro instante, Tião percebe que ele havia ficado um tanto embevecido quando, da janela do táxi em que os dois passeavam pelas ruas de uma cidade alemã, flagrou um adesivo estampando a suástica na vidraça de um prédio. Pouco antes, o pernambucano tinha admitido que se interessava bastante por livros que discorriam sobre guerras, além do fato de possuir formação militar.

Ao entrar em um restaurante, Tião Terra se depara com Carlos Frederico dos Santos sugerindo um brinde à união entre os povos, já que aquele ambiente estava tomado por alemães animados. O tradutor faz a ressalva de que o convite, apesar de se restringir, da parte do poeta, ao intercâmbio cultural entre alemães e brasileiros, poderia ser interpretado também como a celebração do término de uma cisão que por quase trinta anos vinha modificando o convívio de um povo que ansiava por sua reintegração:

Era começo de novembro de 1989; durante o ano, algumas centenas de milhares de alemães já tinham passado da Alemanha Oriental para a Ocidental, através da Hungria e da Áustria, enquanto na Rússia o Partido Comunista perdia o poder e a União Soviética começava a desmoronar. (PELLEGRINI, 2007, p. 62)

O professor também comenta não ter prestado atenção nos noticiários que exibiam imagens de passeatas na Alemanha por achar comum essas manifestações, tal era a intensidade com que a mídia as divulgava. Aqui, a ficção, ao que parece, não se opõe à realidade, pois a reproduz em consonância com a veracidade dos fatos. Para pleitear a reunificação, foram organizados protestos que reuniram multidões pelas principais cidades alemãs. O descumprimento do Pacto de Varsóvia por parte da Hungria, como foi exposto anteriormente, gerou grande quantidade de evasões, o que prejudicou o funcionamento das fábricas da Alemanha Oriental, que ficava, desse modo, cada vez mais despovoada.

Quando chegou sua vez de brindar, Tião Terra bradou: “A meu velho pai comunista que felizmente morreu para não ver desmoronar o mundo em que ele acreditava” (PELLEGRINI, 2007, p. 63). Esse ato denota que estimava muito o seu pai,

do contrário não teria brindado à figura dele. O brinde corresponde invariavelmente à exteriorização de um agradecimento a ser prestado a pessoas ou de algo que se deseja comemorar. Tião exalta seu pai comunista. Seria, por esse motivo, comunista também? Essa questão não é improcedente, já que, pelo que se pode depreender, conhecia as opiniões de seu pai, por quem tinha apreço. Com o desenrolar da trama, a resposta vai pendendo à ambigüidade do narrador, como adiante se poderá verificar.

Acompanhando as coberturas televisivas que mostravam passeatas ora tensas, ora pacíficas, o antropólogo divisa o retrato do fim dos governos socialistas. Os manifestantes derrubavam estátuas de Marx, Lênin e Stálin. Carlos Frederico estava de acordo somente com o repúdio explicitado ao último dos nomes referidos. Ricardo Henrique objetou que Lênin também foi um chefe político sanguinário, afinal havia dado ordens à morte do czar e de toda a sua família.

O contista revela ao professor mais uma novidade sobre a biografia do poeta: a de que este, na qualidade de conselheiro estadual de cultura, recebia uma remuneração garantida pelos cofres públicos em troca do comparecimento esporádico a reuniões. Há, aqui, uma velada crítica do personagem ao Estado por sustentar um funcionário que quase não trabalha. Ricardo Henrique e Tião Terra ficam atônitos com as mudanças deflagradas no Velho Mundo, intercalando as seguintes impressões, a começar pelo pernambucano: “o socialismo, meu amigo, está caindo de podre! Ou de pobre, disse eu, ou as duas coisas, disse ele; e rimos e brindamos” (PELLEGRINI, 2007, p. 73).

Novamente, observa-se que a opinião dos personagens condiz com a realidade. A principal razão da queda do socialismo reside em sua fragilidade econômica, como se apontou nesse trabalho algumas páginas atrás. A União Soviética não conseguiu se equiparar aos Estados Unidos no que tange às finanças e ao desenvolvimento tecnológico. As fugas de milhares de cidadãos da Alemanha Oriental para a Ocidental exemplificam de forma inequívoca a discrepância que existia sob o prisma econômico entre as duas nações. O brinde feito por Tião e Ricardo Henrique permite a conclusão de que o narrador concorda, provavelmente com resignação, com a derrocada do sistema socialista. Se pouco antes brindava ao seu pai comunista, agora o faz pela queda do socialismo. É, com efeito, a ambigüidade denotada em sua postura perante os acontecimentos de ordem ideológica anteriormente referida.

Ao comentário do contista acerca da impressionante reconstrução da Alemanha devastada pela Segunda Guerra Mundial por ter enfrentado concomitantemente um número de inimigos sem igual, o antropólogo responde que o Plano Marshall serviu

para injetar bastante dinheiro no país, e que os alemães trucidaram judeus, comunistas, ciganos e homossexuais durante a guerra. Ele ironicamente confessa ter a curiosidade de perguntar àqueles que faziam a guarda do *bunker* em que Hitler passou seus últimos momentos de vida se o ato de guerrear era benéfico ao amadurecimento de um povo, o que estava sendo insinuado por Ricardo Henrique, afinal somente quem participou de um evento dessa natureza poderia com propriedade se pronunciar sobre esse assunto, de modo que infundada era a declaração do escritor por nunca ter guerreado na prática. O pernambucano estava, portanto, emitindo juízo sobre o que desconhecia. Tião Terra igualmente revela:

Ele me contou que vários funcionários do hotel tinham parentes ‘do outro lado’, como diziam, e andavam fazendo planos de como se encontrarem caso o Muro de Berlim caísse – sinal de que a queda do Muro já tinha a derrocada pressentida dias antes por toda a Alemanha, o povo parece sentir nos ossos os terremotos políticos. (PELLEGRINI, 2007, p. 74-75)

Já foi abordado nesse estudo o grande entrave que o Muro de Berlim ocasionou às famílias alemãs. Sua construção alterou, entre outros aspectos, a rotina das visitas, as formas de comunicação entre as pessoas (o serviço de correios e as linhas telefônicas para contato já não mais estavam disponíveis), os rituais dos sepultamentos e o culto aos parentes falecidos. Heaps expõe que “a razão para cada fuga tentada era pessoal – ir ao encontro de uma família dividida, de uma mulher, de um marido, ou de um parente, de uma namorada, de um amigo” (1965, p. 36).

À noite, Sílvia Marcondes Alves convidou o antropólogo para ir à passeata, pressentindo que estavam próximos de testemunhar um acontecimento de não rara importância. O poeta decidiu ficar em seu quarto, dando a desculpa de que alguma fã poderia procurá-lo. Ricardo Henrique aproveita a situação para informar e, em seguida, lançar uma suposição: “Em Recife ele chegou a levar para o quarto até uma menor de idade, escapou de ser preso graças ao governador socialista, deve ser a tal solidariedade de que tanto fala a esquerda, não é?” (PELLEGRINI, 2007, p. 77). Essa passagem de *Quadrondo* faz recordar a folclórica designação “comedor de criancinha” que era assacada aos militantes socialistas.

Numa passeata, Sílvia repetia em alemão as palavras-de-ordem dos manifestantes. O narrador relata que havia gente portando fotos de Adenauer, Ghandi e Che Guevara, assim como usando camisetas e blusões que simbolizavam os movimentos *hippie*, anarquista, *gay*, entre outros. Essa descrição indica que a unificação

da Alemanha era um desejo unânime de sua população, uma vez que estava representada nas ruas pela sua infinidade de cores e crenças integradas na luta por um mesmo objetivo. Ao pararem num restaurante, a guia Helene vaticinou: “O povo alemão é patriota! E agora, se Deus quiser, vamos ser de novo uma nação só!” (PELLEGRINI, 2007, p. 81). Os brasileiros viam as pessoas voltarem radiantes para suas casas após a caminhada cívica em prol da derrubada do Muro de Berlim, o que, segundo Helene, não era habitual de se reparar no semblante dos alemães.

Os trajes do poeta também assinalam as transformações por que passava a sociedade alemã. Do branco, que vestia com frequência praticamente de uma a outra extremidade do corpo (só os sapatos tinham cor diferente para não ser confundido com um médico), mudou para o cinza, após observar, pelos noticiários, o que estava sucedendo naquele país. Ao encontrar o pessoal da comitiva, Carlos Frederico disse que seus livros deixariam de ser editados na Rússia e nas demais nações do Leste Europeu. Por isso, não descartava voltar a fazer turnês pelo Brasil com seus espetáculos de poesia. Ricardo Henrique, enfronhado sobre a situação do artista, teria transmitido ao narrador a informação de que

as sucessivas edições dos livros do poeta, nos países socialistas, era coisa dos governos, que aliás só pagavam direitos autorais aos autores estrangeiros declaradamente socialistas; e agora, com a derrocada geral do regime, os livros teriam de ser publicados normalmente, para o mercado. Antes, eram distribuídos nas escolas e bibliotecas, vendidos em todas as livrarias oficiais por preços subsidiados, daí as tiragens de dezenas de milhares de exemplares de que o poeta se orgulhava nas entrevistas. (PELLEGRINI, 2007, p. 84)

Esse trecho de *Quadrondo* denuncia mais uma das facetas do socialismo: a de conceder benesses aos seus sectários. A liberdade intelectual não prevalecia em função dos ditames desse regime. Ao mesmo tempo em que posições contrárias a ele eram reprimidas, os discursos que o engrandeciam ganhavam todo o incentivo possível, o que garantia privilégios aos seus propagandistas. Moniz Bandeira ressalta:

De um lado, a educação e a formação que as elites recebiam eram distorcidas por dogmas ideológicos, pois, nas escolas e nas Universidades, nenhuma outra doutrina econômica, social e política se aprendia, senão o estereotipado marxismo-leninismo, e quem não aceitava ou divergia dos seus postulados não tinha acesso aos graus de Mestre e Doutor. Do outro, ninguém na RDA atingia cargos de direção, em qualquer nível, devido aos méritos, capacidade, experiência e conhecimentos, e sim à filiação ao SED e subserviência à linha política do Politbüro. (1992, p. 144)

SED (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*) significa, na tradução à língua portuguesa, Partido Socialista Unificado da Alemanha, e *Politbüro* dá nome ao extinto comitê dos partidos comunistas do Leste Europeu. Para que se faça justiça, urge rememorar que o capitalismo também infringiu o princípio da liberdade, ao perseguir as organizações de cunho socialista nas áreas em que exercia o monopólio político-ideológico, além de deliberadamente torturar e trucidar indivíduos que exibiam afinidade com idéias anticapitalistas. Difícil, na verdade, é apontar qual dos dois sistemas infundiu maior virulência e perversidade por desrespeitar a livre expressão humana.

Numa das palestras, o antropólogo se vale de uma das competições ensejadas pela Guerra Fria, a fim de fundamentar sua teoria quadronda: a corrida espacial. Para ele, os norte-americanos foram os primeiros a chegar à Lua “porque usaram um sistema quadrondo, enquanto os russos só pensavam num modo reto” (PELLEGRINI, 2007, p. 120). O professor argumenta que os soviéticos pensaram num jeito rápido e simplificado de atingir sua meta, o que redundou em fracasso. Já os Estados Unidos arquitetaram um plano complexo (leia-se, novamente, quadrondo), que previa a separação entre a nave principal e o seu módulo que deveria pousar na superfície do satélite terrestre. Esse exemplo leva Tião Terra a concluir que todo desempenho eficiente só pode ser proporcionado pela visão quadronda do universo. Sua evocação patenteia o pensamento de que o capitalismo é receptivo às práticas quadrondas. Será, no entanto, o modo de vida puramente capitalista o abrigo elementar das concepções e procedimentos quadrondos? A resposta virá nas páginas que tratam das realizações promovidas na Ilha do Meio.

O poeta chora ao lembrar que fazia recitais de poesia em Berlim para poder comprar a passagem de retorno ao Brasil depois da anistia. Aquele, segundo o artista, era um tempo de esperança e de festa, com a ditadura se encaminhando para o fim. Assim que Carlos Frederico se despede por um momento do grupo, Ricardo Henrique o imita, acrescentando: “a ditadura caindo, a gente voltando, tanta festa, tanto... emprego público!” (PELLEGRINI, 2007, p. 125). Sua revolta repousa no fato de que, em seu ponto de vista, muitos comunistas têm emprego público no Brasil sem prestar concurso, através de cargos de confiança. Rosélia Carneiro contra-argumenta que não só os representantes da direita e do centro deveriam dispor dessas funções, mas também os da esquerda, *gays*, deficientes e índios.

Cabe salientar que no sistema socialista os meios de produção pertencem teoricamente à coletividade, ou melhor, ao Estado, como legítimo representante e gerenciador dos mesmos. Os trabalhadores, nesse caso, precisam ser providos pelo governo, já que prestam serviços a ele. Esse regime gera maior dependência profissional e financeira nas relações entre cidadãos e administração pública, diferentemente do capitalismo, que estimula a acumulação de capital por parte da iniciativa privada, diminuindo a participação do Estado na economia²⁰.

Dentro dessa ótica, o socialismo, se cotejado ao modelo econômico capitalista, estabelece mais atribuições ao poder público, aumentando seu tamanho enquanto corporação. Assim, ele deve dispor de mais empregados, oferecendo, por esse motivo, mais cargos à sociedade. Quando a Ricardo Henrique repugna o fato de um enorme contingente de esquerdistas estar ocupando vagas no serviço público brasileiro sem provimento por concurso, sua opinião é de que o funcionamento da máquina pública deve se limitar ao que lhe é essencial, sem abrir precedentes à consumação de desmandos no preenchimento de seus quadros.

Já Rosélia Carneiro não vê problemas na existência de empregos públicos especiais – como os cargos de confiança –, no entanto, entende que não pode haver discriminação na hora de distribuí-los, uma vez que são públicos, ou seja, de todos e para todos. No dia seguinte, no que tange às mais recentes notícias que tinham a Alemanha como palco, Tião Terra pormenoriza:

Comprei um jornal português e soube, então, que naqueles dias mais dezenas de milhares de alemães orientais tinham migrado para a Alemanha Ocidental pelas fronteiras da Hungria e da Áustria, tanto que o governo, para não se desmoralizar, tinha aberto as fronteiras, a evasão agora podia ser à vontade. Como uma pedra que cai na água e vai formando ondas em círculos, a desmontagem do regime socialista começada por Gorbachev, lá no Kremlin, chegava agora a Berlim. (PELLEGRINI, 2007, p. 127)

Moniz Bandeira (1992) registra que, de 8 para 9 de novembro de 1989, em torno de oito mil pessoas decidiram abandonar a Alemanha Oriental. Essa atitude mais uma vez atravancou a produção das fábricas e prejudicou o próprio comando do Estado. A reivindicação do direito de ir e vir cada vez mais mobilizava os alemães. Para tranquilizar a população, às 19 horas do dia 9 de novembro de 1989, um comunicado foi

²⁰ Na prática, tem-se historicamente percebido a ferrenha intervenção do Estado quando a recessão econômica atinge uma determinada sociedade. Pela lógica capitalista, entretanto, quanto menos o Estado precisar interferir para ajudar na recuperação financeira de empresas e cidadãos, mais próximo do ideal fica o exercício de seu papel.

lido por Günter Schabowski na mídia. O texto informava que os alemães orientais poderiam obter o visto para ir à Alemanha Ocidental sem precisar justificar o motivo desse deslocamento, tendo a prerrogativa de lá voltar quando lhes aprouvesse. Schabowski, ao ser “interpelado pelo repórter da agência de notícias ANSA sobre quando a medida entraria em vigor, respondera que, na medida do seu conhecimento, seria de imediato” (BANDEIRA, 1992, p. 124).

As palavras do porta-voz do Partido Socialista Unificado da Alemanha foram suficientes para entusiasmar os berlinenses a tomarem as ruas da cidade em direção ao Muro, que não mais tinha razão de existir. Baseado nesse episódio marcante da história alemã Tião Terra prossegue seu relato ficcional, anunciando ter visto rapazes com machadinhas no metrô de Berlim, prontos para derrubar as paredes que dividiam as duas populações da Alemanha. Um velho carregava uma picareta, e, em seguida, um rapaz avisava que tinham sido cortados arames farpados em certo lugar, de modo que o narrador por duas vezes precisou desenredar-se deles. Um ancião, aliás, o mesmo da picareta, encarou um guarda da fronteira. Sem obedecer às ordens deste, golpeou o Muro de Berlim. Quando as pessoas silenciavam por um momento, conforme a descrição do professor, “dava para ouvir as picaretas e machadinhas batendo no concreto como grilos num brejo numa noite quente no Brasil: cri-cricri-cricricri-cri...” (PELLEGRINI, 2007, p. 131).

Era meia-noite do dia 10 de novembro de 1989 quando Tião escutou o barulho das ferramentas despedaçando o Muro, calculando que tinha aproximadamente três metros de altura no local em que se encontrava. Músicas eram tocadas pelos aparelhos de som dos carros, e alguns casais, com isso, começavam a dançar. Havia, também, quem estava atento às notícias veiculadas pelas emissoras de rádio. O professor pegou um táxi para chamar Sílvia, Rosélia e o poeta. Este preferiu dormir. Já a primeira alarmou-se com as roupas rasgadas e manchadas de sangue do antropólogo, que assim tinham ficado por causa da fricção no arame farpado.

Partindo ao lado das duas mulheres para, em princípio, testemunhar esse acontecimento, o grupo se deparou com o Portão de Brandenburgo dessa vez aberto, e se pôs a atravessá-lo. Sílvia se emocionou ao ver pela primeira vez desobstruído o símbolo da Alemanha unida, pois em suas viagens anteriores a Berlim enxergava a passagem por aquele monumento sempre bloqueada. Rosélia perguntou ao professor se o Muro representava a Guerra Fria, tendo ele respondido que “inclusive a burrice dos intelectuais que militaram na esquerda ou na direita” (PELLEGRINI, 2007, p. 133).

Através desse posicionamento, Tião Terra responsabiliza pensadores e lideranças das duas correntes ideológicas pela construção do Muro. De acordo com o narrador, o capitalismo, portanto, tem sua parcela de envolvimento na divisão imposta ao povo alemão. A bem da verdade, norte-americanos, ingleses e franceses nada fizeram em 1961 para aniquilá-lo, alegando que não queriam provocar graves conflitos na região e no mundo.

O fulcro dessa questão reside, todavia, na obsolescência de uma disputa ideológica que não mais se justificava. A Guerra Fria deveria ser uma página virada na história contemporânea, concepção que Tião aprova sem reservas. A narração sobre a queda do Muro de Berlim continua:

Homens com marretas rachavam o concreto, apareciam os vergalhões de ferro, outros cortavam com serras, iam desmontando os pilares e os blocos, iluminados por faróis de carros e grandes lanternas. (PELLEGRINI, 2007, p. 134)

Essas imagens levaram Tião às lágrimas. Ao esfregar os olhos, fez cair sua lente de contato. Mesmo com a visão turvada, participou da derrubada do Muro, o que eleva seu heroísmo:

Subi no muro, peguei uma picareta que passava de mão em mão e mostrei que não era novidade para mim: rapazola ajudei meu pai a abrir valetas de irrigação em terreno bem empedrado, e fui arrancando faíscas do Muro de Berlim. [...] Bati picareta até suar, passei a picareta a outro, desci e ela [Rosélia Carneiro] disse que eu era louco, podia me machucar! Falei que não podia era perder a oportunidade de ajudar a derrubar o Muro de Berlim. (PELLEGRINI, 2007, p. 135)

Rosélia, que havia torcido um dos pés pouco antes disso, aderiu à “loucura” do antropólogo, e, com uma machadinha emprestada, desferiu alguns golpes no Muro. Sílvia, que, segundo o narrador, tinha desde a juventude militado na esquerda, não revelou a mesma coragem, restringindo-se a soprar em direção ao concreto. Enquanto aquela recolhia grandes pedaços que sobravam da dilapidada parede para levar aos seus parentes, esta timidamente ajuntava pequenas pedras. No final, os três choraram abraçados ao ver o Muro de Berlim derribado, e voltaram para o hotel (Tião carregou nas costas Rosélia machucada). O choro de Sílvia era, entretanto, de tristeza, pois ficaria hospitalizada após esse episódio, em virtude das mudanças políticas que o mundo conheceria a partir daquele ato e por causa de um insucesso amoroso que vivenciaria com o narrador antes do retorno ao Brasil.

Com esses gestos, fica evidenciada a reprovação de Tião Terra e Rosélia Carneiro quanto à construção do Muro e a tudo o que o mesmo representava seja ao povo alemão, seja à humanidade. Sua queda pressupõe um convite à vida nova, à transformação dos seres humanos que descartam valores obsoletos. A queda do Muro de Berlim, em termos gerais, deu significado ao fim de uma utopia alicerçada no princípio de que todos os bens poderiam ser socializados, terminando-se, dessa maneira, com a alienação dos trabalhadores e com a hierarquização da sociedade em diferentes classes. O Estado, porém, distorceu com suas atitudes essa concepção utópica: não houve emancipação intelectual e política do proletariado, a miséria se disseminou, a corrupção grassou, e os homens, seduzidos pelo gozo do poder, semearam a desigualdade, impulsionando ainda mais a divisão social em classes.

3.3 A Ilha do Meio

Rosélia Carneiro, cujo sobrenome autoriza associá-la à noção de caráter bondoso, portanto, repleto de benevolência, desiste de elaborar o romance que descreve a saga de dois povos descobridores da necessidade de se integrarem com vistas à sua sobrevivência. Carneiro, que depois da aposentadoria havia começado a produzir textos de literatura juvenil em profusão, despede-se de Tião Terra na Alemanha, ensinando-lhe: “A gente sempre pode mudar o mundo, começando por mudar e melhorar a gente mesmo” (PELLEGRINI, 2007, p. 162). Ela pronuncia essa frase ao mesmo tempo em que entrega ao professor uma das pedras oriundas da destruição do Muro de Berlim. Esse objeto simboliza a concreta possibilidade da transformação na vida humana, ainda mais porque ambos foram partícipes, e não meros espectadores, da mudança que estava transcorrendo na Alemanha e na conjuntura internacional, naquele mês de novembro de 1989.

Tião volta ao Brasil com a certeza de ter conquistado a amizade de Rosélia, e com a disposição de sair da universidade em que trabalhava para não mais viver na cidade, e sim no litoral. Sua escolha é a Ilha do Meio, situada pouco além da Ilha do Mel, no Paraná. A respeito das duas ilhas, cabe esclarecer que esta existe de fato, enquanto aquela pertence exclusivamente ao plano ficcional. A Ilha do Meio representa simbolicamente o local do equilíbrio, o ponto fronteiro e intermediário entre duas áreas geográficas distintas: o Pontal do Mangue e a Ponta da Velha, que dão nome a localidades igualmente fictícias.

Ao inventar esses não-lugares, Domingos Pellegrini segue a tradição das obras literárias de cunho utópico. A república idealizada por Platão, a ilha de Utopia criada por More, a cidade solar planejada por Campanella e a Ilha de Bensalém presente na obra de Bacon não se relacionam à realidade, e sim ao universo do imaginário. Trata-se de projeções de espaços territoriais existentes apenas como utopia, visto que não se vinculam ao contexto real.

Bloch, como já se abordou nesse estudo, constatou haver a preferência de uma parte dos escritores (que versam sobre essa temática) pela localização do território em que a harmonia e a prosperidade sobressaem junto a ilhas dos mares do Sul. Pellegrini insere a Ilha do Meio dentro do paradigma referido ao introduzi-la ilusoriamente no mapa do litoral paranaense. Para fazê-lo, o romancista se vale de recursos intertextuais. A intertextualidade pressupõe a existência de uma relação entre textos. A dinamicidade que envolve toda produção textual atribui aos autores o poder da criação de elos entre seus trabalhos e os pertencentes ao cânone, o que se dá através da manipulação dos elementos que compõem a estrutura narrativa. Quanto às conseqüências derivadas do fazer literário, sentencia Kristeva:

O texto literário se apresenta como um sistema de *conexões* múltiplas, que poderíamos descrever como uma estrutura de redes paragramáticas. Chamamos rede paragramática o *modelo tabular* (não-linear) da elaboração da imagem literária; em outros termos, o grafismo dinâmico e espacial que designa a plurideterminação do sentido na linguagem poética. (1974, p. 101, grifos da autora)

Com a descrição da Ilha do Meio, Pellegrini estabelece uma alusão à ilha de Utopia apresentada por More. Trata-se, conforme Paulino, de “um tipo de intertextualidade fraca, uma vez que se nota apenas uma leve menção a outro texto ou a um componente seu” (PAULINO, 1995, p. 29). Vários elementos intertextuais podem ser detectados em *Quadrondo*, porém importa que se destaque o mais essencial deles, o que atrela o romance ao conjunto de textos literários que elegem a utopia como tema. A ilha sem latitude e longitude verdadeiras, isto é, desprovida de existência efetiva, funciona como arquétipo da própria utopia. Domingos Pellegrini repete o expediente de More, utilizando o mesmo símbolo para indicar as virtuosidades de um local em que a felicidade não é intangível.

Outro aspecto comum entre as duas narrativas é sua divisão formal em duas partes. As páginas do romance de Pellegrini estão distribuídas entre as seções

“Quadradeza” e “Redondice”, assemelhando-se ao texto moreano, cujo conteúdo integral aparece disposto em dois livros. Já a diferença mais fundamental entre as duas obras incide no fato de que, enquanto em *Utopia* a ilha já se revela perfeita, nunca precisando sofrer ajustes em sua estrutura, na constante da narrativa do autor paranaense há uma utopia em construção. Inicialmente, a Ilha do Meio é marcada por contendas entre os moradores, falta de organização comunitária e dependência da execução de obras e da compra de equipamentos a fim de avivar o seu desenvolvimento econômico-social. Dessa forma, Tião Terra se constitui num ente indispensável à idealização e consolidação do extraordinário padrão de vida alcançado pelos habitantes do local. Saindo de Curitiba com uma mala e uma mochila (uma delas servia para carregar o computador), e ciente de que dentro de seis meses estaria desempregado, ele viajou de ônibus até Paranaguá, para embarcar, em seguida, numa bateira que o faria chegar ao seu destino. O narrador recorda:

Naquele tempo a ilha ainda não tinha conforto, estava sendo descoberta pelos turistas, é depois da Ilha do Mel e antes da Ilha das Cobras, por isso chamada do Meio, e disseram que nem polícia tinha ainda, nem telefone, dei graças. (PELLEGRINI, 2007, p. 178)

Caminhando aleatoriamente pela praia, tomou a direção de um conjunto de casebres cuja entrada era iluminada tão-somente por lamparinas. Diante de um casal, o (ex-)professor pergunta se havia casa ou quarto para alugar. O homem responde negativamente, e a mulher complementa que o pessoal daquela ponta não gostava de turistas. Rumando para o outro lado da ilha, encontrou Arlindo dos Santos, que mostrou vários tipos de acomodação. Como as diárias eram caras, foi dormir na orla do mar.

Na manhã seguinte, perto de onde estava viu casas para veranistas e barracas, famílias armando guarda-sóis na praia e namorados passeando de mãos dadas. Decidiu, com a ajuda de uma garota que havia conhecido na viagem de Paranaguá até a Ilha do Meio, instalar-se provisoriamente numa moradia que possuía varanda, quarto, cozinha e até caixa-d'água com bomba elétrica. Com a jovem, que descobriu se chamar Marina por estar o nome dela inscrito num sutiã, Tião conseguiu alugar uma geladeira, além de obter o empréstimo de uma lanterna e de panelas.

O computador, que, em princípio, seria utilizado para a elaboração do artigo sobre a teoria quadronda, certa vez não ligou. Por causa disso, Tião Terra perdeu o interesse pela realização dessa atividade. Ele percebeu que os turistas estavam chegando

àquele local aos borbotões, sendo recebidos com festa pelos ilhéus. Conversando com Marina, descobriu que Arlindo dos Santos era tio dela. A moça ficou aborrecida ao saber que o parente cobrava valores exorbitantes, sendo que seu outro tio, onde Tião estava hospedado, reduzia o preço da diária pela metade. Marina, então, contou ao narrador que

na Praia do Meio era assim. Duas pontas, duas gentes. Numa ponta, os que viviam da pesca, não queriam saber de turista. Turista só deixa lixo, diziam. Turista se enrosca nas redes-de-espera. Turista começa incêndio com fogueira, cigarro. Turista toma banho de mar pelado, turista bota som alto. [...] Então a gente numa ponta da ilha, a Ponta da Velha, nem queria ver turista. No Pontal do Mangue, a outra ponta, tudo era para os turistas. (PELLEGRINI, 2007, p. 190)

O nome “Ponta da Velha” homenageia uma idosa que, mesmo em idade bastante avançada, continuava atuando como hábil pescadora. Em sentido metafórico, “velha” é a representação do atraso, do primitivismo, da condição de vida rudimentar. Daí a situação precária assinalada pelos casebres erguidos, sem dispor de eletricidade na sua entrada. Contrastando com essa zona da Ilha do Meio, aparece o Pontal do Mangue, pantanoso na extensão de parte da sua paisagem, porém freqüentado intensamente por visitantes, o que estimulou o desenvolvimento do comércio e de serviços, o chamado setor terciário da economia. Disso decorre a cobrança de valores aviltantes em restaurantes e pousadas a fim de gerar bons lucros aos praianos do pontal, o que se consoma através da exploração do poder aquisitivo dos turistas.

A discórdia entre as pessoas dos dois extremos da ilha, de acordo com a confissão que a velha faz ao ex-docente, teve sua gênese com a fuga de um homem e uma mulher que decidiram abandonar seus cônjuges para viverem juntos no outro lado da baía. Assim, três casais ficaram em uma ponta e um casal foi morar na outra extremidade da Ilha do Meio. Até que o episódio da fuga se repetiu tempos depois na região mais populosa do local, de modo que a divisão ficou exata: dois casais para cada ponta. Desde então a cizânia prevaleceu, a velha confirma, “mas o anjo me falou que ia vir alguém. Pra ensinar que é um povo só. Tudo parente. Tudo irmão. Pra viver junto, pra viver melhor. A vida é muito ruim com o povo separado assim” (PELLEGRINI, 2007, p. 200). A profecia anunciada pela idosa a Tião culmina com o pedido da mulher para que ele ajudasse a reintegrar aquela desarmônica comunidade.

A população da Ilha do Meio era formada na sua totalidade por cruzamentos consangüíneos. Havia casos de albinismo e outras espécies de falhas genéticas

registradas entre os seus nativos. Valdo, primo de Marina, desgostoso com as experiências sexuais que envolviam a garota e o narrador, ameaçou matá-lo se não terminasse com esse relacionamento amoroso. Ela conversou com o primo, restabelecendo a contento a normalidade da convivência entre os três.

3.3.1 As necessidades ao desenvolvimento da ilha

Num diálogo de Marina e Tião, a primeira admite que a ilha estava precisando de um trapiche para facilitar a descarga de mercadorias e o desembarque de pessoas da terceira idade e de deficientes físicos. Com a realização dessa obra, mais turistas poderiam optar pelo veraneio naquele local, em vez de se acomodarem na Ilha do Mel, o que faria funcionar permanentemente uma embarcação com deslocamento até a Ilha do Meio. Questionada por Tião Terra se queria ficar rica, a menina declarou desejar ser mais feliz, pois que já era rica.

Essa frase expressa pela personagem permite depreender que, para ela, a conquista da felicidade não dependia do acúmulo de bens materiais, ou seja, do aumento de suas riquezas. Satisfeita com o patrimônio que possuía, pensava no bem-estar da coletividade. Segundo ela, a desunião da comunidade impedia que um grupo pudesse pressionar um vereador a fim de levar a efeito a construção do trapiche. Para Bloch,

só tardiamente surge um sentimento de como os humanos agem mal e uma visão de como poderia ser diferente. Inicialmente o desejo de mudança é furtivo, evasivo, o indivíduo se encolhe o quanto antes em si próprio, sem necessidades. (2006a, p. 38)

As palavras de Marina refletem o sentimento de que melhorias se fazem necessárias na vida dos moradores da ilha, porém, vencendo a introspecção, manifesta a vontade pela concretização de mudanças, a fim de não mais haver divisão entre as famílias na hora das reivindicações. Assim, maior força política ganhariam os ilhéus se estivessem integrados, mais facilmente seriam atendidos os seus pedidos, conseqüentemente melhoraria a infra-estrutura daquela localidade e a felicidade da jovem estaria mais distante da fantasia. A garota já não guarda para si esse anseio. Ela, ao contrário, de certa forma convoca Tião a lutar pela mesma causa. É o início de um esforço coletivo para pleitear o que falta no cotidiano daquele povoado.

Numa viagem de retorno à Ilha do Meio (Tião Terra havia ido à cidade para encomendar novas lentes de contato), o barco em que o narrador estava a bordo navegou desgovernado em função de uma tempestade. Os demais viajantes logo entraram em pânico, ainda mais porque não existia colete salva-vidas. No momento do desembarque, enormes ondas levaram praticamente todos os pertences dos passageiros. Marina acolheu em sua venda as vinte pessoas que perderam as bagagens devido à intempérie.

A garota, que com seu negócio em quatro meses faturava mais do que a pesca rendia a seu pai durante um ano inteiro, resolveu apresentar o namorado aos aproximadamente 180 nativos da ilha. Tião descobriu que as mulheres faziam tanta oferta de artesanato aos turistas que os preços baixavam ligeiramente, sendo que os mais ardilosos compravam delas em larga escala e vendiam na cidade praticando valores bem mais elevados. Rapazes também eram vítimas dessa sina quando comercializavam caramujos e conchas. O calor prejudicava igualmente a conservação de mariscos e tainhas, que eram pescados na Ponta da Velha. As barraquinhas armadas à venda de doces, salgados e bebidas na praia da mesma forma não resistiam aos efeitos do mau tempo. O pai de Marina não se resignava com o fato de que os moradores, em vez de se juntarem para comprar uma geladeira para estocar peixes, acabavam por priorizar o atendimento a turistas, achando que enriqueceriam ao fazê-lo.

Tião Terra anotava em seu caderno palavras-chave ao desenvolvimento da ilha, como “geladeira”, “câmara frigorífica” e “moer”, ação esta que se referia à implantação de um processo industrializado que melhor preparasse e conservasse toda carne pescada. Em outra ida a Curitiba, teve a oportunidade de encontrar Rosélia Carneiro participando de uma sessão de autógrafos. Após contar seu plano de viver na ilha, a escritora o incentivou a acreditar profundamente no que sonhava. Logo que ouviu essa mensagem, ele projetou:

Eu precisava, antes de tudo, como se dizia antigamente no movimento estudantil, ‘ganhar a massa’, convencer e entusiasmar o povo da ilha. Eu ia deixar de ser um teórico, ia botar Quadrondo em prática ali, na Ilha do Meio, com as bênçãos de Rosélia Carneiro e a parceria de Marina dos Santos Neta, minha mulher. (PELLEGRINI, 2007, p. 238)

A execução de seu planejamento começou com a construção de uma casa num morro, pois ninguém era proprietário daquele ambiente da ilha. Depois de cavar uma fossa numa parte ainda mais elevada do terreno, reservou espaço à estruturação de uma horta. Para isso, encomendou seis sacas de húmus e esterco, além de uma de

micronutrientes, fez uma fogueira e misturou a cinza com a terra da horta. O narrador menciona:

Marina me contou que pela ilha falavam que eu era louco, enfiar tanto dinheiro num monte de terra, para fazer uma horta num lugar sem água, na primeira seca ia perder tudo. Ela perguntou se eu não estava mesmo ficando louco. [...] Falei que não, não estava ficando louco. (PELLEGRINI, 2007, p. 242)

A desconfiança dos ilhéus em relação à inusitada tentativa de Tião Terra de manter uma horta produzindo com regularidade num lugar adverso a esse propósito tem, por fundamento, o conhecimento empírico dos mesmos. Como nunca observaram com sucesso esse tipo de operação, imaginaram que ele havia amalucado. Quando uma pessoa nutre idéias exageradas sobre a realidade a fim de transformá-la, tal comportamento geralmente indicia a ocorrência de um caso de paranóia. Bloch admite ser muito tênue a fronteira entre a utopia e a loucura:

A paranóia produz o mesmo nos atos de progressão utópica, especialmente na tendência do sonho desperto para a melhoria do mundo. Essa é a razão de haver tantos desses doidos entre os projetistas e pelo menos alguns entre os grandes utopistas. Quase toda utopia, seja médica, social ou técnica, possui caricaturas paranóicas. Para cada autêntico pioneiro, há centenas de fantasiosos, irrealistas, loucos. (2005, p. 95)

A técnica do narrador para manter a horta regada consistia em aproveitar a água da chuva retida pelo encerado que cobria um jirau, de modo a fazê-la escorrer até encher três tambores – para armazenamento –, além de canalizá-la por uma valeta que desembocava na própria horta. No mesmo dia em que o invento ficou pronto casualmente choveu. Vendo que esse sistema funcionava com eficiência, os moradores foram cumprimentá-lo. Trata-se de uma invenção quadronda, dessa vez resultante do pragmatismo de Tião.

O trecho há pouco citado, bem como muitos outros fragmentos de *Quadrondo*, provam a existência de uma similaridade entre o romance de Pellegrini e *Nova Atlântida*, de Francis Bacon. As duas obras transformam a temática da invenção em elemento recorrente em suas construções utópicas. Ernst Bloch afirma que “em sua *Nova Atlântida*, Bacon descreve como bem-sucedidas certas invenções que em parte ainda estão por acontecer, aludindo a elas com uma estupefaciente antecipação. Embora apenas antecipe o resultado, e não os caminhos até ele” (2006a, p. 208). Se o visionário Bacon não atenta ao detalhamento dos meios que levam à concretização de um fim,

Domingos Pellegrini o faz por intermédio de Tião Terra. Este discorre sobre sua criação desde o momento em que a arquiteta, passando pela fase da experimentação, e culminando com a aprovação do invento.

3.3.2 Mobilizações para mudar o cenário da ilha

Como se não bastasse, o antropólogo foi o responsável pelo funcionamento do primeiro sanitário destinado a turistas e pela instalação de chuveiros fora de algumas casas da ilha. Ele chamou um amigo engenheiro para fazer uma trilha que disporia de corrimão e de degraus de cimento com o objetivo de facilitar a subida a um platô, visando, essa obra, ao fomento do turismo no local. Dois pedreiros, sendo um da Ponta da Velha e um do Pontal do Mangue, auxiliaram na efetuação do serviço. Com isso, duas pessoas que antes se opunham por pertencerem a grupos desafetos agora estavam reconciliadas, bebendo, inclusive, cachaça da mesma garrafa após a conclusão do trabalho. A outra façanha do engenheiro foi conseguir bombear água da nascente do riacho até o morro em que Tião moraria.

Inquirido por gente do Pontal do Mangue sobre o fato de estar sangrando o riacho na cabeceira, explicou que a vazão do córrego não sofreria alterações por causa desse procedimento. Discursando no plural, persuadiu os habitantes a concordarem com o aperfeiçoamento das trilhas da Ilha do Meio, o que favoreceria o comércio de alimentos e de outros produtos a turistas. Essa reunião deu origem a um mutirão organizado pelos moradores. Eles ainda ajudaram o narrador a aprontar a caixa-d'água de sua futura residência, com a água do riacho sendo puxada pela bomba, que entrava em operação devido à energia de um gerador. Por ter ciência de que muitos casebres illicitamente dispunham daquela energia sem pagar porque subornavam o técnico da companhia elétrica, Tião orienta: “Vamos puxar energia para a bomba lá no morro. Não queremos pagar. Se contarem pra companhia, conto dos chunchos de vocês” (PELLEGRINI, 2007, p. 257).

Dois observações são oportunas com base nos episódios recentemente recuperados de *Quadrondo*. A liderança de Tião Terra ao propor ações àquela comunidade e dela obter a adesão para colocar em prática as propostas que havia apresentado é a primeira nota a se fazer. A segunda tem a ver com seu artifício para garantir o uso gratuito da energia do gerador. Ao invés de denunciar os aproveitadores que estavam se beneficiando de uma irregularidade e de ele próprio pagar pelo serviço

que lhe era prestado, opta pela tática da chantagem, silenciando sobre a atividade ilícita e se tornando infrator ao perpetrá-la.

Com o término da época do verão, os turistas deixavam de freqüentar a ilha. Sobrava a pesca de tainha no inverno, mas a falta de grandes refrigeradores para estocar os peixes impedia que bons ganhos fossem obtidos com sua venda, porque, em primeiro lugar, o pescado apodrecia rapidamente, e, em segundo, a intensa oferta fazia cair absurdamente os preços do produto. Promover o *marketing* da Ilha do Meio em estabelecimentos comerciais de Curitiba e Paranaguá, através da afixação de um cartaz que exibia fotos do local, juntamente com o haicai “na verdade no inverno é que dá saudade do mar”, de autoria do poeta Carlos Frederico dos Santos, foi a estratégia escolhida para novamente tentar atrair turistas na chamada baixa temporada, de modo especial, os idosos. A propaganda surtiu efeito. Logo os primeiros visitantes chegaram à localidade, e Tião convenceu os moradores da Ponta da Velha a construírem um açude no riacho ali próximo, um vestiário e churrasqueiras. Um representante daquela comunidade explicou ao antropólogo o porquê da decisão de concordarem em se organizar à realização da obra: “A gente cansou de ver o dinheiro ficar só na outra ponta” (PELLEGRINI, 2007, p. 261).

Sem dinheiro para continuar saldando as despesas do aluguel de onde estava hospedado, o narrador foi beneficiário da solidariedade dos ilhéus. Eles assumiram o compromisso de erguer sua Casa do Morro, como ficou conhecida, por ninharia: “Dando comida, a gente faz a casa já-já” (PELLEGRINI, 2007, p. 265). Na horta de Tião Terra, podiam ser vistos rabanetes, cenouras e beterrabas crescendo sem quaisquer percalços.

Quanto ao trabalho que resultou na edificação da moradia do ex-docente, cabe ressaltar que, em geral, somente os escravos o faziam por alimento, traduzindo-se esse ato como uma exploração de seu senhor. No texto de Pellegrini, ao contrário da invocação das bases do regime escravocrata, parece preponderar o espírito de ajuda mútua, haja vista que o narrador estava fornecendo material para o desenvolvimento das áreas públicas da ilha, ou seja, que não eram de domínio privado, e, em troca, detinha o apoio da mão-de-obra local à construção da sua propriedade. Já no que tange à horta, só há referência ao êxito dessa empreitada. Para que as plantas não sofressem com a seca foi inventado um sistema de aproveitamento da água da chuva. O romance, entretanto, não informa se chovia o suficiente para garantir a maturação dos legumes cultivados na horta. O narrador, lançando o olhar ao passado, reflete:

Reverendo minhas anotações, me espanto como fizemos coisas, como realizamos sonhos, como fomos felizes, quadrandando a ilha e a vida, embora tendo de lutar sempre, ou melhor, por isso mesmo, pois viver não é lutar e até o ato do amor, como dizemos, olhando bem, não parece uma luta? (PELLEGRINI, 2007, p. 268)

A felicidade de Tião, no entanto, por vezes dava lugar à angústia e ao tédio. Um incêndio havia danificado a extensão de parte do morro. Ele exigiu o zelo de todos para que a tragédia não se repetisse. Já o fracasso com a pesca na Ilha do Meio tornou a acontecer. Não havia condições para uma armazenagem eficaz do que era obtido pela atividade pesqueira com câmaras frigoríficas tão limitadas. Novamente, muita carne de peixe não teve outro destino senão perecer na praia. Os pescadores da Ponta da Velha reclamavam a aquisição de uma geladeira cinco vezes maior do que aquela que possuíam. Os do Pontal do Mangue se opunham a essa providência, porque julgavam ser o trapiche a obra mais elementar. Assim, uns culpavam os outros por não verem seus desejos satisfeitos. Enojado da desavença havida entre os moradores dos dois lados da ilha, o “líder” Tião Terra tomou a resolução de desertá-la. Procurado por Davi, seu jovem amigo e principal ajudante, negou-lhe qualquer atenção. Que comandante é esse que se deixa vencer pela impaciência dos ilhéus e foge de seu compromisso?

Como se nota, instável é a sua liderança. Ela desaparece em alguns momentos por não ser sólida. De qualquer forma, e para não haver a destruição da utopia que carrega consigo, recobra seu espírito de chefia para lutar em prol do futuro que idealiza à vida daquela comunidade.

3.3.3. Uma cooperativa para integrar os ilhéus

Antes de voltar à Ilha do Meio, acolhendo o pedido de perdão de Marina por circunstâncias que haviam feito parte do passado dela, Tião rememora a frustrada experiência de seu pai como cooperado. A corrupção dos diretores da cooperativa da qual era membro lhe trouxe amarguras e a conclusão de que esse tipo de sociedade só prospera quando as pessoas olham nos olhos umas das outras, ou seja, quando se relacionam abertamente e sem arrogância, honrando o princípio da honestidade. Outra lembrança do narrador decorre da conversa de dois pescadores que havia escutado nos dias em que ficou perambulando por Paranaguá e Antonina. Eles falavam da cooperativa de pesca que tinham fundado, e que se desmontou assim que alguns

associados arrumaram emprego para que seus parentes atuassem em empresas do mesmo ramo. Houve sócios, também, que acabaram se transformando em distribuidores ou revendedores de indústrias.

De volta à ilha, presenciou a morte da velha, que o aconselhou a perdoar quem muito errou no passado, fazendo alusão ao caso de Marina. Na ocasião, cheirava à bebida. Por isso, a garota e Davi levaram-no em direção à cascata, onde o ensaboaram e o esfregaram até que desaparecesse o odor fétido de seu corpo. Retornaram ao velório, e, instantes depois, puseram o caixão sobre uma bateira para que a mulher fosse sepultada no continente, visto que não existia cemitério na Ilha do Meio. De repente, uma enorme onda arrastou o caixão para a água. Os filhos da defunta resgataram o esquife, saindo do mar obviamente molhados. Eles comentaram ser uma desgraça a ausência de um trapiche naquele local. O narrador *incontinenti* alertou:

Tem um jeito – falei, vendo a água escorrer do caixão: uma cooperativa, todo mundo vendendo o peixe junto, congelando o peixe junto, pagando o trapiche junto. [...] Comecei a falar do que uma cooperativa podia fazer pela ilha, e pelos olhares vi que estavam de ouvidos abertos, a matriarca daqueles homens ia molhada para a cova, o trapiche agora era uma questão de honra. (PELLEGRINI, 2007, p. 283)

A utopia de Tião surge, aqui, como uma projeção consciente que visa à concretização de um futuro melhor aos moradores da Ilha do Meio. A cooperativa é concebida como a verdadeira solução para atingir esse objetivo. Ele argumenta que, através de sua instituição, seria facilitada a obtenção de financiamento barato, a isenção de impostos e a compra daquilo que não custava pouco e que, no cotidiano dos ilhéus, era tido como imprescindível.

Na noite em que se reuniram para fundar a cooperativa, Davi fez uma fogueira na Praia do Meio, local escolhido por seu caráter de neutralidade. Valdo foi aclamado presidente, tendo como vice o antropólogo, e o próprio Davi ocuparia a função de secretário. A composição do conselho fiscal também se deu por aclamação, e os tesoureiros ficaram sendo um de cada ponta, a fim de evitar o favorecimento a alguma delas. A ata de fundação da Turismar (Cooperativa de Pescado e Turismo da Ilha do Meio) conteve, ao final, a assinatura de 90 por cento dos habitantes da ilha. A abertura da conta bancária registrava como titulares o presidente e os tesoureiros da cooperativa, que passou a existir oficialmente quando foram providenciados a inscrição estadual, o cadastro fiscal federal e o alvará municipal. A respeito de Valdo, o narrador enfatiza:

“Era gentil e inteligente o moço que queria me matar, e formou com Davi uma dupla sempre a serviço da cooperativa com entusiasmo, como nos melhores sonhos dos pioneiros cooperativistas” (PELLEGRINI, 2007, p. 289). Quanto à origem do ato de cooperar, Diva Pinho observa:

A cooperação no sentido de ação conjugada entre duas ou mais pessoas, em razão de um fim comum, é tão antiga quanto a própria vida humana. Em todos os tempos os homens têm se auxiliado mutuamente para remover um obstáculo ou se defender das intempéries, por exemplo. (1966, p. 17)

A pesquisadora define como pré-cooperativistas as experiências²¹ transcorridas na primeira metade do século XIX das colônias icarianas inspiradas por Cabet, dos falanstérios planejados por Fourier, e da Nova Harmonia, arquitetada por Robert Owen. O nascimento do cooperativismo, entretanto, data de 21 de dezembro de 1844, com a fundação da Rochdale Society of Equitable Pioneers (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale), na Inglaterra. Em 1843, verificando que a indústria de flanela na qual trabalhavam prosperava ativamente, tecelões solicitaram aumento de salário, o que não foi consentido por seus patrões. Reunidos em número de vinte e oito, pouparam durante um ano inteiro para terem capital suficiente a fim de inaugurar um armazém cooperativo. Quando o estabelecimento foi aberto, os associados podiam, a preços mais acessíveis que o mercado em geral, dispor de manteiga, açúcar, farinha de trigo e aveia. No estatuto da entidade, estava assinalado que melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros era uma das finalidades daquela iniciativa.

De acordo com Pinho (1966), a sistematização da doutrina cooperativista ocorreu depois da instituição da primeira cooperativa em Rochdale. Na visão da autora, o francês Charles Gide foi quem a expôs com maior clareza. Ela tem como alguns princípios: o pagamento em dinheiro, a fim de eliminar o crédito e a especulação; a supressão de intermediários entre produtores e consumidores, o que provocaria a redução dos preços dos produtos para quem compra e o aumento de receita para quem vende; a eliminação do lucro, já que sua principal missão é prestar serviços aos associados de modo satisfatório; a devolução dos ganhos proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios; a transformação do cooperado em patrão, pois que responde pelo gerenciamento da entidade, sendo socioproprietário dela; a igualdade

²¹ Teixeira Coelho salienta que “o malogro das comunidades utópicas no século XIX foi uma constante, reforçando a idéia, difundida neste século, de que o homem estava fadado ao fracasso em relação à utopia” (1984, p. 74-75).

política, porque o voto de quem detém mais quotas-partes tem sempre o mesmo peso em relação ao indivíduo com menor quantidade de quotas-partes; a liberdade para se associar e se demitir da cooperativa em qualquer tempo.

Um dos objetivos estabelecidos pelos tecelões de Rochdale, e que Gide enumera como sendo uma das virtudes do cooperativismo, diz respeito ao combate ao alcoolismo. É interessante notar que Tião Terra luta contra esse vício ao longo de sua vida, tendo estado embriagado momentos antes de propor a constituição da cooperativa na Ilha do Meio. Por causa da bebida, havia alterado drasticamente seu comportamento, passando a dormir na rua, a repelir quem mais o admirava e a ficar desiludido com o futuro e com a vida amorosa.

Com o fito de reforçar as noções sobre o cooperativismo, é oportuno, com base em Leitão Rios (1989), afirmar que três são as características elementares desse modelo de associação: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa:

A primeira característica significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital. Isto é, a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é competência da assembléia dos associados. Finalmente, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras no final de um ano de trabalho deve ser feita de uma maneira diversa da que ocorre numa empresa capitalista. Isto é, nesta última, a referida distribuição se faz em função da participação dos associados nas operações da mesma. (1989, p. 13-14)

Conforme o autor, as cooperativas objetivam a realização de conquistas nas esferas econômica e social por meio do esforço coletivo, e são organizadas devido ao entendimento de que a consolidação de certos projetos se torna bastante dificultosa quando perseguida individualmente. Elas introduziram uma metodologia administrativa que obteve resultados positivos e negativos em países regidos tanto pelo capitalismo quanto pelo socialismo. Há pesquisadores que as consideram uma terceira via econômica, porém é mais viável compreendê-la como um modelo alternativo capaz de funcionar em qualquer um dos dois sistemas, pois que estimulou a rivalidade não fora, mas no interior dos mesmos. O movimento cooperativista não constituiu um bloco de nações alheio aos modos de vista capitalista ou socialista. Leitão Rios é um dos defensores dessa ótica, esclarecendo:

O cooperativismo não está pois 'imune' à divisão da sociedade em classes. Isso é importante frisar, porque muitas vezes o cooperativismo é apresentado

como se fora ‘uma borracha’ que apagaria as diferenças de classe. Por isso mesmo ele costuma também ser apresentado como uma ‘terceira via’ entre o capitalismo e o socialismo. Mas não existe ‘terceira via’, ou o cooperativismo se subordina ao capital e seus interesses, ou o cooperativismo é um instrumento em função de um projeto socialista. Não um socialismo burocrático, totalitário e estatizante, mas um socialismo democrático, autogestionário e participativo. (1989, p. 64-65)

A última frase do fragmento acima justifica, em certa medida, a preferência de Tião pelo cooperativismo ao socialismo. Por mais que haja pontos de convergência entre as duas doutrinas, elas não são idênticas. No regime socialista, o direito de votar não foi assegurado aos cidadãos. Os chefes políticos acabavam sendo escolhidos pelos correligionários do partido hegemônico, instaurando, assim, um permanente processo antidemocrático. A concentração do poder por longos períodos nas mãos de um líder configurava a atuação de governos totalitaristas. O fortalecimento do Estado era, por consequência, uma das principais intenções desse sistema.

No cooperativismo, o associado vota para eleger a diretoria, praticando tal ato com regularidade, porque, em tese, as direções de cooperativas não se perpetuam no cargo, sendo, em vez disso, constantemente renovadas. Seu voto tem o mesmo valor do de um membro que contabiliza mais quotas-partes na cooperativa. Há, aqui, uma clara diferença em relação às empresas que operam com fins comerciais. Nestas, o sócio detentor de maior percentual de ações dispõe de poder decisório superior. As cooperativas igualmente não visam a ser incorporadas pelo Estado. Elas, em oposição a esse princípio, desfrutam de uma autonomia preservada, tentando se beneficiar da administração pública, por meio da obtenção de vantagens financeiras semelhantes às apontadas em *Quadrondo* (isenção de impostos, disponibilidade de financiamentos mais acessíveis, etc.).

O narrador cria que “a cooperativa podia ser o começo da união na ilha, e para funcionar bem tinha de nascer bem, nascer forte” (PELLEGRINI, 2007, p. 287). A constituição da entidade correspondia a um novo esforço coletivo para impulsionar as melhorias que se faziam necessárias no local. Mesmo que a tentativa anterior de gerenciar adequadamente uma cooperativa houvesse se mostrado infrutífera, nada proibia que os habitantes da Ilha do Meio experimentassem a renovação dessa esperança, agora com a participação de Tião:

Também a derrota do bem desejado encerra dentro de si a sua possível vitória futura enquanto na história e no mundo não tiverem sido esgotadas todas as possibilidades do tornar-se diferente, tornar-se melhor, ou seja,

enquanto o possível-real em seu processo utópico-dialético não tiver sido fixado definitivamente. (BLOCH, 2005, p. 300)

A derrota do socialismo acaba instigando Tião Terra a lutar para que alguns princípios desse sistema possam reviver através da política de cooperação. Esta, por sua vez, é vista por ele como um aperfeiçoamento das práticas socialistas, que teriam sido desvirtuadas de seu real propósito pela ação ditatorial dos governantes. O cooperativismo, assim, parece-lhe estar revestido de um socialismo mais autêntico em termos doutrinários do que o próprio socialismo implantado no Leste Europeu. Eis a razão pela qual, mais do que a socialista, é a bandeira cooperativista a que ele empunha. Tal resposta satisfaz a questão que havia ficado pendente no item 3.2.5 desse estudo.

3.3.4. O empenho dos cooperados sofre entraves, mas produz melhorias

Na primeira investida para pleitear a construção do trapiche, Tião escreveu no cartão da entidade que entregou ao prefeito: “TURISMAR, 100 votos unidos na Ilha do Meio” (PELLEGRINI, 2007, p. 290). Se essa frase fosse verdadeira, a cooperativa poderia violar um dos apanágios que doutrinam historicamente esse modelo de associação. Todos os cooperados são livres para escolher seus candidatos. Sob forma alguma devem ser coagidos ao voto de cabresto²². A estratégia de Davi, Valdo e Tião Terra consistia na afirmação de que se o prefeito não ordenasse a realização da obra, votariam no adversário dele para deputado na próxima eleição. Como o prefeito só admitia concretizá-la perto do pleito, ou seja, quase um ano depois, desistiram de assediá-lo.

Ao se dirigirem ao banco oficial do cooperativismo nacional para solicitar a aprovação de crédito à compra de uma câmara frigorífica com capacidade para armazenar 30 toneladas de alimentos, o gerente exigiu a entrega de um projeto de viabilidade econômico-financeira, pois, segundo ele, o banco não era irresponsável. Tião mentalmente – isto é, sem dizer nada, apenas em pensamento – discordou do

²² Vitor Nunes Leal destaca que o “coronel” comanda “discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica. [...] Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam” (1975, p. 23-25). Se os cooperados tivessem a obrigatoriedade de votar no mesmo candidato, estaria sendo configurada uma espécie de “coronelismo” na administração da cooperativa. O narrador cumpriria simbolicamente o papel de “coronel” por ostentar uma posição superior diante dos demais membros da entidade, sendo ele, ademais, o mentor do projeto cooperativista instituído na ilha.

bancário, já que a mesma instituição não estava cobrando dívidas de grandes usineiros e fazendeiros.

Embora não se constitua numa verdadeira criatura humana, o ser ficcional Tião Terra se depara com situações em *Quadrondo* que poderiam acontecer com qualquer pessoa real, como encontrar um político que se preocupa em efetivar obras perto da eleição para atrair votos com mais facilidade, constatar que uma instituição financeira de ordem pública concede privilégios a grupos economicamente mais poderosos e ter um pedido satisfeito pelo governador seu conterrâneo e admirador, através da entrega de um cartão assinado pelo mesmo, contendo a orientação para que o antropólogo fosse atendido no que precisasse. Com esse pequeno documento, o narrador pôde ter um encontro com o presidente de uma construtora, e, em pouco tempo, o trapiche de concreto ficou pronto na ilha.

A partir daí, até europeus começaram a freqüentar o local. O prefeito, pensando em agradar àquele eleitorado, havia prometido a reforma da escola, a instalação de torneiras e chuveiros públicos e a inauguração de um pequeno posto de saúde e de uma usina de lixo. Tião relata:

Como a cooperativa ainda não tinha uma escrivanhinha, guardava numa caixa de sapatos a contabilidade. Tínhamos feito uma vaquinha para as primeiras despesas, cada um deu quanto quis e ele [Valdo], Davi e Marina deram juntos mais que todos os outros cooperados. A gente viajava com dinheiro da cooperativa e, como no tempo do movimento estudantil, eu gastava o mínimo porque era dinheiro sagrado, ‘do movimento’, ou melhor, da cooperativa. E me sentia vivo e alegre lidando com papelada, cartórios, registros, repartições, todo o calvário que é preciso passar quem queira funcionar qualquer coisa honesta neste país. (PELLEGRINI, 2007, p. 306)

A parcimônia, portanto, traduzia-se num requisito para que a contabilidade da cooperativa não sofresse prejuízos. O narrador não esconde sua alegria por estar atuando “no movimento”, declarando-se, assim, um cooperativista convicto. Estava até convertendo alguns ilhéus a defenderem sua mesma causa. Numa certa ocasião em que o prefeito visitou a Ilha do Meio, Davi determinou que ninguém servisse cerveja gelada, a fim de que a câmara frigorífica reivindicada pela comunidade fosse providenciada mais celeremente. O jovem considerava Tião Terra como seu verdadeiro mestre.

Quando a ex-esposa do narrador alertava para cuidar bem dos dois filhos, ele “falava que não pensava em coisas ruins, elas portanto não aconteceriam” (PELLEGRINI, 2007, p. 308). Trata-se da crença segundo a qual são protegidos e agraciados aqueles que só pensam positivamente, como se esse gesto bastasse para

sacramentar a felicidade, evitando todo o tipo de insucesso. Tião se contradiz quando, agoniado, pergunta à Marina o que faria com ele quando envelhecesse e “brochasse”. Será mesmo que não pensava em coisas ruins?

Mais obras ocorreram na ilha: um vestiário, valas para compostagem do lixo orgânico, encanamento para chuveiros situados próximo à praia, tabuleiro para hortas coletivas e galpão para a usina de lixo. A Ilha do Meio estava cada vez mais apinhada de turistas, os moradores compravam roupas, móveis, aparelhos e barcos novos, e a casa de Tião Terra se expandia com a construção de mais cômodos. A cooperativa havia garantido o oferecimento dos cursos de garçom e de navegação, sendo, este último, um sonho antigo da comunidade. A coleta seletiva do lixo funcionava no local, inclusive com o recolhimento das fezes dos animais de estimação. Os cooperados passaram a contar com uma receita ordinária por causa dessa atividade, que gerou seis empregos.

Nas assembléias da cooperativa, era formada uma roda para que todos pudessem trocar olhares enquanto participavam das mesmas. Numa delas, os pais assumiram o compromisso de somente liberar os filhos ao trabalho na pesca ou no comércio depois de os garotos irem à escola, para assim nunca perderem as aulas. Já aqueles que só tinham interesse em lucrar foram advertidos:

Falamos das vantagens de manter uma política de preços justos e estáveis:
– Desmoraliza a ilha – explicou Davi – uma mesma coisa ter preços diferentes.
Com a inflação, era preciso aumentar os preços todo mês, para não trabalhar com prejuízo, mas alguns aumentavam demais, afugentando turistas a espalhar que a ilha era careira. (PELLEGRINI, 2007, p. 312)

Esse pormenor revela que o funcionamento totalmente harmônico de uma cooperativa nada mais é do que uma utopia. Se os preços variavam era, primeiramente, por causa da falta de organização coletiva, e, em segundo lugar, em decorrência do expresso desejo individual de aumentar os ganhos com a venda de produtos, aspecto que caracteriza o espírito capitalista presente nessas pessoas. Nem todos, por conseguinte, contentavam-se com o que estavam faturando por conta de seu ofício.

Para que as mudanças promovidas na ilha ganhassem repercussão, visitaram um jornal da região a fim de agradecer às autoridades pelas conquistas, não perdendo a oportunidade para pedir a elas novas benfeitorias. Tião informa que todas as correspondências enviadas pela cooperativa eram respondidas. Sobre a razão do sucesso, não guarda segredo:

Com nossa requintada correspondência em bela linguagem, sempre acrescentando recortes de jornais com reportagens e notícias sobre a ilha e a cooperativa, começamos a conseguir cursos de higiene, culinária, atendente comercial, controle de estoques, decoração, jardinagem, manejo de horta, corte e costura, hotelaria, coquetelaria, técnicas artesanais, técnicas de construção e até contabilidade. (PELLEGRINI, 2007, p. 317)

O texto bem escrito, portanto, acompanhado do envio de material jornalístico, bastava para sensibilizar as lideranças políticas. Com a ajuda do amigo engenheiro, o mesmo que comandou as primeiras reformas por que passou a ilha, Tião Terra pode dispor do projeto de viabilidade econômico-financeira requisitado pelo gerente do banco oficial de cooperativismo nacional. A análise desse documento era uma etapa que antecedia a aprovação do financiamento à compra da câmara frigorífica. Constatando que o bancário havia arquivado numa gaveta de sua mesa a pasta que continha o projeto, o narrador localizou o material ao mexer nas próprias gavetas da escrivaninha do funcionário, enquanto este conversava com os outros cinco representantes da cooperativa.

O escarcéu provocado por essa cena garantiu aos cooperados um encontro com o superintendente regional do banco, em Curitiba. Este prometeu encaminhar o pedido dos ilhéus com recomendação de urgência, mas sem fixar prazo ao atendimento do mesmo. O artifício encontrado por Tião para que o projeto transcendesse à teoria, sendo efetivado na prática, consistiu em convencer por meio de chantagem o contista Ricardo Henrique Telles, então diretor nacional de crédito agrícola, a acelerar o trâmite daquele pedido. Caso não agisse dessa forma, o nazista enrustido seria entregue à polícia. O cooperado havia conseguido cópia de uma foto em que Ricardo Henrique sorria ao lado de amigos neonazistas num bar da Alemanha. Destarte, operários foram ordenados a preparar toda a estrutura necessária para o funcionamento do novo sistema de refrigeração do pescado:

As câmaras de resfriamento e congelamento, juntas, conservam oitenta toneladas de filés pré-embalados, para venda até a restaurantes e hotéis das capitais, acabam viajando de avião os peixes da Ilha do Meio. (PELLEGRINI, 2007, p. 341-342)

A cooperativa renovou sua diretoria normalmente, sendo Davi o sucessor de Valdo. Depois do primeiro, que se elegeu vereador e casou com a filha de Tião Terra, várias pessoas aceitaram o desafio de dirigi-la. As assembleias aconteciam todos os meses, em respeito ao calendário lunar. O narrador não se furta de dar a seguinte

sugestão: “Todas as cooperativas que sofrem com o descaso dos cooperados e a pouca presença nas assembleias deviam seguir nosso exemplo: assembleias ao ar livre na lua cheia” (PELLEGRINI, 2007, p. 334). Assim, atingia-se o quórum em todas as reuniões. Se em *A cidade do sol* os dias de plenilúnio eram festivamente abrilhantados com a cantoria de poetas, em *Quadrondo*, de modo similar, o poeta Carlos Frederico dos Santos fazia recitais à luz de velas para os moradores e turistas da Ilha do Meio, chamando esse ato de socialismo poético, que se traduzia não pela escolha particular dos poemas que deveriam compor sua apresentação, como outrora procedia, mas pela satisfação do interesse do público, que selecionava as obras poéticas a serem por ele interpretadas.

Conforme o narrador, por melhor que fosse o desempenho da cooperativa, nem todos da comunidade se associaram a ela. Alguns sócios preocupavam-se apenas com os seus ganhos, pouco se importando com os interesses coletivos. Esses nutriam uma mentalidade individualista. A maioria, no entanto, aderiu à crença da cooperação. Para Tião, esse pensamento foi decisivo à evolução da Turismar:

No ano 2000, conseguimos renovar totalmente a diretoria, inclusive dos vários setores, sim, agora a cooperativa também tem setores: administração, produção, comercialização, que os novos chamam de *marketing*, e educação, sim, os cursos continuam, só que agora temos mesmo uma escola técnica com laboratório e tudo mais, jovens de todas as ilhas vêm estudar aqui. Pescamos, cortamos, embalamos e até exportamos filés de vários tipos de peixe durante o ano, tainha defumada, sopa de mariscos enlatada, com emprego para todos os jovens da ilha e de algumas ilhas vizinhas também. (PELLEGRINI, 2007, p. 344)

Com a bem-sucedida política de geração de empregos, ao invés de os ilhéus optarem por não continuar a viver onde haviam nascido, como ocorria antes da fundação da cooperativa, a Ilha do Meio começava a atrair pessoas de outras localidades, não sendo mais povoada por descendentes de uma única família. O local alcançou tamanha prosperidade que os cooperados pensaram em introduzir um sistema de fichas que substituísse a moeda brasileira. Com unidade monetária própria, Tião acredita que “a ilha já seria quase uma república na república” (PELLEGRINI, 2007, p. 348). Há, aqui, uma referência ao texto platônico *A república*, protótipo da utopia como temática literária, empregada para indicar um desejo de independência quanto à realidade, tal como fez Platão ao projetar a constituição ideal de uma sociedade. Em *Quadrondo*, também a negação daquilo que pertence ao contexto real se evidencia no momento em que a moeda, por não se adequar às transações financeiras praticadas na

ilha, oportuniza a implantação de um método mais eficiente. Ela, na verdade, opera como arquétipo do capitalismo, pois cumpre a função de quantificar o capital. Como não é extinta, e sim somente contestada por aquela comunidade, mantém seu caráter utilitário, transformando o sistema de fichas em utopia. A propósito, acerca de símbolos socialistas e capitalistas, o protagonista conclui:

Não deviam ter quebrado aquelas enormes estátuas de Stálin e Lênin: agrupadas dariam um belo parque, onde mostrar às crianças os monstros que as teorias conseguem criar. O menor de nossos morros é maior que a mais alta daquelas estátuas, e está em pé há muito mais tempo e mais tempo ainda ficará, e também o mais alto edifício do capitalismo não tem um riacho a brotar no umbigo. (PELLEGRINI, 2007, p. 348)

Pode-se inferir, a partir desse trecho da obra de Domingos Pellegrini, que os erros do socialismo não devem ser omitidos, senão apresentados às gerações mais jovens. As estátuas de líderes soviéticos foram ao solo, ou seja, a utopia que representavam fracassou. Já os morros da Ilha do Meio significam os pilares do cooperativismo, que são muito mais grandiosos e perenes do que as bases socialistas, na visão do narrador. Por fim, o capitalismo resiste sem oferecer maravilhas aos indivíduos, ou melhor, sem satisfazê-los plenamente, uma vez que “não tem um riacho a brotar no umbigo”. A idéia de cooperação, ao contrário, abarca o riacho, proporcionando aos indivíduos, além de desenvolvimento econômico e bem-estar social, uma vida mais bela e prazerosa, de acordo com Tião Terra.

3.3.5 Ponderações sobre os princípios cooperativistas

No Brasil e no mundo, milhares de cooperativas já foram constituídas, sendo que parte delas ainda está em atividade nos dias de hoje, funcionando com relativo sucesso. Vergílio Périus, todavia, repara:

Exclui-se toda e qualquer cooperação idealista, sustentada na idéia de participação cooperativa por ‘altruísmo’ ou ‘espírito cooperativo’. O ‘homo cooperativus’ é uma ficção. Trata-se sempre de um ‘homo economicus’ que entra em negociações. (1983, p. 27)

A vontade de cooperar, segundo o autor, é regulada pelo fator econômico. O cooperativismo deve assegurar vantagens financeiras às pessoas, a fim de atrair o interesse das mesmas. Ele concorre com todas as formas de capitalização que o mercado oferece. Numa cooperativa, quem detém o maior patrimônio não exerce o poder decisório da entidade. Nem todos concordam com essa norma, dando preferência a outros tipos de investimento, que podem ser mais rentáveis ou proporcionar ao maior acionista o gerenciamento de uma empresa qualificada como sociedade comercial, cuja finalidade precípua é o lucro. O sistema cooperativista imobiliza valores, contrapondo-se à política de juros, ou melhor, à especulação. Os habitantes da Ilha do Meio que vendiam produtos ou prestavam serviços a turistas cobrando preços mais elevados comprovam que invariavelmente as conveniências pessoais sobrepujam as questões coletivas.

No campo das decisões, a falta de unanimidade comumente acarreta distúrbios entre os membros de um grupo. Por esse motivo, as cooperativas não estão imunes à divisão de opiniões. Acatar uma resolução é dever de todos os cooperados, independentemente do fato de a apoiarem ou não. Respeitá-la de modo pacífico, no entanto, nem sempre transcorre no âmbito do cooperativismo:

O princípio da maioria pode gerar dois efeitos discriminatórios. Uma vez, os interesses de uma minoria societária podem ser lesados e por outro lado, uma minoria mais atuante pode produzir efeitos exploratórios sob os custos da maioria associada, mas apática e não atuante. (PÉRIUS, 1983, p. 35)

O pesquisador ainda salienta que o conflito de interesses se intensifica na medida em que aumenta o número de associados de uma cooperativa. Em *Quadrondo*, a felicidade propiciada pelo movimento cooperativista restringe-se à visão de Tião Terra e de alguns personagens. O vestígio de que não há casos de insatisfação na Turismar reside na inexistência de demissões, o que é absolutamente raro no histórico das cooperativas. No momento em que um cooperado encerra por livre arbítrio seu compromisso com a entidade, esta devolve as quotas-parte que pertencem ao demissionário, reduzindo-se, com isso, o patrimônio da associação. No romance de Pellegrini, essa adversidade não é mencionada, de modo que permanece intacto e, portanto, fortalecido o capital à disposição dos ilhéus associados. Por haver descontentamento entre alguns moradores da ilha com a entidade, e, agregando-se a

isso, a determinação de jovens em deixar o local para viver na zona urbana, é utópico acreditar que nenhum desfalque quanto à matéria humana ou em relação às finanças da cooperativa tenha ocorrido em quase uma década de operações.

No que concerne à atuação do conselho fiscal da Turismar, não há qualquer referência em *Quadrondo*. Seriam as pessoas que o compõem suficientemente competentes no desempenho da fiscalização das contas da organização? O órgão teria resguardada sua autonomia para apontar os erros dos administradores? Ou, opostamente, conselho fiscal e diretoria poderiam ser confundidos um com o outro, fenômeno este conhecido na ciência administrativa como amalgamento? O texto de Pellegrini tangencia esses problemas. Vergílio Périus aponta:

A inexistência de estímulos gera a não-concorrência entre os sócios para ocupação de uma vaga no Conselho Fiscal. As posições mais concorrentes se relacionam com a composição do Conselho Administrativo ou da Diretoria, com cargos remunerativos, concorrendo para a formação de chapas, os sócios mais capacitados, ou os que se julgam capacitados para cargos de administração. [...] Parece que, em nome do ideal cooperativo, basta que os membros do Conselho Fiscal sejam pessoas de confiança e a fiscalização dos atos administrativos se dá por si mesma. (1983, p. 43)

Em virtude do diferente tratamento que há entre os integrantes dos dois conselhos (os do Administrativo exercem funções remuneradas, já os do Fiscal trabalham gratuitamente), é natural que o desinteresse pela fiscalização se transforme em atitude rotineira. Aqueles que nada recebem para controlar as contas da cooperativa vêm-se obrigados a garantir sua renda através da dedicação a outras atividades. Com isso, profissionalizam-se nas ocupações que geram receita, tornando-se amadores no trabalho fiscal. Conforme o romance de Pellegrini, apenas Valdo e Davi, os dois primeiros presidentes da Turismar, cursaram Contabilidade. Reitera-se: sendo tal faculdade um requisito para o bom exercício do Conselho Fiscal, uma vez que fornece o conhecimento necessário às práticas que são de responsabilidade do órgão, por que seus membros haveriam dispensado essa formação? Como poderiam agir com eficiência sem aperfeiçoarem suas noções sobre o serviço de fiscalização que lhes era atribuído?

Por fim, como aborda Périus, “uma educação sistematizada de Cooperativismo se coloca como meta para preparar estes homens que pensem, trabalhem e vivam a Doutrina Cooperativista” (1983, p. 71). Em *Quadrondo*, os cooperados não freqüentam cursos destinados a educá-los na perspectiva do desenvolvimento coletivo. Tudo se resume à crença dos mesmos na possibilidade de uma vida melhor, mas essa fé não é

fundamentada por princípios educacionais. É como se acreditassem no que desconhecem. Assim, neles há sobra de esperança contracenando com a carência de base.

3.3.6 A Ilha do Meio como alegoria da reunificação alemã

Conforme Flávio Kothe, “*alegoria* significa, literalmente, ‘dizer o outro’” (1986, p. 7). A partir dessa definição, depreende-se que um conteúdo exposto alegoricamente oculta determinado sentido que precisa ser decodificado através da leitura. Sendo o texto literário uma espécie de recorte da realidade, nesta encontram-se os elementos que servem de parâmetro a toda elaboração ficcional. Conhecer o contexto em que foi escrita a obra de arte importa como método para identificar a presença do real na ficção dotada de recursos alegóricos:

A concentração na leitura da alegoria decifra uma concreta tessitura de significados complementares, apontando para o campo semântico da utopia, campo em nada abstrato, pois é ditado por aquilo que a própria alegoria apenas suspeita: a realidade e sua história. (KOTHE, 1986, p. 64)

A utopia, desse modo, se corporifica por meio da alegoria, já que esta implica uma idealização que reconstrói a realidade, modificando-a parcialmente. Sem a utilização de aspectos reais em primeiro plano, seguida da reescritura deles derivada de um procedimento intencional do autor, não há alegoria no texto ficcional. João Adolfo Hansen explica que uma das estratégias de compreensão dos mecanismos alegóricos empregados numa obra literária é “analisar a significação figurada nela pesquisando seu sentido primeiro, tido como preexistente nas coisas e assim revelado na alegoria” (1986, p. 2).

Destarte, a alegoria dispõe da combinação de dois sentidos: o primeiro, de cunho literal, referencial, convencional; o segundo, de valor metafórico, figurado, desviante da significação, do rigor lingüístico, e, por consequência, propício à criação artística. O real e o ficcional dialogam e se fundem através dela, abrindo novas possibilidades de expressão. A natureza analógica do texto alegórico permite a representação de uma realidade histórica no campo da ficção:

Na enunciação de uma alegoria discursiva, através da analogia são disciplinados os variados elementos de harmonia relacional que conduzam

ao seu fechamento como enunciado pessoal e marcador de uma idéia, sobre um tema ou motivo. (GRAWUNDER, 1996, p. 167)

De acordo ainda com Maria Zenilda Grawunder, “a alegoria é mediada por signos e conceitos, por imagens, símbolos, figuras, capazes de acionar o universo de valores e antivalores, a ideologia” (1996, p. 145). A pesquisadora observa que os mundos sentimental e conceitual de um escritor estão incrustados na composição do texto alegórico. Por isso, é natural que artistas, em tempos de repressão político-administrativa – como se pode constatar no período do autoritarismo no Brasil –, tenham recorrido à alegoria para “dizer o outro”, pois se usassem um discurso de fácil interpretação ficariam sujeitos à censura, à tortura, ao exílio, e, até mesmo, à morte. A forma de se manifestar sem ser vítima certa de represálias era, nesse caso, o aproveitamento das propriedades alegóricas em todo o tipo de mensagem veiculada que continha teor essencialmente ideológico.

Na alegoria, coexistem, portanto, um sentido literal e um não-literal. Este se assemelha àquele, porém não o reproduz integralmente. Ela suscita a ambigüidade, ou melhor, promove a duplicidade de qualquer significado. O filósofo Ernst Bloch aponta como uma das diferenças determinantes entre símbolo e alegoria, o fato de que esta “contém os arquétipos da transitoriedade, razão pela qual o seu significado está sempre voltado para a *alteritas* [alteridade], ao passo que do começo ao fim o símbolo permanece associado à *unitas* [unidade] *de algum significado*” (2005, p. 174). Bloch complementa que, devido à sua natureza polissêmica, nenhuma alegoria pode ser considerada perfeita, pois, do contrário, resultaria unívoca.

Com base nos conceitos acima evocados, é possível o estabelecimento de uma interpretação acerca da alegoria que envolve a história da Alemanha durante e após o período da Guerra Fria (sentido literal) e a saga dos moradores da Ilha do Meio (sentido metafórico) em *Quadrondo*. Primeiramente, é válido recordar que ambos os locais são habitados por uma única família²³ que se encontra em desunião. Na Alemanha, essa divisão ocorre à mercê de seu povo, que sofre para se deslocar livremente pelo país por causa da construção do Muro de Berlim. Os alemães são diretamente afetados pelos desdobramentos da disputa que, com o passar do tempo, cada vez mais se acirra entre os blocos capitalista e socialista. Com a demolição do Muro, não há mais motivo para que

²³ No caso da Ilha do Meio, há, de fato, uma única família que vive naquele local. Em se tratando de Alemanha, a “família”, palavra aqui empregada em sentido metafórico, representa a totalidade de um povo que, apesar de ter estado separado geograficamente na época da Guerra Fria por questões ideológicas, era filho de uma mesma nação, afinal alemães ocidentais e orientais eram patrícios.

a Alemanha Ocidental e a Oriental continuem separadas. Em poucos meses, os acordos necessários à reunificação são celebrados, de modo que uma só Alemanha renasce depois da derrocada do socialismo.

A Ilha do Meio apresenta pessoas de uma mesma descendência que divergem quanto à prioridade econômica a ser definida por todos os seus moradores. Os da Ponta da Velha querem que a pesca seja privilegiada. Essa localidade, sob o ponto de vista alegórico, representa a Alemanha Oriental, cuja economia dependia mais da exploração de matérias-primas, uma vez que foi submetida a um retrocesso industrial por ocasião da intervenção soviética que desativou diversas fábricas alemãs, transportando-as ao país-sede do governo socialista. Já os habitantes do Pontal do Mangue acreditavam que o desenvolvimento da ilha seria fortalecido com o incentivo ao turismo. O pontal é a representação da Alemanha Ocidental, que vivia um estágio econômico muito mais avançado em relação à Alemanha Oriental, recebendo grandes investimentos de outros países, isto é, “acolhendo turistas”, se olhado o contexto metafórico reproduzido no romance.

A “velha”, matriarca da comunidade dos ilhéus, mesmo decrépita, continuava exercendo o ofício de pescadora. Tião Terra certa vez a conheceu quando ela se achava em pleno serviço. Em situação posterior, o antropólogo estava à frente dela quando a mulher pronunciou suas últimas palavras antes de morrer. Da “velha”, Tião ouviu uma premonição de que ele seria responsável pela reintegração dos habitantes da Ilha do Meio, já que era desolador, na opinião da pescadora, ver seus parentes em permanente conflito de interesses. Essa personagem retrata o socialismo, que por 72 anos resistiu como sistema econômico, desempenhando intensa rivalidade com o capitalismo na luta pela hegemonia econômica, política e militar na esfera internacional.

Somente depois do falecimento da mulher é que o protagonista assume o papel de líder comunitário. Em outras palavras, depois da queda do socialismo é que o cooperativismo entra em ação para servir como modelo alternativo ao modo de vida de uma determinada sociedade, não permitindo que o capitalismo reine absoluto, através da imposição de suas leis. Antes desse acontecimento, não havia forma de os ilhéus se entenderem, pois nunca chegavam a um consenso a respeito de suas prioridades profissionais. Outra divergência estava relacionada ao desejo da aquisição de uma câmara frigorífica por parte dos residentes na Ponta da Velha, providência que não era avalizada pelos que habitavam o Pontal do Mangue, visto que estes reivindicavam a construção de um trapiche para fomentar o turismo no local. Enquanto perdurava esse

impasse, Tião Terra, em vez de colaborar para tentar desfazer todo o tipo de desavença que era alimentada na Ilha do Meio, abandonou aquele povoado, entregando-se aos efeitos fugidios provocados pelo alcoolismo. Como já se destacou nesse estudo, o combate ao referido vício significou um dos objetivos do movimento cooperativista em seus primórdios.

Em virtude dos transtornos verificados no transporte do caixão da “velha” até o continente, o narrador decide apresentar aos moradores do local a idéia da fundação de uma cooperativa, nela percebendo a solução para estimular o desenvolvimento econômico da ilha. A partir daí, todos os intentos para aperfeiçoar as riquezas da Ilha do Meio são bem-sucedidos. Na Ponta da Velha, um de seus habitantes havia declarado que todos estavam cansados de ver o dinheiro circular apenas no Pontal do Mangue. Decifrando o sentido alegórico desse pronunciamento que consta do romance de Pellegrini, a Alemanha Oriental não parava de constatar o crescimento da Alemanha Ocidental. Por isso, os habitantes da primeira permanentemente protagonizavam fugas em direção à segunda, em busca de melhores perspectivas de vida sob o ponto de vista financeiro. Na ficcional Ilha do Meio, não existia muro que a dividisse geograficamente, de modo a prejudicar a convivência entre os parentes. Sua discórdia advinha de diferentes concepções sobre a atividade econômica mais importante a ser praticada por todos. Como nunca entravam em acordo acerca desse assunto, jamais se uniam pela concretização de uma mesma meta.

Até que da Ponta da Velha veio à tona a confissão de que poderia ser melhor distribuída a renda acumulada ao longo do ano pelos ilhéus. Para dar fim à dissensão, nem o turismo, e tampouco a pesca, se tornariam fonte de receita exclusiva na ilha. O caminho para agradar a maioria dos habitantes era prestigiar paralelamente as duas ocupações, princípio este que norteou a instituição da cooperativa. Traduzindo o sentido alegórico presente em *Quadrondo*, nem o socialismo, nem o capitalismo serviam ao desenvolvimento integrado da Ilha do Meio. O primeiro, por ter fracassado; o segundo, por satisfazer interesses individuais, implicando uma concorrência desenfreada que somente beneficia os competidores mais fortes, gerando pobreza por marginalizar uma parcela da comunidade. Surge, assim, o cooperativismo como método de organização coletiva aplicado dentro do sistema capitalista, a fim de proporcionar o crescimento de um povoado sem ocasionar exclusão social.

O narrador participou da demolição do Muro de Berlim, atitude que revela sua discordância quanto à divisão que estava sendo imposta aos alemães em virtude da

Guerra Fria. Há que se notar, entretanto, que ele não foi o primeiro e muito menos o único a golpear o Muro, haja vista que este ato contou com a adesão de milhares de pessoas. De qualquer modo, não deixou de contribuir à transformação desencadeada na Alemanha e no mundo. Já na Ilha do Meio, Tião Terra se notabilizou por liderar a mudança efetivada no local, o que foi promovido não por sua solitária vontade, mas a partir do consentimento dos ilhéus de que era preciso unir esforços à realização das melhorias de que tanto necessitavam.

3.4 O amor como princípio “quadrondo”

A temática amorosa também acaba sendo explorada por Domingos Pellegrini com o fito de estabelecer uma construção utópica em seu mais recente romance. Cabe esclarecer que “quadrondo” não é apenas um neologismo à integração de linhas retas e curvas, mas significa, igualmente, o casamento entre o quadrado e a redonda, ou seja, o homem e a mulher. Por sinal, “o homem e a mulher: o quadrado e a redonda” era o título do livro de Tião Terra que havia conquistado ótima vendagem. O narrador defende a idéia de que a paixão entre seres humanos de sexos diferentes se constitui num sentimento inevitável, e que, como consequência, proporciona a sobrevivência da espécie.

Antes, porém, do aprofundamento do estudo acerca da utopia amorosa presente na ficção de Pellegrini, torna-se precípuo refletir sobre algumas questões conceituais que abarcam o próprio tema do amor. Na literatura, um dos principais textos relacionados a essa matéria, e que serve como ponto de partida à explanação aqui praticada é *Banquete*. Trata-se mais propriamente de uma narração do que de um diálogo platônico. Certa feita, Apolodoro se deparou com um amigo que lhe pediu para contar como foram os discursos – em louvor a Eros – pronunciados durante uma festa da qual haviam participado Sócrates, Aristófanes, Agáton, Erixímaco e Pausânias, entre outros. Para satisfazer a curiosidade de seu interlocutor, Apolodoro reproduz o que Aristodemo lhe tinha revelado, pois que o primeiro não pudera prestigiar a realização do banquete.

Os primeiros oradores exaltam as qualidades de quem ama, por ser este ato visto como uma virtude extremamente honrosa e até mesmo divina. O enfoque sobre o tema, no entanto, muda quando chega a vez de Aristófanes discursar. O comediógrafo argumenta que, em vez de dois, três sexos humanos haviam outrora existido: o

masculino, o feminino e o andrógino, que era composto ao mesmo tempo dos dois primeiros. Segundo ele, Zeus teria meditado:

Creio que encontrei um modo de permitir que os homens existam, mas domesticados, tornando-os mais fracos: cortarei cada um deles em duas partes, e assim obteremos esta dupla vantagem: ficarão mais fracos e mais úteis, porque serão mais numerosos para nos servir. (s.d., p. 146)

Seccionada a natureza humana, cada uma das metades logo se pôs a procurar a outra. Conforme Aristófanes, o desejo de se unirem eternamente era estimulado assim que as metades concretizavam o intento de se reencontrar. Por esse motivo, ele conclui que “o amor é o desejo e a ânsia dessa completação, dessa unidade” (s.d., p. 149).

Em seu discurso, Sócrates invalida o pensamento exposto pelos convivas que se pronunciaram anteriormente, havendo eles defendido que Eros tivesse sido um ser divino. O filósofo entende que se o filho de Poros (o prudente) e de Penia (a miséria) fosse uma criatura divina, nasceria dotado de uma beleza inigualável, não sendo necessário que a procurasse fora de si por constituir-se, desse modo, numa entidade completa. Seguindo tal raciocínio, o orador sustenta, valendo-se das palavras de Diótima²⁴, que Eros só poderia ser um filósofo situado intelectualmente, portanto, entre o sábio e o tolo, e que atuava como mediador dos deuses e dos mortais.

Ortega y Gasset lembra que “não apenas ama o homem à mulher e a mulher ao homem, senão que amamos a arte ou a ciência, ama a mãe ao filho e o homem religioso ama a Deus” (1960, p. 69). Essa idéia aparece em sintonia com o ponto de vista do personagem Sócrates, que acrescenta não poder ser confundido o amor maternal, paternal, filial ou fraternal nutrido entre os seres humanos com o representado por Eros. Como o desejo da união – carnal, inclusive – é a fonte motivadora simbolizada pelo filho de Poros e Penia, tal criatura serve para indicar o amor que pressupõe paixão, erotismo e cumplicidade entre os amantes. Embora o texto platônico não traga qualquer referência ao incesto, este não deixa de representar um caso em que a atração sexual modula a relação entre pessoas da mesma família. Nessa situação, não se verifica a presença – ou tão-somente a presença – de algum dos quatro tipos de amor mencionados na abertura deste parágrafo, senão a existência de um amor sensual do qual Eros é sua verdadeira efigie.

²⁴ Ser ficcional do qual o personagem Sócrates se utiliza com a finalidade de poder discursar livremente, sem ser contestado por aqueles que atentavam à fundamentação de seu pronunciamento.

O que há em comum entre as falas de Aristófanes e Sócrates é o apontamento da carência amorosa como princípio capaz de mobilizar as pessoas. De acordo com Comte-Sponville, “o amor não é completude, mas incompletude. Não fusão, mas busca. Não perfeição plena, mas pobreza devoradora. É o ponto decisivo, de que devemos partir. Ele cabe numa dupla definição: o amor é desejo, e o desejo é falta” (2000, p. 252). Desejar corresponde a uma ação decorrente de alguma ausência. Sócrates lembra que todo indivíduo alimenta anseios não pelo que já possui, mas por aquilo de que não dispõe, e que é percebido como necessário ao seu viver.

Dentro dessa perspectiva, Comte-Sponville sentencia que “não há amor feliz, e essa falta de felicidade é o próprio amor” (2000, p. 254). O ser humano ama, por conseguinte, porque se revela inepto para desfazer-se da infelicidade que permanentemente o caracteriza. Frustrado em virtude dessa realidade, permite que o sentimento amoroso o comande na vã tentativa de, definitivamente, poder completar essa lacuna.

Em *Quadrondo*, Tião Terra se encontra, inicialmente, divorciado de Mara. Logo que recebe o convite para palestrar na Europa, o antropólogo ouve do professor Mauri um conselho no intuito de não se deixar encantar, no Velho Continente, por brasileiras, pois não fazia sentido procurá-las fora do país. O aviso soa como uma espécie de profecia: malfadada foi a iniciativa de Tião ao intentar conquistar o amor de Sílvia Marcondes Alves. Após a fracassada experiência que tivera com a Primeira-Dama da Literatura Brasileira, ele decide sair da cidade para morar no litoral.

Ao palestrar para o público alemão, o professor havia explicado que “a quadrôncia é um método, levando a um resultado e ao seu desfrute” (PELLEGRINI, 2007, p. 119). Na opinião do narrador, o desempenho mais eficiente em todos os quesitos é obtido por quem conhece e põe em prática a metodologia quadronda. Isso significa que, em se tratando de amor, o indivíduo que está só se distancia da posse de um bem, vivendo uma situação de inferioridade em relação ao ser que celebra uma união amorosa. Comte-Sponville formula que “amar é poder desfrutar alguma coisa ou regozijar-se nela” (2000, p. 269). Nesse caso, aquele que a ninguém ama nada tem a usufruir, bem como não ousa redimir-se de alguma privação pregressa. A conduta do antropólogo encontra-se em consonância com sua teoria, pois ele não se satisfaz com a solidão acarretada pelo divórcio, buscando, ao contrário, um novo relacionamento.

Certa feita, após retornar ao Brasil, o narrador estava em Paranaguá quando viu Marina pela primeira vez. Ele embarcou juntamente com a garota à Ilha do Meio,

olhando-a, vez por outra, de soslaio. A curiosidade da moça por Tião Terra aumentou após notar que este dispunha de um computador e ao divisá-lo lendo um livro de antropologia. O professor soube reproduzir como seriam fisicamente os pais dela, o que a deixou boquiaberta.

Como ser solitário, Tião percebe-se incompleto, procurando restabelecer aquilo que lhe faz falta, isto é, uma companheira. Marina, da mesma forma, persegue a realização amorosa. Ambos se aproximam por compartilharem o mesmo objetivo. A jovem não queria casar-se com algum parente da ilha por haver grande risco de seus filhos nascerem acometidos por falha genética. Desse modo, o narrador, por exclusão, transforma-se em seu parceiro ideal. Ele igualmente a focalizava como objeto de desejo por ser, em relação a si próprio, pelo menos vinte anos mais nova.

Depois de se conhecerem, os dois ficam cada vez mais fascinados um pelo outro. Marina leva Tião Terra a uma cascata, e lá iniciam suas experiências amorosas. A moça, contudo, faz questão de preservar sua virgindade, pois ainda era menor de idade quando começou a namorá-lo. Havia prometido a ele, porém, que, tão logo completasse 18 anos, passariam a se relacionar sexualmente. Além de cumprir a promessa, a garota tomou a resolução de alugar a sua casa para ir morar com Tião. Posteriormente, quando foi apresentá-lo aos seus pais, comentou: “Pai, mãe, esse é o homem que juntei. Vou ter um filho com ele” (PELLEGRINI, 2007, p. 229).

Em *Banquete*, Sócrates afirma que “a procriação e o nascimento são coisas imortais num ser mortal” (s.d., p. 168). O personagem sustenta que o amor representa o desejo da imortalidade humana, visto que através do ato amoroso a espécie se perpetua, fazendo com que surjam sucessivas gerações. Os filhos, dentro dessa ótica, são tidos como uma preciosidade que dá prosseguimento à história cultivada por seus ascendentes.

À expressa vontade da jovem de querer constituir uma família, o narrador, num primeiro momento, provoca decepção, anunciando ser um homem vasectomizado. Essa notícia deixou-a tão consternada que voltou a habitar sua pequena casa, contígua à venda em que trabalhava. A vida amorosa que os envolvia, entretanto, não se encerrou por causa da cirurgia que impossibilitava a oportunidade a Tião Terra de ter novos filhos. Como se não bastasse, ele tratou de encaminhar a construção de uma casa, já que a moradia que estava ocupando na ilha havia sido alugada. Seu intento era residir no imóvel – a ser edificado – juntamente com a garota, que concordou com a idéia sem fazer qualquer objeção.

Alguns fatos relativos ao passado da moça conturbaram Tião. A intimidade que ela mantinha com Valdo (certa vez divisou “V e M” inscritos num coração pintado a esmalte numa rocha), além do depoimento de um ex-morador da Ilha do Meio de que Marina havia vivenciado experiências amorosas (sem sexo) com turistas, deixaram-no perplexo. A jovem, por um lado, contenta-se ao saber que o narrador estava enciumado por causa dela; por outro, fica aborrecida por conceber o ciúme como uma grande moléstia. Sua resposta de que pouco antes de se conhecerem declarara estar tudo encerrado entre ela e o primo, bem como a afirmação de que não era mais a mesma de outrora, pois que tinha mudado verdadeiramente seu modo de ser, mostram-se eficazes para convencer Tião Terra.

O ciúme evidenciado pelo narrador denota a paixão que carrega em seu âmago pela garota. Esta, por sua vez, não esconde o sentimento de que se permitiu arrebatada *incontinenti* por Tião. Marina confessa: “Desde a hora que te vi – ela falou – Desde que bati o olho em você, pensei esse é ele, pro resto da vida” (PELLEGRINI, 2007, p. 259).

A “Velha” também o aconselha a perdoar a sua neta. Mesmo moribunda, consegue falar: “Cê chegou aqui perdido, procurando não sabia o que, andava em guerra. [...] Achou um lugar no mundo, achou companheira pra vida inteira, achou a paz” (PELLEGRINI, 2007, p. 282). A manifestação da anciã contém flagrante teor utópico. Como poderia assegurar ao narrador que Marina era sua “companheira pra vida inteira”? Que garantia haveria de lhe oferecer, se tudo desconhece em relação ao futuro? Que validade tem uma afirmação dada sobre o amanhã, tempo este sobre o qual nada se sabe?

Conversando com um turista médico que estava passeando pela Ilha do Meio, a garota recebeu a informação de que a vasectomia era um procedimento cirúrgico reversível. Com o consentimento do narrador, procuraram uma clínica em Curitiba para realizar esse tratamento. A jovem pagou de forma antecipada a metade do valor da operação a que Tião foi submetido. Ele até anotou em sua caderneta: “Enquanto não engravidar, Marina continuará achando a vida incompleta” (PELLEGRINI, 2007, p. 309). Trata-se do desejo de imortalidade abordado em *Banquete* pelo personagem Sócrates e já referido nesse estudo.

Por fim, a cirurgia foi bem-sucedida, Marina tornou-se mãe de Eva e Adão. Ana, filha de Tião Terra, casou-se com Davi, principal discípulo de seu pai, com quem teve um menino. O marido de Ana se transformou no primeiro vereador eleito pela comunidade da Ilha do Meio, local em que sua esposa ansiava viver, tendo, por

consequente, concretizado esse objetivo. Quanto à preocupação de Marina em relação à “imortalidade” da família dos ilhéus, que se resumia num exclusivo ajuntamento entre parentes, aspecto este que implicava o nascimento de poucas crianças sadias em meio a uma série delas lesadas devido a falhas genéticas, o próprio desenvolvimento alcançado por aquele lugar desencadeou um expressivo aumento populacional, fruto das oportunidades de trabalho que eram geradas na ilha e que, assim, atraíam moradores de outras cidades para nela se fixarem, de modo que a consangüinidade não mais se fez imperativa.

Analisando-se a trajetória do narrador de *Quadrondo*, fica patente, em grande medida, a concretização da sua utopia amorosa. O lugar que escolheu para encontrar a amada com a qual viria a se unir efetivamente é paisagístico: uma ilha, dotada de natureza esplendorosa, pacata – apesar dos atritos existentes entre os seus moradores –, e agradável por seu clima e pelo ar – quase – puro que circula por aquele ambiente. Trata-se da antítese do cenário em que a poluição atmosférica, a criminalidade e o caos engendram alguns de seus traços.

Outro fator no qual assoma a sua idealização plenamente correspondida está ligado ao perfil da parceira que Tião acaba por conquistar. A garota tem vinte e três anos a menos do que ele, seduz pela jovialidade e beleza que ostenta e, sobretudo, é virgem, ou seja, a nenhum homem havia chegado a entregar-se sexualmente. Marina, todavia, não se apresenta como uma menina tola, acanhada e imatura. Já havia, ao contrário disso, tentado a esmo viver na cidade. De volta à ilha, após essa fracassada experiência, passou a gerenciar uma venda, que tinha aberto juntamente com Valdo. Embora fosse menor de idade, ela já não residia mais com os pais. Ganhava seu próprio dinheiro, não era ingênua quanto às práticas sexuais e, quando pela primeira vez foi observada por Tião Terra, empunhava um facão com o qual ameaçou a meia dúzia de homens que se pôs a espancar seu primo, dando, com isso, mostras de sua absoluta valentia.

O narrador estava diante de uma Marina ainda não adulta, porém experiente, independente e corajosa. Era, portanto, uma jovem repleta de atributos e livre para que entre eles pudesse irromper uma vivência amorosa. Aos desejos da garota, Tião se entrega, buscando vencer o receio que sente por ser bem mais velho do que ela. Quanto ao ciúme, a custo consegue reprimi-lo. Esse obstáculo, no entanto, supera-o definitivamente.

O fato de que Tião Terra era um homem vasectomizado podia gerar uma ruptura na sua relação com a moça, que queria com ardor poder ser mãe. Em vez de se separarem por causa disso, continuaram apaixonados um pelo outro. Até que Marina o persuadiu a fazer a cirurgia de reversão da vasectomia, e, com o sucesso dessa empreitada, “casaram” e tiveram dois filhos. As alegrias do narrador, entretanto, não se encerram por aqui: seu genro era uma das criaturas que mais poderia estimar, já que se tratava do único e fidedigno discípulo que tivera nos primeiros anos da cooperativa; sua filha também lhe proporcionou grande contentamento ao eleger a Ilha do Meio como local ideal para se viver. Que sogro negaria ter um genro dessa estirpe, sendo este seu fiel aprendiz e companheiro? Que pai ficaria aborrecido ao ver sua filha preferindo, como ele, uma mesma localidade para habitar?

Com tantas realizações e quase nenhum infortúnio ocorrendo na vida de Tião, é oportuno salientar, aproveitando a terminologia de Bloch, que *Quadrondo* mais parece um conto de fadas para adultos. No final do enredo, apesar das dificuldades que entremeiam a sina do narrador, este triunfa em todos os quesitos, mas, de modo especial, no amoroso. O “casamento” não diminui o ímpeto da paixão que os cerca. Os dois amantes em nada são prejudicados pela vida “conjugal” que assumem. É como se o casal provasse do mesmo filtro amoroso sorvido por Tristão e Isolda, com a diferença de que o efeito mágico da bebida, dessa feita, ao invés de durar somente três anos, jamais pudesse cessar. O romance escrito no século XII expõe a história de uma dupla apaixonada que vive o momento apoteótico de seu relacionamento amoroso quando da permanência das miraculosas propriedades ativadas pelo licor inventado por Isolda, a mãe, e experimentado pelos amásios. Estimulados pelas reações que o líquido despertava, Tristão e Isolda buscam, ao máximo, criar ocasiões para se encontrarem. No instante, porém, em que a poção não mais produz resultado, Isolda prenuncia:

Sinto como tu que o sortilégio chegou ao fim. O nosso amor continua, como dizes, mais forte que nunca, mas cessou de ser uma coação mágica, uma força exterior, invencível e fatal. Vamos amar-nos agora como os outros homens e as outras mulheres desde que o mundo é mundo; eis-nos restituídos à condição comum de todos os mortais. Doravante estaremos sujeitos aos caprichos do destino, à flutuação dos nossos desejos, a todos os movimentos contrários, a todos os remorsos das nossas vontades. Daí vem que a esta hora, sem cessarmos de nos amar, estejamos a conceber o projeto de nos separarmos. (1992, p. 111-112)

No clássico literário *Tristão e Isolda*, Denis de Rougemont identifica a presença do mito da paixão no Ocidente. Tristão poderia casar-se com Isolda, a loira, mas prefere

ser seu amante. Os dois almejam apaixonar-se ilimitadamente um pelo outro. Isso só é possível, contudo, com a interferência sobrenatural do filtro amoroso. Eles se vêem “arreatados para além do bem e do mal numa espécie de transcendência das nossas condições comuns, num absoluto indizível incompatível com as leis do mundo, mas que eles sentem como mais real que este mundo” (ROUGEMONT, 1968, p. 34).

José Miguel Wisnik, em “A paixão dionisíaca em Tristão e Isolda” faz um estudo sobre a narrativa produzida na Baixa Idade Média, assim como da interpretação que Rougemont imprime acerca dessa obra. No referido texto, o pesquisador sustenta haver uma oposição entre os princípios da paixão e do casamento, sendo os dois personagens literários, por suas ações, exemplos da dissonância existente em relação a essas duas experiências humanas:

A nossa herança contém a expectativa de conciliação entre a singularidade errática do amor-paixão com a estabilidade duradoura do casamento. Essa expectativa é calcada em instâncias jurídicas e religiosas que se dissipam na prática, sob o céu moderno, além de não ter precedentes históricos. Mas o acorde entre o desejo de permanência, em que o amor se inscreve, e o fato de que essa permanência não pode se apoiar em nada senão no seu próprio desejo de permanência é um desafio que se abre e que é irrecusável no plano simbólico. (WISNIK, 1987, p. 221-222)

Esse fragmento do capítulo publicado pelo teórico paulista em *Os sentidos da paixão* converge para o ponto de vista do narrador de *Quadrondo* sobre as questões do amor e do casamento. Após a separação, ele não desiste de procurar uma mulher por quem possa eternamente se apaixonar e com a qual venha a constituir uma união. Por sua personalidade e em função de seus atributos físicos, Marina constitui o protótipo da companheira ideal para Tião Terra.

É bem verdade que a jovem toma a iniciativa a fim de que esses dois planos se concretizem, mas eles integram a visão “quadronda” formulada por Tião. De acordo com o postulado por tal teoria, quem vive solitário não goza de completude. Nesse caso, a fusão de dois seres em um torna-se ocorrência precípua à garantia de uma existência venturosa. A respeito disso, Betty Milan contra-argumenta:

Impossível de dois fazer um, seja porque a identificação entre os sujeitos esbarra na diferença dos sexos, seja porque a união dos corpos é fugaz. Não obstante, insistimos neste desejo impossível, e o amor vive da crença de poder realizá-lo. Dizer isto é afirmar que estamos fadados à insatisfação e não à felicidade como tanto supomos existir. O amor é uma promessa que não se cumpre e só por o ignorarmos acreditamos nas suas juras, entregamo-

nos a elas, como se do sentimento ou da vida se pudesse dar ou ter garantias.
(1990, p. 15)

Dessa maneira, *Quadrondo* serve à exteriorização da utopia do amor feliz, aquele em que todas as diferenças entre as pessoas sempre são superadas e no qual a paixão e a afetividade que enlaçam os amantes não conhecem limites. Na ótica de Tião Terra, o único adversário capaz de impedir a duração permanente de sua felicidade é o tempo. Não porque no transcurso dele possa acontecer o rompimento da sensação de prazer e harmonia conjugados, mas em virtude da morte, da qual o ser humano não tem condições de se desvencilhar:

Marina ainda continua me procurando, como dizem, e continua achando. Talvez eu chegue mesmo aos oitenta ou noventa, como ela prevê, e enquanto isso vamos caminhando, e ela diz que sempre vai dar tudo certo desde que a gente sempre faça o certo, e não vejo motivos para descreer disso – ou estarei quadronadamente enganado? (PELLEGRINI, 2007, p. 351)

O narrador manifesta, assim, sua utópica presunção quanto à possibilidade da perfeição contínua, como Marina aponta-lhe. Aqui, urge que se pergunte: como agir para fazer sempre o certo? Antes disso, cabe o seguinte questionamento: o que é, afinal, o certo? Essas duas indagações, ao que parece, suscitam diversas dúvidas, e não certezas. O ato de crer, nesse caso, é oposto à realidade, pois que anseia pela concretização de um desejo idealizado. Crê-se no que não é. Daí a razão para que a utopia seja alimentada pela esperança na sua possível realização.

O amor não implica certezas, senão crenças vulneráveis na perfeição de sua vivência por parte dos indivíduos. Eis o motivo por que a temática amorosa é retratada utopicamente em *Quadrondo*. Não há como viver o incerto de outro modo. A não ser que, de fato, exista alguma poção mágica que reverta esse quadro, tal como a ficção escrita na idade medieval apresenta aos leitores.

4 CONCLUSÃO

Alimentar utopias é uma tarefa inerente à natureza dos indivíduos. Na Antigüidade Clássica, Platão já atestava, através de sua produção literária, a capacidade humana para idealizar como poderia ser o modo de vida da sociedade perfeita, aquela apta a proporcionar felicidade aos seus habitantes, por conseguir suprimir as falhas que a maculavam. O período renascentista se mostrou pródigo quanto às construções utópicas no âmbito da literatura, como se constata nas obras de More, Campanella e Bacon. Quase cinco séculos após a publicação de *Utopia*, Domingos Pellegrini retoma essa temática tradicional no segmento da arte da escrita ficcional ao lançar *Quadrondo*.

A leitura dos cinco textos literários analisados nesse trabalho permite a elaboração de algumas considerações conclusivas. Primeiramente, cabe destacar que os diferentes contextos históricos, se cotejados com acuidade, levam à apresentação de caminhos distintos com vistas à concretização de utopias que, em certa medida, se repetem. As criações literárias dos referidos autores não deixam de vislumbrar, sem haver exceção, o funcionamento próspero e harmônico de um determinado grupo social. Essa intenção transparece, por exemplo, no diálogo platônico *A república* e no romance de Pellegrini. Uma das diferenças, entretanto, que pode ser identificada em relação ao conteúdo das duas obras se refere à presença massiva de escravos na época em que a primeira foi escrita, o que não se observa na contemporaneidade retratada pela segunda. Por mais que exista tal dessemelhança na composição social que assoma nos dois textos, há entre eles um mesmo fim: projetar a convivência ditosa no interior de uma comunidade. Platão, naturalmente, põe-se a abrir o debate sobre a função e o destino daqueles que estão subjugados ao regime escravocrata, assunto do qual não se ocupa Pellegrini em sua narrativa. Nos tempos atuais, ficaria demasiado difícil imaginar a sociedade ideal arquitetada sob a força e o suor advindos do trabalho escravo. O mesmo não se poderia dizer quanto ao comportamento do povo grego (ou, mais exatamente, ateniense) formado quase dois milênios e meio atrás.

Outro aspecto a se considerar é que as utopias, por mais que surjam concebidas por pessoas pertencentes a um mesmo período histórico, também diferem na forma como são planejadas e visualizadas. Se para Bacon o lugar paradisíaco corresponde a uma ilha, para Campanella, ao contrário, este se situa no alto de uma colina. Se no texto baconiano a previsão de castigos aos infratores das regras sociais vigentes na ilha de Bensalém praticamente não é mencionada em virtude da índole de seus moradores, no

de Campanella, inversamente, essa abordagem acaba ganhando relevância. O fato de ter permanecido durante 27 anos preso em Nápoles pode haver causado profunda interferência na ótica do autor de *A cidade do sol*. Ele passou exatamente um terço de sua vida condenado a ficar em reclusão. Daí um dos prováveis motivos (senão, o mais evidente) para que seu texto viesse a privilegiar aspectos ligados à criação de um rigoroso sistema de penalidades a ser aplicado aos habitantes solares que descumprissem as normas estabelecidas pelas autoridades do local.

Assim, os seres humanos, sendo ou não contemporâneos, produzem utopias diferenciadas, particularizadas. Estas nascem como fruto de sua subjetividade, de seu exercício baseado no direcionamento consciente do olhar para o amanhã. O anseio por sacramentar uma conquista é fomentado pela esperança quanto à possibilidade de realizá-la. A utopia almeja modificar a realidade, de tal modo que possa ser plenamente suplantada no futuro uma carência sentida no agora, introduzindo, com isso, o *novum*. Quando concretizada, deixa de ser utopia, pois se converte em objeto real. Há desejos, no entanto, como o da paz e da harmonia completa entre as pessoas, o da não-alienação, o da perfeição e da onisciência humanas, o da existência do paraíso terrestre e o da sociedade igualitária (sem divisão de classes), entre outros, cujo conteúdo utópico permanece inabalável, já que se aproximam muito mais daquilo que é tido como ideal, afastando-se, conseqüentemente, da própria realidade.

A literatura, por esse motivo, tem historicamente servido como um instrumento propício à construção de utopias. Seu estatuto acolhe toda a sorte de elaborações de cunho utópico, por ser mais abrangente e, portanto, menos limitado que o do universo da vida real. A descrição do “como se” concede maior liberdade à imaginação humana se comparada com a do que “é”. Além disso, acaba sendo muito mais fácil concretizar uma utopia por meio da narrativa de ficção do que na prática. Dessa forma, tratar o impossível como se fosse possível é uma das prerrogativas do texto ficcional. Este viabiliza toda a exposição que delineia como seria o viver no mundo ideal.

No enredo de *Quadrondo*, verifica-se a recuperação de uma utopia contemporânea que, por causa da queda do socialismo, veio a fracassar. Tião Terra encontra-se na Alemanha quando o Muro de Berlim é derrubado. O narrador expressa uma posição ambígua em relação a esse fato, entendendo que a razão não estava do lado dos que militavam na esquerda, e nem dos simpatizantes da direita. Para pôr fim a essa rivalidade político-ideológica, apóia a reunificação pretendida pelo povo alemão, ajudando a demolir o Muro na madrugada de 10 de novembro de 1989.

Tião, apesar do esforço em querer demonstrar neutralidade quanto ao embate travado pelos sistemas capitalista e socialista durante a Guerra Fria, testemunha, em sua narração, que seu pai fora partidário do socialismo, e que este acreditava, também, no cooperativismo como a melhor alternativa ao desenvolvimento da comunidade a que pertencia. A corrupção havida na cooperativa da qual o pai de Tião Terra era membro causou-lhe desgosto. Ele achava ser fundamental que os cooperados pudessem “olhar nos olhos” um do outro nas assembléias, a fim de garantir o respeito e a confiança mútuos.

Seguindo esse aconselhamento, o narrador resolve, em setembro de 1991, ou seja, quase dois anos após a derrubada do Muro de Berlim, instigar os moradores da Ilha do Meio a fundarem a Turismar, uma cooperativa de pescada e turismo. O socialismo, nessa época, já não figurava como rival do capitalismo. A única possibilidade para que este sistema econômico fosse confrontado se reduzia à adesão aos moldes da cooperação. A primeira cooperativa, por sinal, surgiu em meados do século XIX na Inglaterra com essa finalidade. Não é o capital financeiro, e sim o social o que predomina numa organização de caráter cooperativista. O lucro não constitui a prioridade de uma cooperativa, senão a melhor prestação de serviços aos seus associados. Tal diferença de objetivos em relação às empresas – e pessoas, individualmente – que atuam com fins comerciais influencia as leis do mercado. Na Ilha do Meio, se antes da Turismar restava a cada ilhéu praticar o preço que quisesse na hora de vender peixe, sendo que seu produto desvalorizava a cada dia com a oferta em grande quantidade por não poder ser estocado, vindo, assim, a perecer em pouco tempo, com a cooperativa o cenário mercadológico muda. Os pescadores, unidos, poderiam assegurar o armazenamento da pesca numa câmara frigorífica, equipamento que só poderia ser adquirido coletivamente. A temporada da venda de peixe, dessa forma, seria estendida, evitando a queda do preço e a concorrência interna, embora esta, como se constata em *Quadrondo*, tenha perdurado em virtude do espírito capitalista preponderante na ação de alguns dos cooperados.

O cooperativismo não representa uma terceira via econômica em nível mundial. Ele nunca formou um bloco de países, como sucedeu com o capitalismo e o socialismo. Ao contrário, deve ser concebido como uma segunda via dentro dos dois sistemas. Quando da implantação do socialismo ocasionada pela Revolução Russa, a doutrina cooperativista já existia tanto teórica como empiricamente. Durante a Guerra Fria, ela

foi empregada com sucesso na Hungria, que estava ligada ao Segundo Mundo²⁵, como era designado o conjunto das nações socialistas. Mesmo com a queda do socialismo, a cooperação continua sendo uma opção de organização social não nulificada pelo modo de vida capitalista.

A utopia desenvolvimentista baseada no funcionamento modelar de uma cooperativa é erigida em *Quadrondo* através de uma alegoria. Esse recurso possibilita que uma realidade possa ser ficcionalmente reconstruída com o propósito de se “dizer o outro”, atribuindo-se a ela uma nova significação. A Alemanha, outrora cindida em dois territórios por questões ideológicas, passou pelo processo de sua reunificação, tendo triunfado o capitalismo como sistema econômico. Já na Ilha do Meio, que corresponde ao plano metafórico da narrativa, os habitantes das duas pontas estavam em litígio, por mais que fossem parentes. Engajado nos princípios cooperativistas, Tião surge como um líder a indicar o caminho infalível ao sobrepujamento das discordâncias que levavam à divisão da comunidade de ilhéus. A fundação da cooperativa e seu êxito operacional simbolizam a perfeita integração daqueles moradores, que sempre se prontificam a dar continuidade ao projeto de desenvolvimento da ilha, assumindo a direção da entidade, nunca deixando de participar das assembléias que são promovidas em noites de plenilúnio, jamais se corrompendo e, por sua administração exemplar, conseguindo, junto ao poder público, a constante realização de melhorias à população local.

Da parte do narrador há uma receptividade aos ideais da esquerda, por mais que diante dos demais personagens suas atitudes muitas vezes dêem margem à ambigüidade. Quando brinda à derrocada do socialismo na Alemanha, ele o faz em homenagem a seu pai, que era adepto desse movimento em decadência. Em outra ocasião, porém, o antropólogo declara que o regime soviético está caindo de pobre, e acaba brindando com o contista Ricardo Henrique Telles, um anti-socialista convicto.

Através do relato das inconfidências que lhe são feitas por Ricardo Henrique e pelo poeta Carlos Frederico dos Santos, Tião Terra desvela aspectos contestáveis no que se refere ao pragmatismo que rodeia os dois sistemas econômicos. Com o declínio do socialismo, os livros de Carlos Frederico não mais seriam comprados no Segundo Mundo, que incentivava os escritores esquerdistas de tal modo que somente seus textos fossem utilizados com fins didáticos em salas de aula. Esse ato acusa a contrariedade socialista quanto à garantia da liberdade de expressão dos indivíduos. Quanto ao

²⁵ Gordon (2002) esclarece que o Primeiro Mundo reunia as “democracias industrializadas” da Europa Ocidental, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão, enquanto o Segundo Mundo compreendia os países com economia centralmente planejada, governados por um regime comunista.

contista, é – este ser ficcional – desenhado como um usineiro que enriqueceu às custas de trabalhadores cuja mão-de-obra foi intensamente explorada no interior de Pernambuco.

Na segunda parte de *Quadrondo*, fica mais clara a posição ideológica de Tião. A antipatia que sente por Ricardo Henrique se acentua no momento em que decide ameaçá-lo com a prática de chantagem a fim de obter favores à cooperativa. Com o poeta, diferentemente, faz aflorar uma amizade cada vez mais profunda, convidando-o a realizar recitais à luz de velas na Ilha do Meio. É bem verdade que conta, ainda na primeira parte da obra, que, emocionado, ia recepcionar os anistiados políticos no aeroporto durante a vigência do autoritarismo, dando, assim, testemunho de sua militância esquerdista.

A tese número onze de Marx sobre Feuerbach parece exercer grande poder de mobilização no íntimo do narrador. A teoria quadronda, em função de sua nulidade científica, é abandonada academicamente para se transformar em princípio norteador de ações concretas. Em vez de ficar restrito à interpretação da realidade, ele se esmera para modificar o cotidiano, colocando suas idéias – “quadrondas” – na prática com o objetivo de comprovar a utilidade das mesmas. O comportamento de Tião Terra subliminarmente endereça uma crítica àqueles que se restringem à rotina da produção teórica sem se preocuparem com a tentativa da mudança a ser efetivada em prol de um mundo melhor.

Assim como no segundo capítulo desse trabalho, ao ser elaborada uma síntese das quatro obras literárias atreladas ao cânone, identificou-se o prestígio à sabedoria, o estabelecimento de regras e penalidades, a contestação da realidade e as descrições fantasiosas como características atinentes ao gênero utópico, pode-se afirmar que esses quatro elementos também se corporificam na textualidade de *Quadrondo*. O professor Tião Terra, que na Ilha do Meio é quem detém conhecimentos mais percucientes sobre a legislação brasileira, bem como no tocante à burocracia do serviço público no país, lança a idéia da criação da cooperativa. A comunidade respalda a sua proposta, e ele assume a vice-presidência assim que é oficializada a composição da primeira diretoria da entidade.

Apesar de estar hierarquicamente abaixo de Valdo, o presidente eleito por aclamação, é o narrador quem recebe a oportunidade de conversar com o Governador do Estado, aproveitando sua presença numa sessão de autógrafos da escritora Silvia Marcondes Alves, em Curitiba. Com a entrega de um cartão assinado pela máxima

autoridade do Paraná, Tião tem seu pedido para que fosse construído um trapiche na ilha devidamente atendido pela empreiteira que estava executando obras no litoral. A participação dele também é decisiva na consecução da compra da câmara frigorífica, quando na audiência com Ricardo Henrique Telles, em Brasília, consolida a autorização para o financiamento do maquinário destinado à conservação do pescado.

As duas principais realizações da cooperativa foram levadas a efeito por intermédio do narrador, que conhecia os dois escritores que atuaram nos episódios bem-sucedidos (Sílvia, indiretamente, e Ricardo Henrique, de forma direta, já que havia sido nomeado diretor nacional de crédito agrícola) de sua investida em favor dos interesses da entidade. Como se não bastasse, era conterrâneo do Governador, que inclusive o “conhecia de nome” (PELLEGRINI, 2007, p. 295). Por sua inteligência e reputação, Tião Terra ocupa o lugar central em todas as conquistas obtidas pela Turismar.

Aperfeiçoar o conhecimento dos moradores através de cursos que possam capacitá-los a exercer outros ofícios é uma das metas da cooperativa. Com o recrudescimento da quantidade de turistas que preferem veranejar no local, os garçons, que devem estar preparados para servir bem uma mesa e atender os clientes com cortesia, são mais exigidos. A formação de uma turma de pilotos de barcos torna-se imprescindível, já que mais profissionais precisam estar disponíveis para atuar no transporte de passageiros. Mesmo as costureiras da ilha, que pretendiam substituir suas máquinas por outras mais modernas, necessitam realizar oficinas para se atualizarem quanto às novas tecnologias desse segmento com as quais viriam a lidar. Trata-se de situações em que o saber adquire uma relevância inestimável, pois sem ele o local está fadado a emperrar economicamente e a se mostrar inábil na prestação de serviços, repelindo turistas ao invés de acolhê-los de uma forma adequada.

Na causa voltada ao desenvolvimento da Ilha do Meio, Tião Terra, contudo, não está sozinho. Sua utopia atrai o empenho de outros cooperados. Só de modo organizado é possível dar valor à luta por melhorias. Daí advém o peso do argumento, diante dos políticos, de que há cem votos unidos na ilha. Daí se origina a necessidade de sempre existirem associados abnegados que evitem que a diretoria da instituição fique sob o controle de algum grupelho. Para isso, os administradores devem ser substituídos a cada gestão. Quanto aos dois tesoureiros, é preciso que tanto a Ponta da Velha como o Pontal do Mangue tenham o seu representante, senão ocorre um desequilíbrio na distribuição dessa função que se reveste de grande importância à justiça e, até mesmo, à idoneidade da cooperativa.

O que é concebido como necessário para que o local possa alcançar prosperidade e harmonia procede de sua ausência no âmbito da realidade. O que falta no contexto em que vivem os ilhéus é utopicamente perseguido, não havendo falhas na consumação desse intento. As correspondências bem escritas e enviadas às autoridades, solicitando todo tipo de providência para resolver os problemas enfrentados pela Ilha do Meio, sempre atingem seu objetivo. Quando Valdo, o primeiro presidente da cooperativa, liga para algum político, reclamando seu apoio incondicional a fim de obter vantagens junto a instituições bancárias ou de outra natureza, é invariavelmente correspondido nessa empreitada. É como se o poder e a influência dos cooperados nunca encontrassem entraves ou adversários que pudessem derrotá-los em suas reivindicações. Os planos que traçam chegam, sem exceção, aos píncaros da glória. São as descrições imaginosas presentes em *Quadrondo*, característica utópica também flagrada nas obras da tradição literária que reforçam o *corpus* desse estudo.

A possível classificação das utopias a partir da leitura de Bloch apresentada no primeiro capítulo desse trabalho permite que se interprete o romance de Pellegrini com base na aplicação de seus conceitos e categorias. A narrativa do escritor paranaense, dessa forma, parece conter as quatro variantes utópicas mencionadas por Ernst Bloch em *O princípio esperança*. Perpassa pelo enredo de *Quadrondo* a estruturação de uma utopia social, que visa ao desenvolvimento econômico de uma comunidade devidamente organizada para agir com essa finalidade. O convívio antes turbulento entre os moradores da Ilha do Meio dá lugar à reconciliação e à fraternidade. O desperdício é substituído pelo total aproveitamento da pesca, uma das fontes de renda dos ilhéus. Seguindo essa mesma rota, o turismo igualmente se fortalece com a melhoria da infra-estrutura do local.

A questão da justiça, que compõe uma das facetas da utopia social, merece exame em *Quadrondo*. Quando Tião consegue fazer com que sua casa tenha acesso à eletricidade proporcionada pelo funcionamento de um gerador, ele não se dispõe a pagar pela utilização do serviço. Sua intenção é a de se beneficiar clandestinamente desse sistema, como acontece com outros habitantes da ilha. Para isso, intimida aqueles que irregularmente são abastecidos pelo aparelho que transforma energia mecânica em elétrica, prometendo denunciá-los, caso o entreguem à empresa responsável pela manutenção e distribuição dessa fonte energética. Na situação exposta, vale indagar: é justo ou injusto quem se comporta desse modo? Age com retidão quem delata os

infratores e aceita o compromisso de saldar as despesas decorrentes da contratação de um bem público ou quem, diante dessas circunstâncias, simplesmente quer silenciar?

A cooperativa opera norteadada pelo lema “com malandro, malandro e meio” (PELLEGRINI, 2007, p. 317). Numa das visitas do prefeito à Ilha do Meio, apesar de haver condições de gelar cerveja, esta é servida quente, a fim de sensibilizá-lo quanto à urgência da aquisição da câmara frigorífica. Além disso, Tião Terra pratica chantagem para ser favorecido por Ricardo Henrique Telles. Se não tivesse seu pedido atendido, o narrador ligaria imediatamente à polícia, comunicando a participação do contista pernambucano no movimento neonazista alemão. Ora, se é ilegal o envolvimento de Ricardo Henrique, por que não denunciá-lo? É ético calar uma transgressão em troca de uma vantagem? O personagem Sócrates, que em *A república* apregoa que o justo deve sê-lo até com o injusto, pelo que se nota, não ilumina a índole do narrador e de seus principais asseclas da Turismar. Justiça e injustiça, com efeito, imiscuem-se em alguns atos de Tião e de certos cooperados, permeando sua concepção utópica acerca da natureza social.

A utopia médica comparece na trama de Pellegrini quando há a referência de que os sorrisos dos ilhéus ficaram mais bonitos, assim que um convênio para atendimento odontológico foi firmado pela cooperativa com a administração pública. Além disso, turistas e moradores da Ilha do Meio começaram a fazer irrepreensivelmente a coleta seletiva de lixo e de fezes de cachorros, tornando o local mais higiênico e saudável. Essas duas providências indicam que não basta aumentar a receita dos membros da comunidade se estes não se preocupam em melhorar sua qualidade de vida. Conservar a ilha limpa e cuidar bem da própria saúde transfiguram-se em matérias essenciais subjetiva e coletivamente.

A Ilha do Meio equivale a uma genuína utopia geográfica. Ela não tem latitude e longitude verdadeiras. Trata-se de uma invenção que faz parte da narrativa ficcional, localizada no litoral paranaense, portanto banhada por um mar sulino, como destaca Bloch ao fazer uma análise sobre os textos literários que abordam a temática utópica. Esse não-lugar litorâneo que funciona como um dos elementos espaciais do romance de Pellegrini aparece como o cenário da felicidade não só do narrador, que, sobretudo, concretiza sua utopia amorosa, ao descobrir a bela virgem e destemida Marina, com quem “casa”, depois do rompimento com Mara, mas também de sua filha, Ana, que elege a localidade para viver, abandonando o ar caótico e perigoso da cidade.

A utopia técnica concreta também é contemplada nas páginas de *Quadrondo*. O narrador cria um mecanismo para reter a água da chuva com o fito de regar a horta que estava cultivando na ilha. Um engenheiro convidado por ele preparou uma trilha para interligar a parte baixa (ou plana) da Ilha do Meio e o cume de um morro, sendo que as rochas deste dispunham de corrimão. O mesmo profissional, numa demonstração de extrema perícia, aprontou o encanamento que faria a água, bombeada desde a nascente, chegar à casa de Tião, no alto do morro. Antes de serem efetivadas essas obras, o engenheiro Orlando, pai de um estudante da universidade em que o antropólogo trabalhava, tinha inventado um carrinho de mão no qual se podia transportar maior quantidade de tijolos sem haver o risco de o material rachar, isso porque a roda ficava bem ao centro do objeto e sotoposta a uma plataforma logicamente não-abaulada. Após ter finalizado e testado a eficiência dessa invenção, o homem confirmou a Tião Terra que a havia produzido sob a inspiração da teoria quadronda.

Para encerrar, o ponto de vista irônico revela-se crucial ao exercício da identificação dos desacordos existentes entre o real e o ideal, o possível e o impossível. Muecke, em *Ironia e o irônico*, estuda o sentido que essa figura de pensamento vai assumindo conforme a conceituação formulada por inúmeros teóricos. Utilizando como referência a contribuição científica de A. W. Schlegel, o pesquisador põe em evidência, dentro de uma taxionomia por ele sistematizada, a ironia alicerçada na “idéia de que a vida é irremediavelmente imperfeita ou mesmo contraditória” (1995, p. 38). Esse princípio autoriza a que se possa objetar a excelência com que é administrada a cooperativa em *Quadrondo*, a infalibilidade com que é reconciliada a comunidade da Ilha do Meio, a perfeição que é conferida ao relacionamento entre Tião e Marina e o irrefreável sucesso que a ilha alcança junto aos turistas, nunca findando no tempo o roteiro da sua escalada desenvolvimentista, entre outras questões. Uma pessoa que no passado se entregava à bebida, atormentava-se com o fim de um casamento e sentia-se frustrada no meio acadêmico, pode tanto sofrer novamente com essas, como com outras incidências negativas, já que a felicidade humana jamais é completa. O tema da justiça, como se pode perceber no romance de Pellegrini, remete ao caráter ambíguo contido na personalidade do narrador. Suas atitudes, em alguns casos, sob o prisma da ética, deflagram suspeitas e contestações. Esse aspecto inclui *Quadrondo* no rol das eutopias literárias, que nunca são destituídas de um observável lado distópico, como alerta Teixeira Coelho, encontrando-se, no primeiro capítulo desse trabalho, a reprodução de tal apontamento do pesquisador.

A ironia faz ver que o real e o ideal, o possível e o impossível são inquestionavelmente antagônicos. Para que o ser humano nunca erre, só há uma maneira: negar a sua própria essência humana. As utopias, partindo dessa premissa, representam a idealização do que um indivíduo gostaria de ser, mas invariavelmente não pode. Se o ideal e o real equivalassem, não haveria razão à sobrevivência das construções utópicas. Estas, entretanto, são eternas, pois reinam a insatisfação, o sentimento de incompletude e o desejo movido pela esperança em prol de uma sociedade e de uma vida melhor no âmago dos sujeitos, que sempre verão seu projeto condenado à irresolução. Eis por que Pellegrini retoma a temática utópica na esfera literária, tentando solucionar carências que persistem na contemporaneidade.

Como salienta Eco, “não deixamos de ler histórias de ficção, porque é nelas que procuramos uma fórmula para dar sentido a nossa existência” (1994, p. 145). Essa fórmula nada mais é do que a prática da interpretação do texto ficcional, proporcionada pela interação do leitor com a obra. É preciso escutá-la com agudeza de espírito, a fim de extrair ao máximo as suas riquezas, que são, principalmente, de caráter ontológico. Adotando-se essa postura, dá-se importante passo rumo à compreensão dos dilemas que perturbam a alma humana, dentro das possibilidades que norteiam as aptidões de um ser limitado.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Susana. *Ética e utopia: ensaio sobre Ernst Bloch*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- ATAÍDE, Vicente. *A narrativa de ficção*. São Paulo: McGraw-Hill, 1974.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- BARKER, Ernest. *Teoria política grega*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.
- BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança I*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- _____. *O princípio esperança II*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006a.
- _____. *O princípio esperança III*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006b.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos. Ciência e ética na Nova Atlântida de Francis Bacon. In: _____. *Filosofia, educação e sociedade*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.
- CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 19--.
- COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto*. São Paulo: Ática, 1995.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ELORZA, Antonio. Las utopías en el renacimiento. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madri, n. 183, p. 624-632, marzo 1965.
- GANCHO, Cândida Pilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2008.
- GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega, 1976.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *A palavra mascarada: sobre a alegoria*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

HANSEN, João Aldolfo. *Alegoria: construção e interpretação de metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.

HEAPS, Willard. *O muro da vergonha: histórias verdadeiras de tragédia e heroísmo por trás do Muro de Berlim*. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.

ÍMAZ, Eugenio. *Las utopías del renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAEGER, Werner. *Paidéia*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KELSEN, Hans. *A ilusão da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KOTHE, Flávio. *A alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEAL, VITOR NUNES. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LINS, Ivan. *Tomás Morus e a utopia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo: relações internacionais (1945-2000)*. São Paulo: Moderna, 2001.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

MARQUES, F. Costa. *A análise literária: princípios e exemplificação*. Coimbra: Almedina, 1972.

MILAN, Betty; BRANCO, Lúcia Castello; MORAES, Eliane; LAPEIZ, Sandra. *O que é amor*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

MONDOLFO, Rodolfo. *Tres filósofos del renacimiento: Bruno, Galileo, Campanella*. Buenos Aires: Losada, 1947.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOSER, Fernando de Mello. *Thomás More e os caminhos da perfeição humana*. Lisboa: Vega, 1982.

- MUECKE, D. C. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 2001.
- NUNES, Renato. *Platão: O Estado e a utopia do rei-filósofo*. Porto Alegre, PUCRS, 1998. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Faculdade de Filosofia, PUCRS, 1998.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Estudos sobre o amor*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1960.
- PAULINO, Graça. *Intertextualidades*. Belo Horizonte: Lê, 1995.
- PELLEGRINI, Domingos. *Quadrondo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- PERFIL da Alemanha. Frankfurt: Societats, 1996.
- PÉRIUS, Vergílio Frederico. *Problemas estruturais do cooperativismo*. Porto Alegre: CORAG, 1983.
- PINHO, Diva Benevides. *Que é cooperativismo*. São Paulo: DESA, 1966.
- PLATÃO. *Diálogos: Mênon - Banquete - Fedro*. Rio de Janeiro: Edições de ouro, s.d.
- _____. *A república*. São Paulo: Hemus, [19--].
- POPPER, S. K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o Ocidente*. Lisboa: Moraes Editores, 1968.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SCHOLES, Robert; KELLOGG, Robert. *A natureza da narrativa*. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.
- SILVA, João Carlos da. Utopia e educação no renascimento. *Comunicações*. Piracicaba, v. 7, p. 33-54, nov. 2000.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1988.
- SPANG, Michael. Ciência, religião e utopia: a sociedade ideal na Nova Atlântida de Francis Bacon. *Véritas*. Porto Alegre, v. 46, n. 182, p. 275-293, 2001.
- SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Campinas: Papyrus, 1996.
- TRISTÃO e Isolda. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. São Paulo: 70, 1995.

WISNIK, José Miguel. A paixão dionisiaca em Tristão e Isolda. In: *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.